

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

INGRID REGIS DE FREITAS SCHMITZ DE ALENCAR

ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO INÍCIO DO SÉCULO XX: DAS  
ESCOLAS ISOLADAS AOS GRUPOS ESCOLARES

VITÓRIA

2016

INGRID REGIS DE FREITAS SCHMITZ DE ALENCAR

ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO INÍCIO DO SÉCULO XX: DAS  
ESCOLAS ISOLADAS AOS GRUPOS ESCOLARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Regina Helena Silva Simões.

VITÓRIA

2016

## **INGRID REGIS DE FREITAS SCHMITZ DE ALENCAR**

### **ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO INÍCIO DO SÉCULO XX: DAS ESCOLAS ISOLADAS AOS GRUPOS ESCOLARES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 01 de julho de 2016.

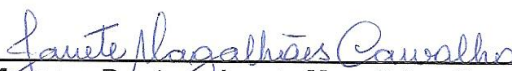
#### **COMISSÃO EXAMINADORA**



**Professora Doutora Regina Helena Silva Simões**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professora Doutora Maria Alayde Alcântara Salim**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professora Doutora Janete Magalhães Carvalho**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professor Doutor Antonio Henrique Pinto**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial de Educação,  
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

A368e Alencar, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de, 1988-  
Escolarização no norte do Espírito Santo início do Século XX  
: das escolas isoladas aos grupos escolares / Ingrid Regis de  
Freitas Schmitz de Alencar. – 2016.  
189 f. : il.

Orientador: Regina Helena Silva Simões.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Brasil – História – República Velha, 1888-1930. 2.  
Educação – História. 3. Espírito Santo (ES) – Educação. 4.  
Colatina (ES) – Educação. 5. São Mateus (ES) – Educação. I.  
Simões, Regina Helena Silva. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada do que foi feito se faria. Sua alegria é a minha força; sua paz, o meu alimento. Com Ele, mesmo nas situações difíceis, sinto-me segura.

A Helio, meu cônjuge, amigo, amante, cúmplice, companheiro, por respeitar e apoiar o meu sonho, por apostar na minha tentativa de fazer um mestrado em meio a tantas impossibilidades, por sofrer e se alegrar junto comigo, por economizar junto, por investir e entender a necessidade de tantos momentos de isolamento para me dedicar à escrita.

Aos meus pais, sogros, irmãs, cunhados e todos os parentes que acreditaram, torceram e apoiaram essa odisséia e por compreenderem as minhas ausências. Em especial, a minha avó, Jorgina, por acompanhar, apesar da distância, cada etapa desta escrita, sempre perguntando quantas páginas do meu “livro” eu já tinha escrito.

À professora Regina Helena Silva Simões, que usa de seu vasto conhecimento para encantar e elevar todos à sua volta, por me motivar com suas palavras, por repetir tantas vezes, com paciência, as coisas que demorei para entender, por aceitar o desafio de me orientar, pela rede de colaboração que constrói com ética e generosidade, da qual agora me sinto parte. Obrigada pela sábia orientação neste trabalho que me fez hipertrofiar intelectualmente.

À Maria Alayde, professora e amiga, incentivadora, por me fazer acreditar que o mestrado era possível. Obrigada por levar a esperança ao norte.

À professora Janete Magalhães Carvalho pela maneira inefável de ser tão especial para mim. Pela empatia, o carinho, os afetos, o jeito irreverente, autêntico e encantador. Obrigada por me inspirar e por me mostrar que o mestrado é muito mais do que produção de conhecimento.

Ao professor Antônio Henrique Pinto pela disponibilidade e esmero na leitura do trabalho.

À Rosianny e Rafaelle, que me ensinaram o significado da amizade. Por sua generosidade, hospitalidade e companheirismo. Amo vocês.

À Márcia Alessandra “do Ramalho”, grande amiga, e ao Dr. Eduardo Pavan, médico que receita livros, tratamento no meu caso muito eficaz, e a toda a sua família. Vocês me receberam em sua casa por um semestre inteiro, tornando possível a realização de mais uma etapa deste curso. Obrigada.

Aos atendentes, estagiários, historiadores e arquivólogos que me receberam nos acervos que consultei obrigada pela disponibilidade em ajudar.

Aos colegas do Nucaphe: Maria Alayde e Andrea Locatelli pela generosidade na troca e no compartilhamento de fontes; à Elda pela generosidade e disposição em ajudar nos momentos de necessidade; Ariadny, Carolina, Gustavo, Jordana, Miriã, Rafaelle, Rita, Rosianny, Sara e Tatiana pelas conversas, dicas e orientações, pelo acolhimento, paciência e respeito ao meu processo de aprendizagem. Agradeço, por me ensinarem e me fazerem sentir parte de um grupo.

Aos professores do PPGE/Ufes, aos colegas da Turma 28 e aos funcionários dessa casa pelos momentos em que pudemos compartilhar os saberes, as dúvidas, os textos, a burocracia e as risadas. Especialmente às amigas Marcia Alessandra, Juliana Paoliello, Eliane Ebrum, Rosiane Sudré, Celina Loose, Sandrina, Bruna Neitzel e Bete (da secretaria).

Aos colegas, alunos e demais funcionários da EMEF Marília de Resende S. Coutinho pelas conversas, pelo abraço e pelo apoio cotidianos.

À Alina Bonella pela espera paciente e revisão cuidadosa deste texto.

Sou grata pela oportunidade de viver esta experiência e me sentir privilegiada em conhecer tantas pessoas especiais e maravilhosas que contribuíram e ajudaram de alguma forma, direta ou indiretamente, na minha conquista.

## RESUMO

Objetiva investigar a expansão do ensino primário no norte do Espírito Santo, entre 1908 e 1930, e os desdobramentos dos discursos republicanos no campo educacional, em circulação nesse período, no processo de expansão da escolarização primária norte espírito-santense. Toma como referencial teórico a compreensão, tratamento e trabalho com as fontes propostas por Carlo Ginzburg, Marc Bloch e Michel de Certeau. As ideias desses autores contribuíram nas aproximações da história da educação no norte do Estado a partir de uma abordagem microanalítica que propõe a variação de escalas. Mensagens de governo, relatórios de instrução e inspeção, documentos oficiais avulsos, decretos e regulamentos sobre a instrução no período, fotografias, matérias de jornal e livros, teses, dissertações e artigos sobre a história dos municípios em destaque compõem o *corpus* documental da pesquisa que considera ser a expansão do ensino no norte do Espírito Santo viabilizada principalmente por meio da atuação de professores em escolas isoladas, cujas condições físicas, estruturais e materiais não condiziam com o discurso de escola republicana propagado. As construções destinadas a serem grupos escolares naquela região revelam a fragilidade e ausências dessa instituição, cuja materialidade estava afirmada apenas no discurso político. Esta pesquisa considera aproximações e distanciamentos entre os municípios de Colatina e São Mateus, indicando que o processo de expansão do ensino primário apresenta singularidades em ambos. Trata-se de uma contribuição para o conhecimento da história da educação no norte do Espírito Santo.

Palavras-chave: Grupo escolar. Escola isolada. Primeira República. Espírito Santo.

## ABSTRACT

The work investigates the expansion of the Elementary School held in the north of Espírito Santo State, from 1908 to 1930, and the ramifications of the republican speeches regarding the educational field, in circulation in that period, concerning the expansion process of the primary schooling in the north of the state. It uses as theoretical referential the comprehension, treatment and work with the sources proposed by Carlo Ginzburg, Marc Bloch and Michel de Certeau. Such authors' ideas contributed for the education history approaches in the north of the State from a micro-analytical approach that proposes the variation of scales. Messages from the government, instruction reports and inspections, separate official documents, decrees and regulations about the instruction in this period, photographs, newspaper articles and books, dissertations and articles about the history of pronounced districts compose the documental *corpus* of the research that is considered to be the teaching expansion in the north of Espírito Santo mainly carried out through the work of isolated school Teachers, whose physical and structural conditions are not in conformity with the programmed republican school speech. The constructions intended to be school groups in that region reveal the weakness and lack of the institution, which materiality has been only affirmed in the political discourse. This research considers approaches and gaps between the districts of Colatina and São Mateus, indicating that the elementary school expansion process presents singularities in both cases. It is about a contribution for the knowledge of the education history in the north of Espírito Santo.

**Keywords:** School group. Isolated school. Primary Republic. Espírito Santo.



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Largo da praça de São Mateus (1908) .....	85
Fotografia 2 – Grupo Escolar da Cidade de São Mateus (1924) .....	85
Fotografia 3 – Escola feminina de Demetrio Ribeiro, município de Pau Gigante, sob a regência da professora Terezita Farina .....	94
Fotografia 4 – Escola feminina da cidade de Conceição da Barra, município do mesmo nome, sob a regência da professora Maria R. da Silva .....	102
Fotografia 5 – Escola de Barbados .....	114
Fotografia 6 – Fachada das Escolas Reunidas Aristides Freire, em Colatina .....	117
Fotografia 7 – Escola Mista de Núcleo Afonso Penna .....	136

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das zonas de inspeção escolar .....	18
Quadro 2 – Teses e dissertações sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e Estados brasileiros .....	22
Quadro 3 – Relação de escolas por modalidade em 21 Estados brasileiros no ano de 1922 .....	27
Quadro 4 – Artigos publicados em periódicos sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e estados brasileiros .....	32
Quadro 5 – Artigos publicados em anais de congressos sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e Estados brasileiros .....	33
Quadro 6 – Teses e dissertações sobre aspectos da educação capixaba durante a primeira metade do século XX, defendidas no PPGE .....	38
Quadro 7 – Materiais fornecidos às escolas de São Mateus entre 1910 e 1924 .....	88
Quadro 8 – Mapeamento dos professores de São Mateus .....	97
Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 .....	118
Quadro 10 – Mapeamento dos professores de Colatina .....	127

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>DELIMITAÇÃO DO TEMA</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: INTERROGANTO O TEMA</b> .....	21
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b> .....	42
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3 NARRATIVAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: EXPLORANDO CONTEXTOS</b> .....	49
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>4 ENTRE ESCOLAS ISOLADAS E O GRUPO ESCOLAR: MODOS DE ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE CAPIXABA EM TEMPOS REPUBLICANOS</b> .....	68
4.1 ESCOLAS DE SÃO MATEUS .....	77
4.1.1 Estrutura física e prédios escolares .....	77
4.1.2 Material escolar .....	87
4.1.3 Sujeitos das escolas .....	97
4.2 ESCOLAS DE COLATINA .....	107
4.2.1 Estrutura física e prédios escolares .....	107
4.2.2 Material escolar .....	117
4.2.3 Sujeitos das escolas .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	144

<b>FONTES</b> .....	155
<b>APÊNDICE</b> .....	160
APÊNDICE A – Inventário das Fontes .....	161
<b>ANEXOS</b> .....	164
ANEXO A – Municípios em 1920 e seus desmembramentos atuais .....	165
ANEXO B – Relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1910 .....	166
ANEXO C – Relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1921 .....	167
ANEXO D – Relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1922 .....	169
ANEXO E – Relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1924 .....	171
ANEXO F – Relação das atribuições dos inspetores escolares – adaptado do Regulamento da Instrução de 1925 .....	174
ANEXO G – Distribuição do serviço de Inspeção Escolar (fevereiro de 1912) .....	176
ANEXO H – Distribuição do serviço de Inspeção Escolar (fevereiro de 1927) .....	177
ANEXO I – Distribuição do serviço de Inspeção Escolar (julho de 1927) .....	178

## INTRODUÇÃO

Professora do ensino fundamental da rede pública, com formação inicial em Educação Física, posso<sup>1</sup> dizer que o meu interesse pela história se acendeu, com mais vigor, quando, ao me mudar para Guriri/ES, vinda de outro Estado, deparei-me com o livro “História de São Mateus”, de autoria de Eliezer Nardoto e Herinéia Lima<sup>2</sup> (1999), inteiramente dedicado a contar a história do município. Já estimulada, no meio familiar, a conhecer a trajetória dos lugares por onde passávamos em viagens, aquela era a primeira vez que me via diante de um registro oficial, em forma de livro, sobre a história de um lugar.

No decorrer da pós-graduação *lato sensu* em Ensino, oferecida pelo Centro Universitário Norte do Espírito Santo/Universidade Federal do Espírito Santo (Ceunes/Ufes), localizado no *Campus* de São Mateus, aproximei-me da temática formação de professores, na perspectiva da história da educação, pela qual comecei a nutrir um grande interesse.

Concomitantemente a esse processo, uma estreita relação com a disciplina história da educação, ofertada no referido curso pela professora Maria Alayde Alcântara Salim, aproximou-me das pesquisas sobre os grupos escolares do Espírito Santo na Primeira República. O interesse por esse tema surgiu justamente do problema que representava, para mim, compreender esses grupos em sua formação, implantação, organização e representação política e social.

Nesse processo, fui convidada pela professora a participar do Núcleo de Pesquisa em História da Educação sediado no Ceunes, no qual pude ampliar meus conhecimentos sobre a história cultural e a história dos Annales, o que contribuiu para aumentar ainda mais meu interesse pelas pesquisas em história da educação e por compreender esse modo de fazer pesquisa para além da mera descrição dos fatos.

---

<sup>1</sup> Por se tratar de trajetória pessoal, optei por redigir a introdução do texto na primeira pessoa do singular, mantendo a primeira pessoa do plural desse ponto em diante.

<sup>2</sup> Eliezer Ortolani Nardoto é um mateense, formado em Administração de Empresas. Já exerceu cargo de chefia em várias pastas do município de São Mateus, incluindo Turismo e Infraestrutura. Participou de vários projetos envolvendo a memória e história de São Mateus, como a montagem do documentário “São Mateus, minha cidade” e a edição dos guias de turismo do município em 1994 e 1995, entre outros. Herinéia Lima, também natural de São Mateus, era professora e atuou como Secretária Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de São Mateus entre 1989 e 1992. Autora do livro *São Mateus: aspectos gerais* e coautora da revista *São Mateus 450 anos*, entre outras publicações, também foi colaboradora do *Jornal de São Mateus*, assinando as colunas “Memória” e “Acontecendo”.

Iniciei uma ação de procura por fontes sobre a implantação dos grupos escolares nos municípios de Linhares e de São Mateus e a escassez de dados sobre o tema, nesses municípios, gerou uma série de inquietações e estranhamentos. Os problemas surgidos suscitaram debates com os membros no Núcleo e alimentaram a ideia de propor uma pesquisa sobre o tema.

Esse encontro com a história da educação resultou em uma pesquisa que tinha como foco a ser desenvolvido a criação do Grupo Escolar Amâncio Pereira, na cidade de São Mateus/ES, o qual corresponde ao primeiro prédio especificamente destinado à educação, erigido nos moldes republicanos, no norte do Estado do Espírito Santo.

Contudo, foi possível perceber que a implantação e expansão do modelo educacional republicano não ocorreu no norte do Estado com a mesma intensidade que se estabeleceu no sul do Espírito Santo e em sua Capital. Ademais, nos momentos de produção de fontes, ficou claro o veemente silêncio que se forma quando a pergunta é sobre a história da educação no norte capixaba.

Durante o percurso da pesquisa, e depois de muitos debates sobre o tema com os membros do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), entendi que, apesar de ser possível construir uma narrativa (com base no referencial metodológico adotado nesse grupo de pesquisa) sobre um grupo escolar que está mais ausente do que presente nas fontes até agora inventariadas, se torna imprescindível, inclusive a partir das inquietações que nascem dessas ausências, **perguntar que tipo de escolarização acontecia no norte do Espírito Santo durante a Primeira República.**

Por outro lado, ao investigar a escolarização na região norte capixaba, parti do entendimento de que os estudos no campo da história da educação têm se apresentado como importantes meios para o registro e organização de acontecimentos do passado e, mais do que isso, para produzir reflexões sobre práticas docentes e políticas educacionais, nas relações entre passado e presente. Nesse sentido, Marc Bloch (2001), rejeitando o conceito de história como uma “ciência do passado”, defende que o processo fundamental do ofício do historiador é compreender o presente pelo passado e, correlativamente, o passado pelo presente.

## DELIMITAÇÃO DO TEMA

Apesar do trabalho realizado nos últimos anos pelos pesquisadores da História da Educação no Espírito Santo,<sup>3</sup> esse é um campo de investigação que ainda está longe de ser esgotado. A exemplo disso, podemos citar o ensino primário no norte do Estado no período da Primeira República, a respeito do qual não há estudos registrados.

Sobre o ensino primário no Espírito Santo, na Primeira República, figuram algumas pesquisas (as quais veremos pormenorizadamente à frente) como a de Ferreira (2000), que aborda a expansão dos grupos escolares no Estado; a tese produzida por Locatelli (2012), que investiga os modelos arquitetônicos dos grupos escolares capixabas no recorte entre 1908 e 1930 e traz informações abrangentes sobre vários grupos escolares criados no Estado, no período. Contudo, assim como em Ferreira (2000), é possível perceber na tese de Locatelli (2012) a carência de dados acerca da escolarização primária norte espírito-santense.

Ainda sobre a escolarização primária no Estado, há a pesquisa recentemente desenvolvida por Lidiane Picoli Lima sobre o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, localizado na região sul do Espírito Santo. Nesse rol, figuram ainda as produções de Simões e Salim que concentram suas pesquisas na Capital do Estado; e a dissertação de Sonia Maria da Costa Barreto, que aborda as políticas educacionais no Espírito Santo, entre 1900 e 1930, defendida em 1997.

Simões Franco e Salim (2009, p. 19), ao realizarem um levantamento das produções acadêmicas da História da Educação no Espírito Santo, concluem<sup>4</sup> que não só é mínimo o número de teses e dissertações sobre o tema, em períodos anteriores ao século XX, como há uma concentração de dados originados na Capital do Estado. Podemos perceber o caráter incipiente das pesquisas históricas em geral e em especial sobre a educação no norte do Espírito Santo. Como afirma Salim (2009, p. 217):

---

<sup>3</sup> Entre os investimentos feitos, estão as pesquisas que compõem o Nucaphe, que têm se intensificado, nos últimos anos, com o trabalho de estudantes e pesquisadores. Com base no estudo de um grupo que começou a se reunir no começo da década de 2000, o Nucaphe foi criado em 2011 e oficializou a constituição da rede de colaboradores que tem se dedicado à pesquisa histórica em educação e que vem constantemente se fortalecendo, aumentando e possibilitando a produção de teses, dissertações e artigos científicos, além da publicação de livros sobre o tema, dentre os quais, podemos citar o *Catálogo de fontes e História da educação no Espírito Santo*.

<sup>4</sup> Mais adiante fazemos um mapeamento das produções acadêmicas em História da Educação no Espírito Santo a partir do recorte final desses autores.

A História do Espírito Santo e, em especial, a História da Educação, apresentam-se como um campo de pesquisa ainda pouco explorado. Sendo assim, mesmo entre estudantes e profissionais da área da educação, prevalece um profundo desconhecimento dos aspectos históricos que marcaram o processo educacional do Estado.

Considerando a importância do ensino primário no cenário da história da educação brasileira durante a Primeira República, a ampliação dos estudos sobre a escolarização primária nas diferentes regiões do Espírito Santo poderá colaborar para uma visão mais aprofundada e abrangente desse processo no Estado.

Neste estudo, partimos do pressuposto de que, no norte do Espírito Santo, a expansão do ensino esteve relacionada com pelo menos dois movimentos que ocorreram entre o final do século XIX e o início do século XX: a chegada de imigrantes europeus no final do século XIX, que provocou o povoamento significativo da região, expandindo-a para o interior do território que era praticamente inabitado<sup>5</sup> (SIMÕES; FRANCO, 2014) e a Proclamação da República, que traz consigo elementos da modernidade,<sup>6</sup> como a urbanização das cidades, a industrialização, a abertura de estradas de rodagem e de ferro e a instrução republicana.

O estabelecimento de novos moradores no interior do Estado cria outras demandas, como a necessidade de escolas. Simões e Franco (2014) apontam que, desde a década de 1830, se intensificaram os discursos sobre a necessidade de expansão da oferta de ensino. Com a Proclamação de República,<sup>7</sup> disseminou-se a visão sobre a instrução como forma de promover o desenvolvimento do povo e da nação, o que foi logo associado à necessidade de aumentar a oferta à instrução primária.

No Estado do Espírito Santo, de base econômica predominantemente agrícola, as apropriações da educação republicana tomariam rumos diversos nas suas três principais regiões (sul, central e norte). A reforma educacional implantada em terras capixabas, em 1908, propunha uma reorganização do ensino com ênfase na implementação de espaços específicos reservados às

---

<sup>5</sup> Ressaltamos que a consideração da região norte como inabitada se faz dentro de uma lógica da colonização. Segundo Cancela (2012), Nardoto e Lima (1999) e Zunti (2000), essa era uma região maciçamente habitada por índios e, posteriormente, por negros que foram escravizados e seus descendentes, apesar das narrativas históricas não darem muito destaque a esses grupos.

<sup>6</sup> Dos elementos que marcaram o período republicano, podemos dizer que alguns, como a urbanização, se limitaram à Capital e outros, como a industrialização, não chegaram a se consolidar no Espírito Santo.

<sup>7</sup> A Primeira República Brasileira, ou República Velha, corresponde a um período da História do Brasil que vai de 1889 a 1930.



aulas, que antes eram ministradas nas casas ou nas igrejas (FARIA FILHO, 1998). No interior norte do Estado, a dificuldade de acesso e o pouco investimento do Poder Público no estabelecimento de instituições educativas naquela região apontam para a necessidade popular de percorrer outros caminhos em busca de oferta de educação.

O norte do Estado do Espírito Santo traz consigo questões peculiares, quando o assunto é a formação histórica de seu território. Durante muito tempo, boa parte do que conhecemos hoje como a “região norte capixaba”, pertenceu à Capitania de Porto Seguro. A coroa portuguesa, preocupada com o escoamento (contrabando) de ouro e pedras preciosas pelos rios Doce e Cricaré (também conhecido como rio São Mateus), cujas cabeceiras estão localizadas nas Minas Gerais,<sup>8</sup> e diante do insucesso de Vasco Coutinho em administrar o povoamento dessa região, que sofria constantes ataques dos índios, acabou por passar o Espírito Santo “[...] ao governo do Sul [Rio de Janeiro], embora muitas das providências administrativas continuaram a ser tomadas em Salvador por muito tempo” (NARDOTO; LIMA, 1999, p. 31).

Nos idos da Proclamação da República, São Matheus e Barra de São Matheus<sup>9</sup> já eram considerados território capixaba, mas o processo litigioso sobre a posse original dessas terras se arrastaria ainda por muito tempo, entre a Bahia e o Espírito Santo. Até que, segundo Nardoto e Lima (1999, p. 36), em abril de 1926, firmou-se um convênio entre os dois Estados, estabelecendo como divisa entre eles o Riacho Doce; pacto esse que, de acordo com os mesmos autores, “[...] continua sendo discutido entre os dois estados, podendo ser alterado a qualquer tempo” (NARDOTO; LIMA, 1999, p. 36).

A despeito das questões políticas, a sociedade mateense formou-se culturalmente a partir das contribuições dos índios, negros, brancos e sujeitos provenientes de diversas partes do mundo<sup>10</sup> que aportavam no Porto de São Matheus, no início do século, proporcionando uma circularidade cultural ímpar naquela região.

---

<sup>8</sup> Sobre isso, ver Cancela (2012) e Nardoto e Lima (1999).

<sup>9</sup> Barra de São Matheus, que posteriormente fora desmembrada de São Mateus, corresponde ao município de Conceição da Barra.

<sup>10</sup> A exemplo, podemos citar o Monsenhor Guilherme Schmitz que, ordenado padre na Alemanha, veio exercer o sacerdócio em São Matheus, e o Sr. Adib, sírio que chegou em São Matheus no início do século XX, casando-se com uma viúva mateense e constituindo família cujos descendentes lá residem até os dias atuais.

Economicamente falando, o café e a madeira são apontados como os principais produtos de exportação comercializados no período. Em São Mateus, a farinha de mandioca se constituiu como o mais importante meio de subsistência por muito tempo e ainda hoje representa produto típico da região.

Linhares (e Colatina que era parte do território linharenses), vila formada às margens do rio Doce, foi estrategicamente fundada. A Villa de Linhares, assim como a de São Mateus, constituía uma espécie de “barreira”, que serviria para fiscalizar e impedir o escoamento das riquezas mineiras pelos rios. Apesar de situar-se geograficamente no norte do Estado do Espírito Santo e de ter sido colonizada inicialmente com o mesmo propósito de São Mateus, Linhares apresenta uma identidade cultural, econômica e política completamente diversa de sua vizinha, em muitos momentos de sua história.

Igualmente rica em florestas, madeiras e possuidora de solo fértil, Linhares, a partir dos anos 1906, sofre mudanças em sua configuração administrativo-econômica que coincidem com o processo de expansão do ensino investigado no recorte temporal estabelecido. Em função da construção da estrada de ferro que vai de Vitória, no Espírito Santo, a Diamantina, Minas Gerais, passando por Colatina (que pertencia a Linhares), associada à chegada dos imigrantes europeus que se instalaram em colônias por toda aquela região, Colatina passaria, no decorrer dos anos seguintes, a principal cidade e sede do município, no lugar de Linhares que se tornou subordinada àquela.<sup>11</sup>

Hoje, ao olhar para o norte do Espírito Santo, fica evidente a impossibilidade de contar sua história tomando como base uma única matriz interpretativa. Menos ainda seria possível fazê-lo para a história da educação, visto que há aqui uma pluralidade de relações culturais, sociais, políticas, religiosas e econômicas exercendo tensões diferentes nos vários municípios do norte.

Compondo a tessitura dessas relações, as apropriações feitas pelos habitantes daquela região acerca das estratégias republicanas de governo convidam a aproximar o olhar sobre a questão da expansão do ensino no norte do Espírito Santo.

---

<sup>11</sup>Por esse motivo, ao longo do texto, farei referências àquela região como Colatina, já que, no período estudado, a sede administrativa do município passa a ser Colatina.

O desafio de querer compreender a escolarização primária no norte desse Estado, durante a Primeira República, ao mesmo tempo em que impõe limites também instiga o interesse acadêmico e profissional por conhecer os processos que conformaram a educação norte capixaba atual.

Por desafio, consideramos o fato de não termos localizado até agora produções acadêmico-científicas que tratem da educação primária no norte do Espírito Santo, durante a Primeira República. Desse modo, os limites da pesquisa se impõem por ser esta uma investigação inicial, logo incapaz de ser tão profunda, quanto se pretende abrangente. Isso implica o entendimento de que serão necessárias outras pesquisas que possam aprofundar o conhecimento sobre a educação primária norte capixaba e, conseqüentemente, o conhecimento de nós mesmos como professores.

Esta é a parte que aguça o interesse para a pesquisa: a expectativa de que, conhecendo a história da educação de nossa região, ainda que seja um conhecimento inicial, possamos nos conhecer melhor como professores, refletir sobre nossa formação e práticas de ensino e também poder contribuir para a escrita da história da educação capixaba.

Sabemos que a universalização do ensino aparecia como o carro-chefe do discurso republicano sobre a “instrução primária”, tema esse que se configura como uma questão do presente (BLOCH, 2001), no *continuum* da escola pública no Brasil, se pensarmos as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 2014.<sup>12</sup> Sabemos também que o modelo de escola inicialmente pensado para formar o cidadão republicano era o grupo escolar.

Pelos dados dos quais dispomos, podemos inferir que, no norte do Espírito Santo, assim como em outros municípios e Estados brasileiros, muita coisa escapou ao modelo prescritivo republicano para a instrução pública. A proposta desta dissertação é que, ao invés de focar nas ausências ou naquilo que “faltava” na educação primária dessa região, segundo expectativas expressas no discurso republicano, experimentemos trilhar essa jornada investigativa exercitando o olhar para “o que acontecia”, o que se produzia social e culturalmente naquele lugar, como Certeau (2004) sugere que façamos.

---

<sup>12</sup>Ver Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o **PNE e dá outras providências** (PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: Inep, 25 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>).

Como “norte” do Espírito Santo, delimitamos o território que vai das margens do rio Doce até a divisa com o Estado da Bahia, que compreendia os municípios de Colatina e São Mateus. O critério adotado para essa delimitação parte da análise da distribuição das zonas de inspeção da Instrução Pública. Durante o período estudado, os municípios do norte capixaba aparecem assim distribuídos:

Quadro 1 – Distribuição das zonas de inspeção escolar

	<b>Fevereiro de 1912</b>	<b>Fevereiro de 1927</b>	<b>Julho de 1927</b>
<b>1ª Zona</b>	Cachoeiro de Itapemirim (sede da zona)	Victória, Espírito Santo, Cariacica	Capital, Serra, Espírito Santo, Cariacica
<b>2ª Zona</b>	Guarapary (sede da zona)	Vianna, Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Thereza	Colatina, Barra de São Mateus e São Mateus
<b>3ª Zona</b>	Colatina (sede da zona)	Guarapary, Anchieta, Iconha, Rio Novo, Alfredo Chaves, Itapemirim	Itaguassú e Affonso Claudio
<b>4ª Zona</b>	Capital	Fundão, Pau Gigante, Serra, Santa Cruz, Riacho	Viana, Domingos Martins, Alfredo Chaves
<b>5ª Zona</b>		Cachoeiro de Itapemirim, Moniz Freire, Rio Pardo	Itapemirim, Iconha, Anchieta e Guarapary
<b>6ª Zona</b>		Colatina, Itaguassú, Afonso Cláudio	Alegre, Moniz Freire e Rio Pardo
<b>7ª Zona</b>		Muquy, São Pedro de Itabapoana, Ponte de Itabapoana, Calçado, Alegre	Fundão, Santa Leopoldina e Santa Thereza
<b>8ª Zona</b>		Conceição da Barra e São Mateus	Cachoeiro de Itapemirim, Muquy, Rio Novo
<b>9ª Zona</b>			Calçado, São Pedro de Itabapoana, Ponte de Itabapoana
<b>10ª Zona</b>			Pau Gigante, Santa Cruz, Riacho

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo, grifo nosso.

Neste estudo, estabelecemos como foco de análise dois desses municípios – Colatina e São Mateus – que, em 1927, se situavam na mesma zona de inspeção, por entendermos que o perfil geográfico, social, econômico, cultural e político de cada um deles torna possível, no entrecruzamento das fontes analisadas, evidenciar o caráter heterogêneo da região norte do Estado do Espírito Santo.

Na tentativa de contribuir para o conhecimento que temos acumulado sobre as instituições escolares capixabas, pretendo abordar, no processo de expansão do ensino primário no norte do Espírito Santo, fios que possibilitem vislumbrar parte do cenário educacional da Primeira República nessa região e ajudem a pensar as possibilidades da educação que se pretendia republicana, no interior do Estado. Assim, a pesquisa buscou investigar apropriações capixabas, especialmente no norte do Espírito Santo, da expansão escolar primária pensada pela Primeira República.

Entendendo ser importante considerar a reforma educacional republicana no cenário capixaba da Primeira República,<sup>13</sup> tomamos como recorte inicial o ano de 1908, estabelecendo o limite temporal desta investigação no ano de 1930. O propósito desse recorte reside no interesse de analisar alguns desdobramentos das duas reformas educacionais implementadas sob a égide do Republicanismo no Espírito Santo. A primeira (1908), conhecida como Reforma Gomes Cardim, visava basicamente à implantação dos grupos escolares, e a segunda (1928), a Reforma Atílio Vivacqua, voltada principalmente para a implantação da escola ativa no Espírito Santo.

O primeiro capítulo expõe uma revisão da literatura sobre a escola primária brasileira no período pesquisado, reunindo produções encontradas em bancos de teses, artigos de periódicos e de eventos acadêmicos sobre o assunto no Brasil, no Espírito Santo e em sua região norte.

O segundo capítulo apresenta interlocuções teórico-metodológicas que subsidiaram a prática historiográfica desenvolvida, o entendimento, o tratamento e a análises das fontes. Incluímos, também, as fontes consultadas.

Focalizamos, no terceiro capítulo, a escolarização primária no contexto de cada um dos municípios estudados do norte do Espírito Santo, durante a Primeira República. Nele buscamos aproximações com diferentes possibilidades e condições de existência de instituições escolares primárias em cada município e também na região norte de modo geral, quando possível. Trazemos alguns dados, projetos e prescrições para a instrução pública expressos nos discursos do governo.

O quarto capítulo analisa modos de escolarização no norte capixaba durante a Primeira República e os desdobramentos e apropriações das prescrições governamentais acerca da instrução em cada um dos municípios estudados, quer em relação às próprias escolas (estrutura física, localização, condições higiênicas) e seu material pedagógico; quer em relação aos sujeitos, sejam eles professores (condições de trabalho e práticas de ensino) sejam alunos que

---

<sup>13</sup>O mandato de Jeronymo Monteiro (1908-1912) estava empenhado em modernizar o Espírito Santo. Sobre as medidas tomadas por esse governo, Barreto (1997) cita a instalação da rede de esgoto, da rede de energia elétrica, dos bondes elétricos, da água encanada, a construção do Hospital da Misericórdia, a criação da Caixa Beneficente Jeronymo Monteiro, a abertura de estradas por “todo o Estado”, o aumento da produção agrícola, a melhoria dos rebanhos bovinos, a construção da Usina de Paineiras, a melhoria da máquina administrativa e o desenvolvimento ímpar do ensino público. Sobre este último, especifica: “[...] estimulou nas escolas, os cânticos patrióticos e introduziu a disciplina ‘Moral e Cívica’ nos currículos escolares” (BARRETO, 1997, p. 51).

frequentavam essas escolas (perfil do público escolar, condições de acesso e frequência às aulas).

Encerramos a dissertação tecendo considerações sobre as análises e interpretações produzidas ao longo do texto, relacionando-as com outros estudos e pesquisas acerca desse tema. Delineiam-se, dessa maneira, algumas contribuições desta pesquisa para a escrita da história da educação.

## CAPÍTULO 1

### ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: INTERROGANDO O TEMA

Esta pesquisa **investiga o processo de expansão do ensino primário no norte do Estado do Espírito Santo, no momento em que se colocava o grupo escolar como modelo de escolarização para todo o território nacional. Para tanto, interrogou as fontes analisadas a partir de duas questões**

- Como se deu a expansão do ensino primário no norte do Espírito Santo, no contexto político, social, econômico e cultural desse Estado, entre 1908 e 1930?
- Quais os desdobramentos dos discursos republicanos no campo educacional, que estavam em circulação na Primeira República, no processo de expansão da escolarização primária norte espírito-santense?

Para o mapeamento e a leitura de trabalhos produzidos sobre a expansão do ensino primário no Brasil e no Estado do Espírito Santo, abrangendo a análise de teses, dissertações, artigos publicados em periódicos e trabalhos em anais de eventos especializados, utilizamos os seguintes descritores: “Primeira República”, “Escola Graduada”, “Grupo Escolar”, “Instrução Primária” e “Instrução Pública”, “Escolas isoladas”, “Escolas Reunidas”, “Ensino Primário”, “Expansão do Ensino”, “Organização do Ensino”, “Estruturação do Ensino”, “Implantação do Ensino”, “Institucionalização do Ensino”, “Processo de Escolarização”, “Escolarização Primária”. Contudo, o termo que proporcionou resultados de busca mais satisfatórios aos objetivos do mapeamento dos estudos foi o descritor “Grupo Escolar”.

Segundo Souza (2006), ao longo do século XX, no Brasil, algumas instituições escolares “[...] encarnaram o próprio sentido da escola primária no Brasil, entre elas, especialmente, os grupos escolares” (SOUZA, 2006, p. 111). Isso poderia justificar o fato de, apesar de a expansão da educação primária na Primeira República não se resumir a apenas um modelo de ensino, seja para o Estado do Espírito Santo, seja em âmbito nacional, observarmos nas buscas feitas a estreita ligação entre o tema investigado e o termo “Grupos Escolares” por meio do qual encontramos grande parte dos textos.

Um dos recursos utilizados para a localização de teses e dissertações indisponíveis *on-line* foi a consulta às referências bibliográficas indicadas nas teses e dissertações selecionadas e nos livros utilizados neste trabalho. Dessa forma, foi possível localizar, por exemplo, a dissertação de Barreto (1997), um dos poucos estudos sobre a educação no Espírito Santo entre 1900 e 1930.

Como resultado da busca, foram relacionadas 15 teses e dissertações que abordam a expansão, organização, institucionalização (e termos afins) do ensino primário em determinado Estado, região ou cidade. Ciente de que as narrativas históricas sobre a expansão do ensino primário podem variar seu recorte temporal em função do momento em que tenha ocorrido este fenômeno na região investigada, apesar de a delimitação temporal ser a Primeira República, alguns trabalhos acabaram constituindo a tabela de teses e dissertações, mesmo extrapolando essa delimitação, devido à contribuição de suas reflexões para este trabalho.

Sendo assim, foram reunidos dois trabalhos datados da década de 1990, três publicados nos anos 2000 e dez na primeira metade da década de 2010. Esse dado pode indicar a intensificação das pesquisas sobre a expansão do ensino primário, a qual encontra três representantes no Espírito Santo (BARRETO, 1997; LOCATELLI, 2012; LIMA, 2013), além de pesquisas sobre o processo de escolarização em São Paulo (SOUZA, 1996; CARREIRA, 2012; PEREIRA, 2013); na Paraíba (PINHEIRO, 2001; ADVÍNCULA, 2012); em Mato Grosso (REIS, 2003; SANTOS, 2012); em Sergipe (AZEVEDO, 2006); no Maranhão (SILVA, 2011), em Minas Gerais (DINIZ, 2012); no Pará (LOBATO, 2014) e um estudo comparado entre São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (FERREIRA, 2013). No quadro a seguir, é possível visualizar as pesquisas citadas:

Quadro 2 – Teses e dissertações sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e Estados brasileiros (continua)

Título	Autor	Ano	Recorte Temporal	Tipo (T ou D)	Instituição	Locus	Palavras-chave
Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)	SOUZA, Rosa F. de	1996	1890 - 1910	T	USP	São Paulo – SP	-
Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico	BARRETO, Sonia Maria da Costa.	1997	1900-1930	D	UFES	Espírito Santo	-
Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba	PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira.	2001	1849-1949	T	UNICAMP	Paraíba	-



Quadro 2 – Teses e dissertações sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e Estados brasileiros (conclusão)

Título	Autor	Ano	Recorte Temporal	Tipo (T ou D)	Instituição	Locus	Palavras-chave
Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)	REIS, Rosinete M.	2003	1910 - 1927	D	UFMT	MT	-
Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização	AZEVEDO, Crislane Barbosa	2006	1911-1930	D	UNEB	Sergipe	Grupo Escolar, Sergipe, República, ensino primário
A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)	SILVA, Diana Rocha da	2011	1903-1920	D	UFMA	Maranhão – MA	Grupo escolar, instrução pública primária
A organização da instrução pública em Patos de Minas-MG no contexto republicano de 1889 a 1928	DINIZ, Andrea Fabiane Machado	2012	1889-1928	D	UNIUBE	Patos de Minas-MG	Primeira República, instrução pública, grupo escolar, Patos
A marcha do progresso: a construção do cidadão republicano	CARREIRA, André Luiz Rodrigues	2012	1893 - 1945	D	UNISANTOS	Santos - SP	Educação, escola, República, políticas, cultura escolar
O processo de escolarização em Princesa/PB: política e educação(1920-1939)	ADVÍNCULA, Charya Charlotte Bezerra	2012	1920-1939	D	UFPB	Princesa – PB	Processo de escolarização, Princesa-PB, cadeiras isoladas, educação pública
Escolas reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)	SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos.	2012	1927-1950	D	UFMT	Mato Grosso – MT	História da educação, ensino primário, escolas reunidas
Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história	LOCATELLI, Andrea Brandão.	2012	1908-1930	T	UFES	Espírito Santo	Grupos escolares capixabas, arquitetura, memórias, histórias da educação
A história do processo de periferização dos grupos escolares em Campinas nos primórdios da República	PEREIRA, Rosimeri da Silva	2013	1922-1932	T	UNICAMP	SP	Grupos escolares, escolas isoladas, República-Brasil (1897-1932), urbanização, industrialização, periferias urbanas
Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890–1930)	FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto	2013	1890–1930	T	UFU	São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte	Organização, educação, escola primária, República
Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: O Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925)	LIMA, Lidiane Picoli	2013	1908-1925	D	UFES	Espírito Santo	Grupo Escolar Bernardino Monteiro, educação física, escotismo
“Templos de Civilização” no Pará: a institucionalização dos grupos escolares (1890-1910)	LOBATO, Ana Maria Le	2014	1890-1910	T	UFC	Pará	Institucionalização dos grupos escolares, educação primária republicana, conservadores e liberais, republicanismo, modelo escolar

Legenda: T (tese); D (Dissertação).

Fonte: Da autora.

De acordo com o conhecimento produzido sobre a educação primária no Brasil nas três primeiras décadas do século XX, é possível afirmar que havia uma intenção, expressa nos discursos republicanos, de instituir o grupo escolar como o padrão de escola que se queria para a nova República. Conforme Souza (2006, p. 114):

[...] a construção de uma representação exaltadora das vantagens dos grupos escolares, considerando-os escolas modelares, ocorreu sobre uma representação negativa das escolas isoladas e escolas reunidas. As primeiras como representantes do passado e as segundas como uma modalidade transitória, ambas medíocres e fadadas ao desaparecimento.

Apesar da intenção dos republicanos de exaltar o grupo escolar e apagar, gradativamente, as escolas isoladas e reunidas, a revisão da literatura selecionada aponta para rumos diferentes e permite afirmar que, a despeito do lugar de destaque pretendido para os grupos escolares, eles tiveram que coexistir com as escolas isoladas e reunidas sempre em maior número.

No Espírito Santo, a entrevista concedida por Atílio Vivacqua,<sup>14</sup> secretário da Instrução Espírito-Santense entre os anos de 1928 e 1930, corrobora essa afirmativa, quando alega que, em 1928, o Estado tinha 892 escolas primárias, das quais, segundo Locatelli (2012), 15 eram grupos escolares. Ou seja, em 1928, final da Primeira República, o Espírito Santo contava com 877 estabelecimentos de ensino primário entre escolas isoladas e reunidas públicas e privadas, e apenas 15 grupos escolares.

Acompanhando o raciocínio de que havia uma expressividade numérica de escolas isoladas e reunidas sobre os grupos escolares, Azevedo (2006, p. 17) introduz sua dissertação evidenciando o interesse da pesquisa em “[...] investigar a difusão do modelo [de escola republicana] pelo Estado [Sergipe] e perceber em que medida o interior acompanhou [ou se diferenciou desse] novo modelo de cultura escolar”.

Já Silva (2011, p. 23-24), com o intuito de contribuir para a historiografia do ensino no Maranhão, propõe “[...] reconstruir o processo de Institucionalização dos Grupos Escolares Maranhenses”, focalizando os dois momentos em que isso ocorre no Estado: o primeiro em 1903, que se estende até 1912 “[...] com a extinção dessas instituições, por não conseguirem atender todas as recomendações que caracterizavam os Grupos Escolares como escola

---

<sup>14</sup>Ver VIVACQUA, Atílio. **O ensino público no Espírito Santo**. Entrevista concedida ao *Diário da Manhã*. Vitória, 1929.

moderna”, e o segundo em 1919, quando há uma “recriação” dos grupos escolares na referida unidade federativa. É claro que, enquanto os grupos escolares eram criados, extintos e recriados no Maranhão, as escolas isoladas continuavam funcionando ininterruptamente. Segundo Silva (2011, p. 49), “[...] poucos avanços se deram em termos de criação de escolas determinando que as escolas isoladas coexistissem juntamente com as propostas de mudanças e de adequação de modelos e modalidades de ensino considerados modernos”.

A autora aponta ainda São Paulo, Minas Gerais e Pará como Estados que se consagraram por conseguirem “[...] implantar escolas conforme os moldes dos Grupos Escolares” (SILVA, 2011, p. 21). Os dois primeiros por representar o “eixo econômico e político do Brasil” e o último “influenciado pela economia da borracha”, o que nos remete ao trabalho de Lobato (2014) sobre a institucionalização dos grupos escolares no Pará. Nessa tese tivemos a oportunidade de lançar um olhar mais aproximado sobre a expansão do ensino primário republicano naquele Estado.

Em *Templos de civilização no Pará: a institucionalização dos grupos escolares (1890-1910)*, Lobato (2014) tece considerações sobre a expansão do ensino primário no Pará, principalmente pelo fato de essa expansão, em sua fase inicial, ter coincidido com a *Belle Époque* paraense, momento em que o Estado gozava de elevada riqueza em virtude do apogeu do ciclo da borracha. Lobato (2014) afirma que, apesar de desfrutar de muita riqueza e ter na instrução um dos principais pilares da República, o governo paraense, como forma de investir na educação, opta por alugar palacetes no estilo eclético em vez de construir prédios definitivos para a instalação dos grupos escolares. As construções só seriam iniciadas alguns anos depois do funcionamento das instituições nos suntuosos prédios alugados.

Sobre a implantação do ensino primário no Pará, percebemos ainda uma concentração do foco da pesquisa na capital do Estado, Belém. Quando remetemos o olhar sobre a circunstância da educação paraense, a autora não pode negar a superioridade numérica das escolas isoladas:

Entretanto, no Pará, esse modelo de escola moderna foi excludente, [...]. A matrícula das escolas isoladas 8.916 e a frequência de 6.025 eram superiores à dos grupos Escolares, com matrícula de 4.402 e frequência 2.693. Isso significa dizer que a grande parte da população no início do século XX não teve acesso aos grupos escolares e vai ficar justamente com aquela escola precária, de pouca qualidade, como eram as escolas isoladas (LOBATO, 2014, p. 236).

Escolas essas que marcavam presença e instruíam crianças no restante do Estado do Pará, pois, pela análise de Lobato (2014), podemos perceber que a expansão dos grupos escolares nesse Estado se concentra principalmente em sua capital, Belém, que também foi alvo do movimento de urbanização e modernização, o que nos permite concluir que a *Belle Époque* paraense a que se refere a autora na introdução da tese se restringe a uma *Belle Époque* belenense.

O título da tese de Lobato (2014) faz uma menção explícita à tese de Souza (1996) sobre a expansão do ensino no Estado de São Paulo, o qual foi citado por Silva (2011) como um representante do eixo econômico e político do Brasil durante a Primeira República. Aqui, além de referência ao trabalho de Souza (1996), que tem como objetivo a expansão do ensino no Estado de São Paulo, mencionamos as teses de Pereira (2013), que investiga a implantação das escolas republicanas em Campinas, e a de Ferreira (2013), que realiza um estudo comparado sobre a expansão da instrução primária em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte.

Em São Paulo, o termo implantação dos grupos escolares seria mais adequado do que expansão, visto que sua instituição se dava, majoritariamente, a partir da reunião de escolas isoladas que já existiam e funcionavam. Segundo Diniz (2012, p. 44), “No território brasileiro, os grupos escolares foram criados, inicialmente, no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas”. Pereira (2013) também aponta a preocupação governamental da época em instituir esses núcleos de instrução principalmente onde havia concentração populacional de imigrantes, como uma forma de profilaxia contra a “vadiagem”.

A autora apresenta uma fonte extraída do jornal *O Estado de São Paulo* intitulada Quadro demonstrativo da situação real do ensino no Brasil, em que podemos constatar a hegemônica presença das escolas isoladas em todos os 21 Estados relacionados e o total de grupos escolares e escolas reunidas. Cabe aqui ressaltar a aparição do Estado do Espírito Santo:

Quadro<sup>15</sup> – Relação de escolas por modalidade em 21 Estados brasileiros no ano de 1922

Estados	Escolas complementares	Grupos Escolares e escolas reunidas	Escolas isoladas	Escolas Municipais	Escolas particulares	População	População Escolarizada (7 a 12 anos)	Renda do Estado	Despesas com ensino primário	Porcentagem de despesa
São Paulo	10	246	1.816	423	1.129	4.692.188	765.364	137.184:600\$	23.218:000\$	16 %
Distrito Federal	83	-	403	-	-	1.157.873	192.979	67.042:843\$	11.081:120\$	17 %
Minas Gerais	1	171	1.566	571	883	5.888.174	981.862	56.189:056\$	6.384:587\$	15 %
Rio Grande do Sul	1	9	1.981	240	427	2.182.713	363.785	34.300:000\$	4.097:614\$	12 %
Bahia	-	7	611	135	143	3.334.465	666.744	20.361:500\$	1.450:000\$	5 %
Pernambuco	-	7	232	600	250	2.154.835	359.139	25.907:318\$	776:792\$	3 %
Rio de Janeiro	-	50	453	-	-	1.559.371	269.895	21.471:119\$	2.403:094\$	11 %
Paraná	3	88	554	35	53	685.711	114.285	11.917:184\$	1.326:580\$	11 %
Amazonas	-	14	74	-	23	363.166	60.527	9.595:000\$	1.001:400\$	10 %
Pará	34	25	88	-	138	983.507	163.918	9.593:966\$	1.005:773\$	10 %
Santa Catarina	7	17	455	79	168	668.743	111.457	7.158:000\$	1.503:000\$	20 %
Paraíba	-	9	195	36	30	961.106	160.184	6.722:669\$	680:000\$	10 %
Alagoas	-	2	275	-	-	978.748	163.124	6.197:465\$	509:116\$	8 %
Ceará	-	10	422	-	60	1.319.228	219.871	5.898:178\$	1.052:590\$	17 %
Sergipe	-	3	267	2	22	477.064	79.410	5.189:748\$	519:480\$	9 %
Espírito Santo	1	2	260	29	34	457.338	76.221	5.406:500\$	532:463\$	10 %
Maranhão	-	10	160	-	-	874.337	145.726	6.302:180\$	418:570\$	8 %
Mato Grosso	-	4	155	11	-	246.612	41.102	4.718:230\$	601:624\$	12 %
Rio Grande do Norte	-	31	80	-	-	537.135	89.522	4.023:000\$	422:118\$	10 %
Goiás	7	1	123	-	41	511.919	85.319	2.113:681\$	152:260\$	7 %
Piauí	1	3	80	-	-	609.003	101.500	1.932:871\$	195:000\$	10 %

Fonte: Pereira, 2013, grifo nosso.

O estudo comparado de Ferreira (2013) mostra a organização da Instrução Primária, relacionando os impasses e desafios enfrentados por São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, Estados que, segundo a tabela acima, encontravam-se em estágios de organização bem diferentes.

Apesar das diferenças estatísticas registradas em 1922 sobre a implantação de grupos escolares e a existência de escolas isoladas nos três Estados, algumas similaridades emergem do ponto de vista da autora:

O grupo escolar foi uma iniciativa paulista de organização da escola primária que se estendeu aos demais estados, sobretudo PR e RN. Reunia no mesmo lugar instituições escolares variadas. Foi tido como indicador da modernização educacional do país. A organização se voltava a um ensino rudimentar que deveria se tornar mais racionalizado e uniforme e abarcar o número máximo possível de crianças. Sua modernidade estava, dentre outros pontos, no desenvolvimento pedagógico segundo métodos de ensino então tidos como peça fundamental para desenvolver a institucionalização de um sistema de educação pública modelar. Ainda assim, teve que conviver, pelo menos nos estados em estudo, com a instrução ofertada por escolas isoladas urbanas e rurais [cuja educação se resumia a] noções básicas de alfabetização (FERREIRA, 2013, p. 255).

<sup>15</sup>Embora predominem dados estatísticos, mantivemos a formatação de quadro, conforme extraído da fonte.

Conforme a tabela de Pereira (2013) o segundo Estado detentor da maior quantidade de grupos escolares, em 1922, era Minas Gerais,<sup>16</sup> também referido por Silva (2011) como o outro representante do eixo econômico e político do Brasil durante a Primeira República. Entre as pesquisas mais recentes sobre a expansão do ensino nesse Estado, está a dissertação de Diniz (2012), sobre *A organização da Instrução Pública em Patos de Minas-MG no contexto republicano de 1889 a 1928*.

Para Diniz (2012), apesar de a escola isolada ser considerada um “estorvo a ser removido” das terras mineiras, devido à sua “[...] inoperância e precariedade, [a] ignorância dos(as) professores(as) e ainda pela falta de controle do Estado sobre elas”, não foram extintas (DINIZ, 2012, p. 75). Sendo assim, embora “[...] a construção de grupos escolares segundo modelos paulistas de 1892” fosse o segundo pilar fundamental para a manutenção dos intentos reformistas propostos por João Pinheiro, “Tais construções não significavam, porém, o abandono das Escolas Isoladas ou Agrupadas” (DINIZ, 2012, p.76), pois essas se faziam necessárias para atender ao grande contingente da população que permanecia analfabeta.

Não obstante a distância geográfica entre Patos de Minas/MG e Princesa/PB, a superioridade numérica das escolas isoladas paraibanas, num momento de expansão do ensino primário republicano, deixa marcas muito similares. Sobre esse assunto, Advíncula (2012, p. 33) acrescenta:

Apesar de o período em estudo coincidir com o da expansão dos grupos escolares na Paraíba (PINHEIRO, 2002), nesse município, a instrução pública ficou quase que exclusivamente a cargo das cadeiras isoladas que, em quantidade, eram superiores às dos grupos escolares. As cadeiras isoladas também eram distribuídas de forma mais adequada pelo município e situadas em várias localidades, para atender aos escolares de várias vilas e povoações rurais, enquanto quase todos os grupos escolares atendiam aos da sede desse lugar.

As contribuições dos autores até agora mencionados, que assumem, como lugar de discurso, um espaço periférico e não central, reclama uma pausa para refletir sobre as variações de

---

<sup>16</sup>A tese de Faria Filho (1996) *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte - 1906/1918*, assim como a de Souza (1996) são alguns dos principais precursores das pesquisas sobre instituições escolares no Brasil. Essa tese de Faria Filho (1996) fez uma investigação significativa que aborda o momento de organização da instrução pública nas primeiras décadas do século XX, em Belo Horizonte/MG. A relevância dos estudos desses autores se reflete na quantidade de pesquisas posteriores que os utilizam como referência.

escala<sup>17</sup> pensada por Revel (2010). Esse autor defende que não se pode restringir a micro-história ao estudo de objetos de tamanho reduzido, pois “[...] o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a **efeitos de conhecimentos específicos**” (REVEL, 2010, p. 438, grifo nosso).

Revel (2010, p. 442) reforça que “[...] se modificarmos a escala de observação, as realidades começam a aparecer de forma bem diferente” e parece ser isso o que podemos observar conforme os objetos das pesquisas de Advíncula (2012), Diniz (2012) e Pereira (2013), por exemplo, se deslocam dos grandes centros para as periferias dos Estados respectivamente analisados. Essas produções apontam para o entendimento de que, enquanto a proposta do estudo varia de escala, a relevância das cadeiras isoladas para a escolarização popular aparece com mais força, ou seja, as realidades revelam variações.

Isso permite pensar, como uma das possibilidades da micro-história, o estabelecimento de relações e a produção de reflexões identificando e integrando o maior número possível de variáveis, o que torna possível, segundo o autor, uma releitura ampliada dos objetos de estudo. Nem por isso, poderia desprezar a relevância das pesquisas mais abrangentes, quando elas permitem o olhar da longa duração sobre as questões educacionais em perspectiva histórica (no caso do tema em questão), pois “Não se trata aqui [...] de negar a importância maciça de um fenômeno sócio-histórico [...], mas, ao contrário, de aprender a olhá-lo e a compreendê-lo de outra maneira” (REVEL, 2010, p. 442).

Retornando à lista de teses e dissertações, convém observar a continuidade entre a dissertação de Reis (2003), intitulada *Palácios da instrução. institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*, e a de Santos (2012), *Escolas reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)*, a qual resume a trajetória da expansão do ensino durante a Primeira República desse Estado no seguinte trecho:

Os grupos escolares, estabelecimentos educacionais urbanos, criados aos moldes da escola graduada, apesar de serem instituições ideais para o ensino primário, na concepção dos governantes mato-grossenses, [...] eram onerosos aos cofres estaduais, pois os mesmos demandavam majestosas e amplas edificações, assim como número maior de funcionários. A solução foi investir na criação e implantação de escolas

---

<sup>17</sup>Ver *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*, de Jacques Revel, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira Revisão técnica de José G. Gondra.

reunidas, que consistiam na junção de três a quatro escolas isoladas, implantadas em cidades, lugarejos e vilas (SANTOS, 2012, p. 9).

Observamos a dissertação de Reis (2003) interessada na organização dos grupos escolares na Primeira República mato-grossense, em seguida a dissertação de Santos (2012) a qual aborda a implantação das escolas reunidas como resposta ao fracasso da instituição dos grupos escolares no mesmo Estado, num recorte que dá continuidade temporal ao da pesquisa anterior e, por fim, a tese de Reis (2011) que retorna ao período da Primeira República para investigar as escolas isoladas, pouco exploradas em sua dissertação, como aparece no seguinte trecho de sua tese:

Em 2003, concluí minha dissertação de mestrado intitulada *Palácios da instrução. Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. [...] verifiquei, no andamento da pesquisa (REIS, 2003), que as escolas isoladas foram as responsáveis pelo atendimento e pela escolarização da maioria da população mato-grossense. Além disso, elas concorriam, e muitas vezes superavam, os Grupos Escolares em números de escolas e alunos, graças à facilidade de sua criação e implantação em regiões de difícil acesso e localização espalhadas pelo Estado de Mato Grosso (REIS, 2011, p. 20, 21, grifo do autor).

É possível considerar, primeiramente, o exercício que esses autores fizeram de observar as lacunas deixadas pelos trabalhos anteriores e de se dedicar à continuidade das pesquisas e, conseqüentemente, que o desenvolvimento da pesquisa sobre a história das instituições escolares em Mato Grosso aponta para uma trajetória de amadurecimento. Esse movimento mato-grossense ajuda a pensar a “envergadura da vara” realizada em termos de pesquisas sobre a história das instituições escolares no Brasil.

Buffa e Nosela (2005, p. 7, grifo nosso), em *As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico*, concluem que:

[...] as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas, como por exemplo, as de ensino superior, as escolas normais, as escolas confessionais (principalmente, femininas) e as escolas de referência. **As escolas do trabalho e as mais modestas destinadas à população carente são pouco representadas. Os grupos escolares tornaram-se, recentemente, objeto de vários estudos.**

Comparando a análise crítica desses autores, feita em 2005, com os temas das teses mais recentes que foram relacionadas na presente revisão e a exemplo do processo percorrido pelos pesquisadores mato-grossenses, observamos uma mudança no cenário da pesquisa sobre instituições escolares, em que, antes, figurava uma intensificação dos estudos sobre grupos escolares; porém, o aprofundamento nesse tema parece ter redirecionado o interesse acadêmico



para a escola isolada, ou pelo menos tem levado muitos pesquisadores, como já vimos, a reconhecer a importância da escola isolada como agente da escolarização primária na Primeira República.

Nesse sentido, a trajetória das pesquisas históricas em educação, no Espírito Santo, aponta um direcionamento que se aproxima do movimento a que me refiro. Enquanto Barreto (1997) focalizou *as* políticas educacionais no Estado do Espírito Santo, de 1900 a 1930, e Locatelli (2012), a arquitetura de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX, Lima (2013) se ocupou das práticas de escolarização da Educação Física em um grupo escolar no interior do Espírito Santo. Uma das principais diferenças entre Lima e as outras autoras refere-se exatamente ao lugar de onde falam.

Tanto Barreto (1997) quanto Locatelli (2012), independentemente da contribuição que deram para a historiografia da educação capixaba, falam de um lugar central, enquanto Lima (2013), identificando essa lacuna a partir das leituras de Simões, Franco e Salim (2009), propõe, em sua dissertação, posicionar-se de um lugar periférico, de um município do interior do Estado, o que nos remete novamente a Revel (2010).

Ainda no artigo sobre micro-história e macro-história, tomando como exemplo a “[...] importância decisiva de uma realidade como a do Estado Moderno”, Jacques Revel (2010, p. 441-442, grifo nosso) expõe:

Visto de Paris, de Versalhes, de Berlim ou de Turim, o Estado Moderno apresenta-se como uma vasta **arquitetura centralizada** cujas formas se ramificam ao infinito até penetrar no mais profundo da sociedade que ele enquadra e ambiciona assumir por completo [...].

Porém, **se renunciarmos a esse ponto de vista central** [...], as realidades começam a aparecer de forma bem diferente. Apanhado nas suas mais finas ramificações, o Estado moderno **não é mais aquela mecânica imperiosa e unificadora** [...]. Isso não equivale a dizer que o Estado não tem existência nesse nível [no nível periférico ou das ramificações], o que seria absurdo. Mas que ele não existe nas formas que mais lhe agradam e que existe, sim, ao preço de tornar-se outra coisa.

Nessa perspectiva, a dissertação de Lima (2013) apresenta possibilidades de pensar os desdobramentos das políticas educacionais do Estado no município de Cachoeiro de Itapemirim, sul do Espírito Santo. Embora a autora admita que o interesse do Estado naquela região era muito grande, uma vez que todos os Presidentes do Estado, entre 1908 e 1925, pertenciam a uma oligarquia familiar oriunda desse município, ela também reconhece haver:

[...] prováveis usos que foram feitos sem, muitas vezes, rejeitar ou transformar a ordem imposta, mas empregados com as regras, **levando em consideração as maneiras próprias de realização dos praticantes** que, nesse caso, foram os professores e os diferentes atores envolvidos com o projeto educacional instituído pelo Governo de Jeronymo Monteiro e o seu interventor, Gomes Cardim (LIMA, 2013, p. 137, grifo nosso).

Corroboram a ideia de uma perspectiva diferenciada na produção historiográfica em educação as publicações de artigos sobre a expansão do ensino em periódicos e congressos que tocam as escolas isoladas como um dos modelos de escolarização primária do período. O procedimento de busca pelas publicações em periódicos e anais de congressos disponíveis *on-line* seguiu o mesmo critério de mapeamento estabelecido para as teses e dissertações. Dessa maneira, recorreremos aos bancos de dados da *Revista História da Educação/Asphe*,<sup>18</sup> da *Revista Brasileira de História da Educação*,<sup>19</sup> da revista *Acta Scientiarum Education*,<sup>20</sup> da *Revista Brasileira de Educação*<sup>21</sup> e das publicações do *HISTEDBR*<sup>22</sup>.

Quadro 4 – Artigos publicados em periódicos sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e estados brasileiros

Revista	Título	Autor(es)	Instituição	Palavras-chave	Dados da revista
HISTEDBR	A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso	REIS, Rosinete Maria dos.	UFMT	História da educação, grupo escolar, instrução pública, República	Campinas, nº21, p. 44 – 51. mar. 2006
	A educação escolar no país em construção: Uberaba no período da Primeira República brasileira	BORGES, Jean Felipe Pimenta; DANTAS, Sandra Mara	UFMT	Primeira República, Uberaba, educação escolar, modernidade	Campinas, nº51, p. 92-102, jun. 2013
	Escolas reunidas: um modelo entre as escolas isoladas e os grupos escolares em Mato Grosso	SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos.	UFMT	História da educação; escola reunida; Mato Grosso	Campinas, nº 61, p. 290-305, mar2015

Fonte: da autora.

<sup>18</sup>A *Revista História da Educação/Asphe* teve sua primeira edição publicada em 1997, segundo o *site* do periódico (<<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/about/history>>), por ocasião do primeiro Encontro da *Associação dos Pesquisadores Sul-Rio-Grandenses de História da Educação (ASPHE)*, contando com uma publicação semestral, até 2006, e passando a ser quadrimestral desde então.

<sup>19</sup>Conforme o *site* do periódico (<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe>), a *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)* foi criada em 2001, após o Primeiro Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), que ocorrera no ano anterior ao da primeira publicação, pela *Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)*. Com publicações semestrais, ao longo dos seis primeiros anos de sua existência, a RBHE passa a ter publicação quadrimestral a partir do ano 2007.

<sup>20</sup>A revista *Acta Scientiarum Education*, assim como a *RBHE*, faz parte do Portal de Periódicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e é publicada semestralmente, tanto em versão impressa quanto *on-line*.

<sup>21</sup>A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) é a responsável pelas edições da *Revista Brasileira de Educação (RBE)*, que tem publicações trimestrais e circula no meio acadêmico desde 1995, de acordo com dados sobre o histórico da revista disponibilizados no *site* (<http://www.anped.org.br/rbe/sobre-a-rbe>).

<sup>22</sup>A revista *HISTEDBR* ([http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/apresentacao\\_arquivos/Artigo\\_AN\\_Informacoes\\_HISTEDBR.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/apresentacao_arquivos/Artigo_AN_Informacoes_HISTEDBR.htm)) também é fruto do esforço coletivo de pesquisadores que criaram o *Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR)*, no ano 1986. Conseguindo organizar a publicação da primeira edição da revista em 2000, esse grupo dispõe de uma linha de pesquisa específica, denominada História das Instituições Escolares no Brasil, a qual agrupa estudos interessados na análise histórica de instituições educacionais que contribuam para a compreensão da educação brasileira.

Sobre os Anais de Congressos, a pesquisa abrangeu o *Congresso Brasileiro de História da Educação-CBHE*;<sup>23</sup> os Encontros da ASPHE;<sup>24</sup> o GT2 da Anped; o *Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HistedBr* e o *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação-COLUBHE*.

Quadro 5 – Artigos publicados em anais de congressos sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e Estados brasileiros (continua)

Título	Autor(es)	Instituição	Palavras-chave	Dados do Congresso
História dos grupos escolares no Espírito Santo	FERREIRA, Viviane Lovati	UFES		I CBHE (2000) – Eixo temático Educação no Brasil – história e historiografia
A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso	REIS, Rosinete Maria dos; SANTOS, Nilza Liamar dos	UFMT	-	III CBHE (2004) – Eixo temático: Políticas educacionais e modelos pedagógicos
A emergência dos grupos escolares: processo de implantação e de expansão no sul do Estado de Mato Grosso (1920-1950)	GONÇALVES, Arlene da Silva; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de	UCDB	-	IV CBHE (2006) – Eixo temático: História da profissão docente e das instituições escolares
Grupos escolares e escolas reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso	SÁ, Elizabeth Figueiredo de	UFG	Escola graduada, grupos escolares, escolas reunidas	V CBHE (2008) – Eixo temático: Currículo, disciplina e instituições escolares
Os grupos escolares em Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-26)	AZEVEDO, Crislane Barbosa	UFRN	Grupos escolares, Sergipe, ensino primário	VI CBHE (2011) – Eixo temático: História das instituições e práticas educativas
A implantação dos grupos escolares no Estado do Pará	FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de	UEPA	Ensino primário, grupos escolares, Pará	VII CBHE (2013) – Eixo temático: História das instituições e práticas educativas
Explorando o oeste paulista: expansão das escolas primárias isoladas e a civilização da população da "Zona de Sertão"	ORIANI, Angélica Pall	UNESP	Escolas primárias isoladas, história da escola em São Paulo, expansão escolar	VII CBHE (2013) – Eixo temático: História das Instituições e práticas educativas
Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história	LOCATELLI, Andrea Brandão	UFES	Grupos escolares capixabas, arquitetura, história	VII CBHE (2013) – Eixo temático: História das instituições e práticas educativas
Das escolas isoladas ao grupo escolar: a organização da educação no município de Ituiutaba, Minas Gerais (1889-1910)	FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de; FRATTARI NETO, Nicola José	UFU	Reforma João Pinheiro, escolas isoladas, grupos escolares	VII CBHE (2013) – Eixo temático: História das instituições e práticas educativas
As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)	ABREU, Daniela Cristina Lopes de	ESRC	Escolarização primária, escola isolada, grupo escolar, escola particular, estratégias de escolarização	VIII CBHE (2015) – Eixo temático: História das instituições e práticas educativas
Educação escolar em Piracicaba no início da Primeira República	VIEIRA, Cesar Romero Amaral; AGUIAR, Thiago Borges de; ROCHA, Rita de Cássia Luiz da	UNIMEP	-	VIII CBHE (2015) – Eixo temático: História das instituições e práticas educativas
A expansão das escolas isoladas no Estado de Mato Grosso (1910-1930)	SILVA, Marineide de Oliveira da	UNESP	-	XII Jornada HISTEDBr (2014) – Eixo temático: instituições escolares

<sup>23</sup> <http://www.sbhe.org.br>

<sup>24</sup> <http://asphers.blogspot.com.br>

Quadro 5 – Artigos publicados em anais de congressos sobre a expansão do ensino primário na Primeira República em diferentes regiões, cidades e Estados brasileiros (conclusão)

Título	Autor(es)	Instituição	Palavras-chave	Dados do Congresso
A organização da instrução pública nas cidades de Uberabinha e Patos de Minas-MG: educação e civilização (1888-1930)	CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; SAVIANI, Dermeval	Centro Universitário de Patos Minas e UNICAMP	-	VI COLUBHE (2006) – Eixo temático: políticas, sistemas e instituições educacionais e científicas
Expansão da escola primária isolada em São Paulo - Brasil (1907- 1943)	ORIANI, Angélica Pall	UESP-FFC – Marília	Escola primária isolada, história da escola, expansão das escolas primárias isoladas	IX COLUBHE (2012) – Eixo temático: instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores
A expansão dos grupos escolares em Minas Gerais na Primeira República: estudo comparado sobre a interiorização do ensino primário na zona da mata	AZEVEDO, Denilson Santos de; CABRAL, Talitha Estevam Moreira; CARVAS, Giovanna Maria Abrantes	UFV	Grupos escolares, história comparada, Estado de Minas Gerais	IX COLUBHE (2012) – Eixo temático: instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores
Instituições escolares na Primeira República: a escolarização civilizadora	ABREU, Daniela Cristina Lopes de	USP/FE, de Rio Claro	Escolarização, escola primária, República	IX COLUBHE (2012) – Eixo temático: instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores

Fonte: da autora.

Buffa e Nosella (2005) afirmam que a maioria dos títulos dos trabalhos por eles analisados remete diretamente a grupos escolares mais do que a outras modalidades populares, como as escolas isoladas, por exemplo. No entanto, existe a possibilidade do título de uma produção, seja artigo, seja tese, seja dissertação, ocultar a análise do autor sobre as outras modalidades de ensino primário contemporâneas ao grupo escolar.

Esse é o caso de Locatelli (2013), cujo trabalho foi publicado no VII CBHE, sob o título *Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história*, mas, apesar do título (de ambas as produções, tese e artigo), afirma:

[...] a criação das escolas isoladas foi imprescindível no movimento de expansão do ensino primário do Espírito Santo para atender a população que se encontrava no interior do Estado, a atenção financeira do governo a esta questão concorria com o discurso realizado na Reforma da Instrução Pública de 1908 de modernização do ensino, o qual destacava atenção e cuidado com a concepção espacial das escolas, incluindo investimento no mobiliário e nos materiais simbólicos para a educação republicana (LOCATELLI, 2012, p. 160).

O mesmo acontece com Reis (2003, 2004a, 2004b), Santos (2012, 2015), Ferreira (2013a, 2013b) e Azevedo (2006, 2011).

Outras publicações listadas nos Quadros 1 e 2 (pesquisas de maior fôlego, a partir das quais foram elaborados os artigos, optamos por não rastrear) apontam, tanto no título como no texto,

um interesse em manter o foco nos grupos escolares, quando se referem à escola graduada ou à escolarização republicana do início do século XX. Entretanto a leitura das considerações finais de Borges e Dantas (2013, p. 101, grifo nosso) possibilita um exercício de entrecruzamento:

Como visto na análise dos excertos das atas da Câmara Municipal de Uberaba, aqui selecionados e apresentados, **o discurso que valorizava a educação e que reconhecia na escola o grande motor das transformações que queriam para o país, naquele período, encontrava uma série de dificuldades para sua efetivação.** A principal delas era a **ausência** e o mau uso **dos recursos financeiros** que castigavam a administração pública na cidade e **que em vários momentos impediram [...] uma implementação mais efetiva da escolarização em Uberaba.**

Como já abordado, no contexto da Primeira República, “o discurso que valorizava a educação” era o republicano, o qual elegera o grupo escolar como o modelo de escola que seria o grande motor das transformações que queriam para o país. No entanto, mais uma vez a ausência de recursos financeiros atrapalhava o sonho da escolarização republicana.

No trecho citado, as escolas isoladas, não estando no texto, nele aparecem quando perguntamos se havia outras formas de instrução, além da que era ofertada pelo grupo escolar. E, em caso positivo, que educação era possível existir ali?

O autor não menciona outras modalidades de escolas, mas afirma que, em vários momentos, a implementação mais efetiva da educação em Uberaba fora impedida. Nesse ponto, as perguntas feitas podem não encontrar respostas precisas no próprio texto, mas é possível obter pistas sobre a expansão da educação uberabense recorrendo à pesquisa de Diniz (2012), que aborda a expansão do ensino republicano em outra cidade do interior de Minas Gerais.

Do mesmo modo, confrontando as narrativas produzidas por Gonçalves e Oliveira (2006), Sá (2008) (publicadas no IV e V Congresso Brasileiro de História da Educação, respectivamente), Reis (2003, 2011) e Santos (2012), todos sobre o processo escolarização em Mato Grosso na Primeira República, torna-se possível ampliar a compreensão sobre a história da educação mato-grossense naquele período, mais do que se escolhêssemos tomar apenas um desses estudos como referência. Isso remete à ideia de Bloch (2001, p. 26) que afirma que a história é “[...] uma coisa em movimento [e que] só pode ser feita com uma ajuda mútua”.

A partir dessas leituras entrecruzadas, alguns pontos se fazem relevantes para refletirmos sobre a expansão do ensino primário no norte do Espírito Santo, durante as primeiras décadas do

século XX. Um deles remete à intencionalidade da instrução republicana. Levando em conta o paradigma da modernidade, a industrialização que ocorria nos países desenvolvidos e o desejo de importar essas ideias e modos de produção para o contexto da república brasileira, podemos estabelecer nexos que nos ajudem a entender o surgimento desse modelo de ensino em São Paulo, que era o Estado mais engajado na industrialização e necessitava de uma escola que atendesse aos parâmetros de racionalização, ao passo que preparasse a mão de obra a ser absorvida pela indústria. Conforme Barreto (1997, p. 38) “De forma gradativa, a necessidade de operários alfabetizados vai impondo a expansão do ensino. A escola, até então, direcionada às elites, precisava tomar rumos mais populares”.

Essa necessidade fez com que, em São Paulo, as escolas isoladas fossem reunidas e se tornassem grupos escolares, principalmente nas cidades paulistas mais populosas. Contudo, no interior e nas zonas rurais, como já vimos,<sup>25</sup> o avanço da educação moderna não se processava na mesma velocidade.

Se, em São Paulo, que era o Estado de desenvolvimento a pleno vapor, com maiores possibilidades de expandir a instrução primária moderna, não foi possível implantar os grupos escolares, erradicando definitivamente as escolas isoladas, o que poderíamos dizer dos outros Estados que, como o Espírito Santo, mantinham uma economia de base predominantemente agrícola?

Se em solo espírito-santense a industrialização era um sonho que se pretendia realizar com o advento da República, e o povoamento era escasso, assim como a existência de escolas, mesmo as isoladas, como pensar o agrupamento dessas para implantar os grupos escolares? Como um Estado de economia predominantemente agrícola iria mobilizar recursos financeiros para construir palácios da instrução? E, ainda que construísse esses prédios, qual seria o interesse de uma população que “vivia da terra” em enviar seus filhos para frequentar uma escola que essencialmente fora criada para formar, não um trabalhador da lavoura, mas um trabalhador da indústria?

No Espírito Santo, as pesquisas sobre a história da educação ainda são poucas. No entanto, alguns estudos têm sido desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da

---

<sup>25</sup> Ferreira (2013), Pereira (2013) e Souza (1996).

Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes), principalmente no âmbito do Núcleo Capixaba de Pesquisas em História da Educação, sediado neste programa, no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/Ufes) e no Centro de Educação Física de Desportos (CEFD/Ufes) por meio do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (Proteoria).

Sobre a produção acadêmica em história da educação no Espírito Santo, o estudo realizado por Simões, Franco e Salim (2009), que buscou inventariar dissertações e teses sobre o tema em programas de pós-graduação, apontou, entre outros aspectos “[...] a concentração de dados originados na Capital do Estado, em detrimento de pesquisas ancoradas em diferentes municípios, cujas singularidades geralmente são desconsideradas” (SIMÕES; FRANCO; SALIM, 2009, p. 19).

Essa é uma das lacunas encontradas na escrita da história da educação, que vem se consolidando como campo de pesquisa no Estado, com a constituição de redes que possibilitam tanto a sua ampliação quanto o diálogo entre diferentes espaços de pesquisa da história da educação. As dissertações e teses relacionadas a seguir, inventariadas a partir do recorte estabelecido na pesquisa de Simões, Franco e Salim (2009), apresentam trabalhos defendidos entre os anos de 2007 e 2015 sobre história da educação no Espírito Santo, durante a primeira metade do século XX, e indicam um percurso de amadurecimento dessa rede.

Quadro 6 - Teses e dissertações sobre aspectos da educação capixaba durante a primeira metade do século XX, defendidas no PPGE

Título	Autor	Ano	Recorte Temporal	Tipo (T ou D)
A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938	GOMES, Sílvia Cunha	2008	1924-1938	D
Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República	SALIM, Maria Alayde Alcantara	2009		T
A revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES): intelectuais, civismo e educação	COSTA, Ticiania Pivetta	2010	1916-1935	D
A constituição do Colégio Americano Batista de Vitória: entre a modernização do ensino e a missão religiosa (1907-1935)	FALLER, Sandra Loureiro	2011	1907-1935	D
Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física Escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940	BOREL, Tatiana	2012	1930-1950	D
Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história	LOCATELLI, Andrea Brandão	2012	1908-1930	T
A escola de aprendizes artífices do Espírito Santo e a rede federal de educação profissional (1909-1930)	SILVA, Sheila Siqueira da	2013	1909-1930	D
A constituição da <i>Escola Activa</i> e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)	BERTO, Rosianny Campos	2013	1928-1930	T
Processos de exclusão da/na escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)	MONTICELLI, Fernanda Ferreyro	2014	1889-1930	T
Ilustrações de cartilhas escolares na Primeira República (1889-1930): a historiografia da educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco	CARLOS, Valter Natal Valim	2015	1889 - 1930	D

Legenda: T (tese); D (Dissertação).

Fonte: Da autora.

Como podemos observar, os temas escolhidos no período da Primeira República são os mais variados, vão desde a alfabetização (GOMES, 2008) e práticas de leitura (SALIM, 2009) até a exclusão (MONTICELLI, 2014), arquitetura (LOCATELLI, 2012) e cartilhas escolares (CARLOS, 2015) nas escolas da Primeira República. No entanto, convém perguntar: que pistas essas produções, de interesses tão variados sobre a educação na Primeira República poderiam nos dar acerca da instrução primária no norte do Estado?

Em *Processos de exclusão da/na escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)*, Monticelli (2014, p. 132,133, grifos nossos), analisando as fichas de matrícula do Orfanato Cristo Rei, na década de 1920, menciona a região norte do Espírito Santo dentro do seguinte contexto:

Os municípios de onde provieram as crianças encaminhadas para o Orfanato Cristo Rei fazem parte das regiões central, sudoeste e sul do Estado. **E nas regiões nordeste, norte e noroeste, não haveria a mesma necessidade?** Não se obteve explicação para saber por que não havia crianças encaminhadas para o orfanato ou, se havia necessidade desses espaços naquelas regiões [...]. Todavia, ao centrar o foco no que está oculto é possível explicar, por meio de um exercício de imaginação cartográfica. A escassa presença de núcleos populacionais na região Norte, talvez tenha ocorrido devido à indefinição para se delimitar os territórios espírito-santenses e de Minas Gerais (Zona do Contestado) e, devido também à afirmação de que entre 1700 e 1800 o Espírito Santo perdeu a porção de território compreendida entre os rios Mucuri e Doce (OLIVEIRA, 2008). Isto pode indicar a **baixa ocupação do Norte e Noroeste**



**capixaba na época** (PONTES, 2007), que incluem o litoral - Itaúnas, Conceição da Barra e São Mateus -, e, no centro, as povoações de Nova Venécia, Barra de São Francisco e Santa Luzia. Talvez esta possa ser uma das razões que explique a inexistência de encaminhamentos desses locais. O movimento populacional na Serra de Aimorés multiplicou somente após os anos 40.

[...]

Como mencionado anteriormente, **por ser uma área pouco povoada, de fronteiras questionáveis, o Estado possivelmente não se ocupou do que naquele local se passava.**

Em *Ilustrações de cartilhas escolares na Primeira República (1889-1930): a historiografia da educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco*, Carlos (2015, p. 202) afirma que “[...] a precariedade e inadequação dos espaços físicos não era exclusividade do grupo escolar da capital” o qual, segundo o autor, só veio a ter sede própria em 1926, apesar de ter sido criado no final do ano letivo de 1908. Ele afirma que,

No interior do estado, a situação não era diferente, com escolas funcionando em prédios que não atendiam, minimamente, às condições pedagógicas e higiênicas. Sendo que a falta de utensílios escolares e a carência de materiais didáticos se somavam às dificuldades espaciais, revelando um quadro de debilidade estrutural na educação capixaba (CARLOS, 2015, p. 202).

Por traços e espaços em branco, o autor toma a escassez de recursos destinados à educação no período, o que é usado por ele como “[...] pista sobre a ausência de registros sobre a circulação das cartilhas” (CARLOS, 2015, p. 203). Ele afirma ainda que a referência ao seu objeto de estudo só iria aparecer nos Livros de Registro e Materiais Escolares após a reforma educacional de 1928.

Entre os anos de 1908 e 1930, o ensino primário espírito-santense passou por duas reformas. A primeira, analisada por Simões e Salim (2012) no artigo intitulado *A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909)*; e a segunda investigada minuciosamente por Berto (2013) na tese *A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)*. Ambas também foram retratadas por Bonatto (2005) na dissertação intitulada *A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua*.

Na tese de Berto (2013), o norte do Estado é mencionado quando a autora narra o projeto das bibliotecas circulantes, nascido no seio da reforma educacional promovida por Attilio Vivacqua em 1928. Ela apresenta uma matéria de jornal que informa que “[...] a primeira remessa [de

livros da referida biblioteca] havia sido destinada a Baixo Guandu, ao Norte do Estado” (BERTO, 2013, p. 134).

Locatelli (2012, p.104) também apresenta algumas referências ao ensino no norte.

No período tratado, foi a Região Centro-Sul do interior Estado que apresentou maior ocorrência no processo de implantação dos grupos escolares, seguida da Região Central e da Norte.

Nesse sentido, é possível associarmos a implantação das instituições de ensino primário aos municípios que se destacaram no processo de desenvolvimento do Estado entre os anos de 1908 e 1930. Nos municípios onde as escolas se instalaram inicialmente, de algum modo, estes se sobressaíram no período na cena do Estado, particularmente, na política, economia e agricultura.

Como o objetivo do estudo de Locatelli (2012) corresponde à análise arquitetônica dos grupos escolares, um dos estandartes da república moderna, era de se esperar que a região centro-sul e central do Estado ganhassem muito mais visibilidade do que a região norte que, apesar de sua extensão territorial, só pôde contar com o funcionamento de grupos escolares já na última década da Primeira República. Assim, a autora reconhece que, ao tomar como via de investigação os grupos escolares, acaba por silenciar-se sobre a maior parte do processo educativo no norte capixaba:

As tensões observadas nesse período para o investimento nas construções dos grupos escolares parecem revelar tanto o despreparo dos atores sociais para as atividades da administração pública naquele momento, quanto a política de interesses que se preocupava em facilitar condições para os grupos sociais e políticos que fossem ‘companheiros’ do governo e que procuravam afirmar posições no cenário do desenvolvimento local, o que levou a maioria das regiões do Estado a contarem com o oferecimento precário do ensino que se realizava nas escolas isoladas (LOCATELLI, 2012, p. 201).

Publicados em Congressos nacionais sobre história da educação, ressaltamos os trabalhos de Ferreira (2000) e Pezzin (2012). A pesquisa, resultante do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino, ofertada pelo Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), que retrata o Grupo Escolar Amâncio Pereira, de autoria de Ana Cláudia Pezzin, resultou na produção de um artigo intitulado *Grupo Escolar Amâncio Pereira: a instrução pública em São Mateus/ES no século XX* (PEZZIN, 2012). Esse trabalho que foi apresentado no "I ENAPHEM - I Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática", Vitória da Conquista/BA configura-se, até agora, como a única publicação encontrada que investiga especificamente uma instituição pública de ensino primário do norte do Estado.

As investigações de Pezzin (2012), apesar do viés histórico, apresentam um recorte temporal bem posterior ao estabelecido nesta dissertação. Devido à escassez de documentos sobre o grupo, disponíveis na Superintendência Regional de Educação, a autora foi impelida a iniciar seu recorte a partir da década de 1950.

Em Ferreira (2000), com o artigo intitulado *História dos Grupos Escolares no Espírito Santo*, publicado no CBHE, é possível confirmar, mais uma vez, as circunstâncias em que escola republicana foi implantada no Estado:

Após a implantação dos Grupos Escolares no Espírito Santo (1908), o novo modelo institucional disseminou-se lentamente pelo Estado. Em 1920, o Espírito Santo contava com apenas dois Grupos Escolares: um na Capital, denominado ‘Gomes Cardim’; e o outro no interior do estado, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (FERREIRA, 2000, p. 4).

Sabendo que os grupos escolares teriam começado a funcionar no norte do Espírito Santo após 1920, resumindo-se a apenas duas unidades: uma em Colatina e uma em São Mateus, embora os grupos escolares apareçam como instituição “modelizadora” da instrução pública republicana, não há como falar da escolarização norte espírito-santense na Primeira República sem um mergulho no universo das escolas isoladas.

Como demonstrado acima, os estudos produzidos sobre a instrução primária da Primeira República, no Estado do Espírito Santo, ainda se voltam para os grupos escolares, num esforço de delinear os contornos do panorama educacional do Estado no início do século XX.

Em diálogo com a produção desses autores, trata-se de indagar os modos de escolarização primária existentes no norte do Espírito Santo: por que essas escolas ganham pouca visibilidade nas narrativas, nos trabalhos, nos relatórios, nos documentos e jornais do período?

## CAPÍTULO 2

### INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Entender os processos de constituição dos sentidos atribuídos à educação e, conseqüentemente, o que significa ser professor no interior norte do Espírito Santo, passa pela compreensão de como a escola foi constituída historicamente nesse lugar. Assim como Berto (2013, p. 57), acredito que

Narrar ‘histórias da educação’ é, para nós, educadores, uma busca por compreender os modos como vamos nos tornando o que somos. Contribui para a problematização do presente e para caminhar não em busca de explicações para ele, mas de um entendimento do campo educacional nos seus processos de constituição, plurais, que conferem sentido ao modo como compreendemos, por exemplo, os processos educativos e as reformas educacionais no tempo.

A busca por compreender, historicamente, *os modos como vamos nos tornando o que somos* pode ser entendida como desejo e necessidade iminente de apacarmos nossa *fome intelectual* (BLOCH, 2001), sem a pretensão de produzir explicações totalizantes, antes ansiando não permitir que *a ignorância do passado comprometa, no presente, a nossa ação* (BLOCH, 2001).

Mas, como encarar o desafio de construir narrativas históricas, sobre a história da educação, na condição de professores? Por onde começar? Como investigar? Que estranhamentos produzir? Se, por um lado, como professores, conhecemos bem a escola e seus entrelugares, por outro, ainda nos faltaria o aporte teórico-metodológico para escrever sua história. Quanto a isso, Michel de Certeau (2013, p. 64) nos conforta: “‘Fazer história’ é uma prática”, mas também nos adverte: “O lugar que se dá à técnica coloca a história do lado da literatura ou da ciência” (p. 65).

Para orientar a pesquisa sobre a expansão do ensino primário no Espírito Santo, retratando especialmente a região norte, lançamos mão das proposições de Marc Bloch (2001), de Michel De Certeau (2004, 2013) e de Carlo Ginzburg (2002, 2012) como referenciais teórico-metodológicos da prática historiográfica.

Em seu livro, *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Bloch (2001, p. 46) descreve a história como “[...] um esforço para o conhecer melhor [...] uma coisa em movimento” ao

mesmo tempo em que afirma que o passado é um dado que “[...] nada mais modificará” (p. 70). De fato, o que ocorreu no passado não pode ser alterado, a não ser pelas diferentes interpretações de quem narra. Isso também foi observado por Bloch, quando falava que “[...] o indivíduo percebe apenas um cantinho, estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção” (p. 70).

Nessa perspectiva, o autor propõe que, ao escrever e pesquisar, o historiador tenha em mente que a história não é uma ciência do passado, mas uma ciência “[...] dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos” (BLOCH, 2001, p. 67). Seguindo essa linha de raciocínio, ele nos ajuda a entender por que, mesmo sendo uma ciência que se debruça sobre o tempo já vivido, a história está em constante movimento, pois nessa proposta, o objetivo de pesquisar a história não é descrever o passado, mas construir um conhecimento sobre ele. E isso, sim, é “[...] uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

Para dar início ao trabalho investigativo, é preciso definir dois pontos. O primeiro diz respeito à compreensão de “fonte” que irá orientar a procura; e o segundo trata de como proceder com elas. Marc Bloch nos convida a encarar as fontes como um testemunho. Ele afirma que “Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79). Nesse sentido, procuramos testemunhos do ensino primário do norte capixaba, em documentos e pronunciamentos oficiais, nos relatórios dos presidentes do Estado e nos relatórios dos inspetores, nos regulamentos da Instrução Pública, em pedidos e concessões de licenças e transferências, fotografias, jornais e no que mais a busca pôde nos proporcionar.

O segundo ponto é saber como proceder em relação às fontes encontradas. Recorremos, nesse sentido, ao auxílio de Certeau (2013, p. 69), que nos indica: “Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Em outras palavras, localizar e selecionar as fontes. Assim, para conduzir a seleção das fontes encontradas até agora, elaboramos tabelas, separando-as por temas, como, “Relatórios de inspeção”, “Fotografias”, “Matérias de jornal” etc.

Temos em mente que, apesar de o conceito de fontes ser bastante ampliado nessa perspectiva do fazer historiográfico orientado por Marc Bloch e Michel de Certeau, não podemos tomá-las como reproduções fiéis do que ocorreu no momento histórico que queremos investigar. Como

lembra Ginzburg (2002, p. 44), as fontes não podem nos oferecer um acesso imediato à realidade:

A idéia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas [...], nem muros que obstruem a visão [...]: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes.

Assim, refletir sobre como as fontes podem testemunhar sobre um lugar e um tempo significa admitir a presença de relações de força na elaboração dos documentos e compreender que a insuficiência ou excesso deles também podem querer nos dizer algo, desde que saibamos questionar.

Diante do desafio de analisar as fontes, Certeau (2013, p. 108) entende que a historiografia “[...] re-presenta mortos no decorrer de um itinerário narrativo”. Escrever sobre o passado pressupõe falar de um morto, algo que não pode falar de si, senão por meio das fontes. Fontes estas que permanecem silenciadas até que alguém as faça falar. Mais do que isso, Michel de Certeau (2013, p. 109, grifo nosso) considera que:

Por um lado, [...] a escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função *simbolizadora*; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: ‘marcar’ um passado é dar um lugar à morte, mas também [...] utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos.

Constitui-se, assim, a escrita da história, como uma responsabilidade peculiar. Ao mesmo tempo em que exige que critiquemos o testemunho, entrecruzando, interrogando e duvidando das fontes, visando a proporcionar um sepultamento digno ao passado, não existe, para esse método crítico “[...] nenhum livro de receitas” (BLOCH, 2001, p. 109). Pelo contrário, Bloch afirma que “A crítica do testemunho [...] permanecerá sempre uma arte de sensibilidade” (p. 109).

Uma arte de sensibilidade. Sem nenhuma receita. Chega a soar desesperador para quem se aventura pela primeira vez em uma pesquisa histórica, mas a compreensão de Carlo Ginzburg sobre isso pode trazer algum alento. Em uma escrita elaborada que, em muitos pontos nos remete às ideias de Marc Bloch, Ginzburg (2012), acredita que a chave para entender como fazer esse tipo de pesquisa está na habilidade que nosso instinto de sobrevivência nos compeliu

a desenvolver: a arte venatória. E explica: “O que caracteriza esse saber [o venatório] é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 2012, p. 152).

A “fome” intelectual (que é o que move a caça), o “farejar” e “caçar” a carne humana onde quer que ela esteja no plasma do tempo são alguns exemplos das ideias de Bloch (2001) esmiuçadas por Ginzburg (2012) no capítulo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. Nesse capítulo, o autor parte da metáfora de “‘Decifrar’ ou ‘ler’ as pistas dos animais” para nos conduzir à reflexão de como utilizar o paradigma indiciário em outras situações.

Ginzburg fala sobre Morelli, Conan Doyle (autor de *Sherlock Holmes*), Freud e civilizações mesopotâmicas para mostrar como, em todos esses casos, está presente “[...] o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (GINZBURG, 2012, p. 154).

Bloch afirma que, na observação histórica, o cientista “[...] só chega depois de concluído o experimento, sempre. Mas, se as circunstâncias o permitirem, o experimento terá deixado resíduos” (BLOCH, 2001, p. 72, 73). Esses resíduos são, para Ginzburg, sinais. Pistas de um acontecimento que não pode mais ser reproduzido exatamente da mesma forma, mas que permite olhar para o passado como se estivesse olhando, na melhor hipótese, para um “espelho deformante” que indica o que pode ter ocorrido, mas nunca será capaz de permitir a aferição exata da verdade.

Ginzburg defende que o historiador deve estar comprometido com a busca da verdade, mas também entende que, diante da irreprodutibilidade da História, o historiador deve ter consciência de que o máximo que poderá fazer é aproximar-se dela. Por isso ele propõe narrar a História a partir de um conceito de *verossimilhança*. “[...]os historiadores se movem no âmbito do verossímil (eikos), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo [...]” (GINZBURG, 2002, p. 58).

Ginzburg, por intermédio da pausa, o espaço não escrito no livro *Educação sentimental*, de Flaubert, chama a atenção para o que pode querer dizer um *espaço em branco*. Por esse exemplo, ele tenta demonstrar que a ausência de palavras também é uma forma de expressão que requer leitura e compreensão e, ligando os fios entre Flaubert, o momento histórico por que

a França passava e as ideias de Marc Bloch, o autor traz à cena “[...] a ideia de aceitar as lacunas documentais como elemento narrativo [...]” (GINZBURG, 2002, p. 116). Eis a importância de não ignorarmos os espaços em branco, que certamente não serão poucos em se tratando de história da educação capixaba, ao trilhar o caminho da pesquisa, farejando os rastros do que não aparece, ou do que aparentemente está ausente nas fontes.

O paradigma indiciário proposto por Ginzburg é uma das marcas da micro-história italiana, a qual, segundo Henrique Espada Lima (2006, p. 147), se construiu e se desenvolveu com base em alguns eixos temáticos e metodológicos:

Por um lado, a microanálise das redes de relações sociais como processo definidor da história social, e a redução da escala de análise como operação passível de ser realizada sobre problemas historiográficos de qualquer dimensão. Por outro lado, o fragmento como via de acesso aos objetos de indagação histórica, a crítica ao relativismo historiográfico, a atenção sobre as formas de comunicação do conhecimento histórico e, portanto, a interrogação do lugar da narrativa dentro da história.

Tendo os indicadores acima como parâmetros de relevância, a escolha das trajetórias de Grendi, Ginzburg e Levi se impõe, já que é por meio de seus trabalhos que cada um desses temas e questões aparece no debate em torno da micro-história.

Para enriquecer a reflexão em torno dessa abordagem microanalítica, que torna possível a releitura de fenômenos maiores, trazemos para o texto algumas contribuições de Jacques Revel (2010) que, associadas ao trabalho de Ginzburg, ajudam a compreender e praticar a variação de escalas na escrita da história.

A partir dessas orientações teórico-metodológicas, utilizamos como fontes Relatórios Presidenciais<sup>26</sup> desde o mandato de Jeronymo Monteiro até Aristeu Borges de Aguiar, Relatórios dos secretários de Instrução, Relatórios dos inspetores da Instrução Pública, bem como decretos, leis, resoluções, ofícios regulamentos e atas da Diretoria e, posteriormente, da Secretaria da Instrução Pública, além de fotografias e livros relativos ao tempo e lugar investigado.

---

<sup>26</sup>Os Relatórios Presidenciais eram lidos pelo Presidente do Estado (o equivalente aos governadores nos dias de hoje) na Assembleia Legislativa, onde deveria estar reunido o Congresso Legislativo para tal ocasião. Ali, o Presidente do Estado apresentava a situação dos vários setores da administração pública, baseado, por sua vez, nos relatórios que recebia dos chefes de cada repartição.



As fontes apresentadas a seguir resultam de uma busca iniciada no Arquivo Público do Espírito Santo (Apes). As bibliotecas públicas também se constituíram como um recurso de busca. A Biblioteca Pública do Espírito Santo (BPES) e a Biblioteca Pública Municipal Clementino Rocha, localizada em São Mateus, possibilitaram-nos encontrar alguns ofícios e relatórios dos secretários de Instrução Pública do período investigado.

Iniciamos a procura por pistas acerca do ensino primário no norte capixaba nas Mensagens Governamentais.<sup>27</sup> Embora as informações sobre o tema sejam esparsas e ganhem pouco destaque, algumas pistas deixadas ajudam-nos a compreender como eram representados os municípios dessa região no período investigado. Quanto aos Relatórios de Inspeção<sup>28</sup> localizados no Arquivo Público do Estado, são 12, relativos a São Mateus e Colatina. Em geral, discorrem sobre as condições dos prédios, avaliam o trabalho dos professores e o “adiantamento” dos alunos. Às vezes citam os materiais pedagógicos encontrados ou não nas escolas.

Para contextualizar a instrução primária no norte do Espírito Santo, recorreremos ao livro *História de São Mateus* (NARDOTTO; LIMA, 1999), que traz informações sobre o Grupo Escolar de São Mateus e aspectos variados do município, bem como às pesquisas de Russo (2007; 2011) e Cancela (2012).

O mesmo exercício com relação a Colatina e Linhares é feito com auxílio do *Panorama histórico de Linhares* (ZUNTI, 2000), que oferece dados sobre a formação histórica de Linhares e cita também alguns pontos sobre a instrução primária.

Com referência a Colatina, uma obra de autoria de José Ribon (1990), localizada na sessão de coleções especiais da Biblioteca Central da Ufes, intitulada *História de Colatina (II Parte)*, é o único livro sobre a história do município encontrado.

Recorrendo a relatos e narrativas de moradores antigos e à sua própria memória, Ribon (1990) expõe, em 70 páginas, fatos e relatos da história de Colatina a partir da década de 1930 até a década de 1980. Na introdução dessa edição, ele diz: “Em 84 editei uma pequena história de Colatina, abrangendo fatos históricos no espaço de 1906 a 1930, nesse espaço de tempo o que

---

<sup>27</sup> ANEXO A.

<sup>28</sup> ANEXO B.

aconteceu, como começou, como cresceu, a causa e a razão de seu progresso” (RIBON, 1990, p. 9). Essa edição não foi encontrada. Há também as dissertações de Albani (2012) que realiza uma análise da arquitetura no processo de crescimento da cidade de Colatina, de Bou-Habib Filho (2007) que investiga a Revolta de Xandoca, ocorrida em Colatina em 1916 e ainda o livro *Adeus, Itália: imigração europeia ao Espírito Santo, floresta e colônia* (BERGAMINI, 2013).

Há fotografias<sup>29</sup> nos Relatórios de Inspeção, nos Relatórios dos Secretários de Instrução Pública, localizadas no Arquivo Público e também no *site* do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), referentes a escolas primárias, prédios, professores, alunos e aspectos das cidades. Encontramos fotos antigas do Espírito Santo e de São Mateus por meio do *Facebook*, nos grupos *Fotos antigas do Espírito Santo* e *Nós, mateenses da gema*.

Para tentar entender melhor as questões territoriais, os mapas<sup>30</sup> encontrados, tanto na última mensagem de Jerônimo Monteiro, quanto nos arquivos cartográficos do APE, no acervo digital do IJSN e na Tese de Locatelli (2012), auxiliam na compreensão de questões pertinentes aos limites entre os municípios do norte.

Temos arquivados, ainda, documentos diversos,<sup>31</sup> como pedidos e concessões de transferências e licenças, que podem servir como indicadores da mobilidade dos professores naquela região, bem como revelar outros sinais, quando forem confrontados com outras fontes; e também arquivos de jornais.<sup>32</sup> A partir do entrecruzamento dessas fontes bibliográficas e documentais, interrogamos a seguir modos de escolarização no norte do Espírito Santo.

---

<sup>29</sup> ANEXO C.

<sup>30</sup> ANEXO D.

<sup>31</sup> ANEXO E.

<sup>32</sup> ANEXO F.

### CAPÍTULO 3

#### **NARRATIVAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: EXPLORANDO CONTEXTOS**

Ao narrar a expansão do ensino primário no norte do Espírito Santo, propomo-nos o exercício de contextualizar a região, entrelaçando questões educacionais com outras de ordem política, cultural, econômica e social, com o objetivo de compreender, com base nas fontes inventariadas, que lugar era esse e como o ensino primário compunha aquele contexto.

No período estudado, a necessidade de narrar a expansão do ensino primário em Colatina e em São Mateus encontra alguns entraves, entre os quais figura a carência de material bibliográfico sobre a história desses municípios. Quanto a São Mateus, há um número de pesquisas históricas que, ainda que não sejam exclusivamente sobre a educação, pode oferecer elementos que ajudem a compreender o contexto educacional a partir do seu entrecruzamento com as fontes.

Realizar o mesmo exercício com relação a Colatina se torna mais desafiador, à medida que é rara e incipiente a literatura localizada sobre a história desse município. A ausência de uma pesquisa mais geral sobre a história de Colatina afeta, de certa forma, a análise pretendida. Sobre a abordagem microanalítica, Revel (2010, p. 438) defende que “É o princípio da variação de escala que importa, e não a escolha de uma escala peculiar de observação”, logo, não se trata de estudar objetos de “tamanho reduzido”, mas de compreender o objeto de pesquisa em escalas de observação diferentes.

Ou seja, compreender o movimento de expansão do ensino dentro de um contexto histórico que está por ser narrado demanda um esforço maior na pesquisa. Dentro dessa perspectiva, mesmo que as histórias de São Mateus e Colatina não sejam foco do trabalho, impõe-se a necessidade de juntar os fragmentos localizados e construir uma narrativa, ainda que sucinta, apontando os principais tópicos a serem abordados na história de cada um dentro do recorte da pesquisa.

Com base na literatura indicada, compreendemos, inicialmente, que o norte do Estado do Espírito Santo traz consigo questões peculiares quando o assunto é a formação histórica de seu território. A fundação das Villas de Linhares e São Matheus teve, em princípio, o propósito de

evitar ou coibir o escoamento (contrabando) de ouro e pedras preciosas pelos rios Doce e Cricaré (Figuras 2 e 3), cujas cabeceiras estão localizadas nas Minas Gerais. Cancela (2012) ressalta a importância de “vigiar” o tráfego nos rios que levavam às minas já expressa nas orientações do Governador da Capitania de Porto Seguro, da qual São Mateus fez parte entre os anos de 1764 e 1823.

O insucesso de Vasco Coutinho<sup>33</sup> em administrar o povoamento da Capitania do Espírito Santo, que sofria constantes ataques dos índios, ocasionou mudanças administrativas. Nesse período, o rio Doce se constituía como divisa de domínios entre o Espírito Santo, que estava sob jurisdição do Rio de Janeiro, e a Bahia, então capitania de Porto Seguro.

No período em que pertenceu à Capitania de Porto Seguro, São Mateus experimentou crescimento econômico, pois, pelos rios e pelo mar, mantinha uma via de comunicação constante com Porto Seguro, Rio de Janeiro e outras localidades do Espírito Santo através do Porto, que comercializava principalmente farinha de mandioca.

Provavelmente o extermínio dos aimorés<sup>34</sup> em São Mateus tenha favorecido a expansão da colonização, da agricultura, dos latifúndios e da organização político-administrativa nessa vila, que se tornou município em 1848 e que exerceu um papel muito importante para a economia da Província do Espírito Santo no século XIX. Já em Linhares, a resistência dos índios botocudos<sup>35</sup> dificultou ainda por muito tempo o povoamento da vila que só atingiu o *status* de município em 1943, quando foi desmembrada de Colatina.<sup>36</sup>

Segundo Pontes (2007, p. 35), apesar de Conceição da Barra e São Mateus se constituírem como importantes cidades portuárias do litoral norte capixaba e dos quartéis estabelecidos em Linhares perdurarem por longos anos como instâncias destinadas a defender a terra dos índios,

---

<sup>33</sup>Sobre isso, ver Cancela (2012) e Nardoto e Lima (1999).

<sup>34</sup>Os aimorés, cuja denominação possuía mais caráter político do que étnico, uma vez que representavam todos os grupos indígenas que não eram falantes, nem aliados dos tupis, eram organizados em pequenos grupos seminômades e viviam basicamente da caça e da colheita (CANCELA, 2012).

<sup>35</sup>Os botocudos, apelidados assim pelos brancos em razão do uso dos botoques (discos brancos de madeira leve) nas orelhas e boca, habitavam toda a região conhecida hoje como Linhares e áreas vizinhas ao longo do rio Doce. Destacaram-se pela resistência tenaz e contínua que opuseram aos colonizadores brancos até meados do século XIX (ZUNTI, 2000).

<sup>36</sup>Nardoto e Lima (1999) e Zunti (2000) tratam os índios, tanto os botocudos quanto os aimorés, em seus respectivos livros, como se fossem tribos diferentes, mas a contribuição de Cancela (2012) possibilita pensar que os botocudos poderiam ser aimorés, já que essa denominação não era atribuída a uma tribo, mas a qualquer grupo que não fosse falante nem aliado dos tupis.

o povoamento no norte do Estado, em início do século XX, contava com escassos e pequenos núcleos populacionais que conviviam com “extensas e intransponíveis matas”. Contudo, essas condições de desenvolvimento não eram constatadas em todo o Estado. Pontes (2007, p. 35-36) afirma que:

[...] nas primeiras décadas do século XX, contrastando com o sul do Estado, que apresentava expressiva ocupação tanto no litoral quanto no interior, aquela porção do território capixaba [região norte] permanecia isolada e com extensas áreas de terras desocupadas, que a partir da margem esquerda do rio Doce estendiam-se ao longo da Serra dos Aimorés, descendo através dos vales formados pelos braços norte e sul do Rio São Mateus. Neste contexto, o abandono da região noroeste do território capixaba fez com que se mantivesse o desequilíbrio regional colonizador [...] em relação à ocupação do [...] solo capixaba.

Quando voltou a fazer parte do Espírito Santo, São Matheus, ao lado de Colatina, ostentava uma vasta extensão de terra. Nas palavras do Presidente de Estado, Marcondes Alves de Souza (1913), Colatina era um: “Município extenso, que com os de São Matheus e Conceição da Barra, compreende quase metade do Estado” (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 54-55). Os mapas a seguir auxiliam para uma melhor compreensão do território a que nos referimos quando mencionamos os municípios de São Mateus e Colatina.

Segundo dados do Arquivo Público Estadual, o município de São Matheus e o de Conceição da Barra, que era a ele administrativamente subordinado,<sup>37</sup> correspondiam ao que conhecemos atualmente por **Conceição da Barra**, Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Mucurici, Ponto Belo, **São Matheus**, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Boa Esperança, Jaguaré, Ecoporanga, Nova Venécia e Vila Pavão, além da parte sul do Estado da Bahia que se estende até o rio Mucuri, como podemos ver no Mapa 1.

---

<sup>37</sup>Os estudos têm nos levado à compreensão de que Conceição da Barra era uma cidade com certa relevância econômica, no entanto continuava pertencendo à Comarca de São Mateus. Por isso, nas vezes em que aparece o termo “São Mateus e Conceição da Barra” no texto, estamos nos referindo às sedes das cidades e não aos municípios. Outrossim, quando mencionarmos apenas o município de São Mateus, nele está contida a cidade de Conceição da Barra.





Em 1913, após visitar vários municípios do Estado, o então presidente Marcondes Alves de Souza transmite à Assembleia Legislativa suas impressões sobre São Matheus e Conceição da Barra. Acerca do primeiro município, ele afirma:

A bella cidade, outr'ora prospera, hoje, devido á **dificuldade de vias de comunicação**, vae desfalecendo visivelmente. [...], Municipio, que julgo o de mais futuro no Estado, não somente pela sua extensão territorial, como pela riqueza de suas florestas virgens, tão férteis em madeiras de lei, pelos seus campos nativos e pela salubridade e uberdade de seu sólo adaptável a grande variedade de culturas (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 46).

Sobre Conceição da Barra (ou Barra de São Matheus):

A cidade se acha collocada na fóz do rio São Matheus, cuja barra somente é accessível a navios de pequeno calado e nas marés cheias, **não podendo**, por isso, **haver muita regularidade nos meios de comunicação** daquele Municipio com a capital do Estado. Essa anormalidade, que dificulta grandemente o progresso desse Municipio e do de São Matheus (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 48).

Encontramos, no acervo do IBGE, a informação de que a movimentação de navios, mercadorias e pessoas era intensa no porto de São Mateus, permanecendo assim inclusive após a intervenção federal, quando Punaro Bley<sup>39</sup> assume a administração do Estado:

Até o final da década de 1930, os meios de transporte de passageiros e mercadorias para toda a região norte do Espírito Santo eram os animais (cavalos e tropas de muares), os pequenos navios que aportavam em São Mateus e o trem de ferro. **O movimento no porto de São Mateus era intenso**, com os trapiches cheios de mercadorias para exportação. Os armazéns vendiam mercadorias aos moradores locais e aos da vila do interior, como Barra de São Francisco, Nova Venécia, Boa Esperança, Jaguaré, etc, todas ainda pertencentes ao território de São Mateus. Por causa da pouca profundidade e largura do rio, em alguns lugares os navios só podiam entrar ou sair de 15 em 15 dias, nas luas cheias e novas, quando as marés são mais altas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

A dificuldade de acesso àquela zona, relatada por Marcondes de Souza (1913), poderia ser parte de uma estratégia de proteção do território, já que, no início da República, os governos espírito-santenses tiveram que lidar com o interesse dos Estados vizinhos, Minas Gerais e Bahia, em se apropriar de parte da região norte.

---

<sup>39</sup>João Punaro Bley (1900-1983), interventor federal que assumiu o Governo do Estado do Espírito Santo de 1930 até 1943 (LAUFF, 2007).



Nos registros de Marcondes de Souza (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 54) sobre Colatina, podemos observar que suas características são muito próximas das de São Mateus e Conceição da Barra:

Esse Grande e futuroso Município, situado em uma e outra margem do Rio Doce, é digno da atenção dos poderes publicos, não só pela grande extensão do seu território, em grande parte inculta, e que se presta admiravelmente á colonização, como também pela uberdade do seu sólo, riquissimo em madeiras de lei.

O clima, a vegetação e o solo não diferem muito de um município para o outro, sendo abundante o terreno arenoso próximo ao litoral e muito fértil conforme se avança para o interior de ambos. Souza (1913) assegura que tanto o município de Colatina, quanto o de São Mateus eram ricos em madeira de lei, com solo propício à cultura de café, cacau, algodão, mandioca, cereais e cana-de-açúcar, sendo favorável também à criação de gado, além de possuir vários minérios, como areia monazítica.

Os primeiros registros sobre a instrução pública na região norte são abordados por Zunti (2000) e por Nardoto e Lima (1999), respectivamente, nos trechos que se seguem:

O primeiro professor de Linhares foi José Maria Nogueira da Gama, que também foi o primeiro promotor, ocupando ainda o cargo de vereador. Ministrava suas aulas gratuitamente em uma das modestas casas da praça quadradas que era o centro da Vila, ou toda ela. Encontramos em mapas escolares seu nome citado a partir de 1839 (ZUNTI, 2000, p. 66).

Do que se tem notícia, um dos primeiros professores do Curso Primário em São Mateus foi Francisco de Chagas Araújo que, a 25 de maio de 1829, requereu o 'provimento de uma cadeira (NARDOTO; LIMA 1999, p. 285).

É possível observar que o quadro de professores existentes no norte era escasso. Eles estavam inseridos num contexto em que os núcleos populacionais se resumiam praticamente a essas duas povoações (Linhares e São Mateus). Diante disso, seria possível afirmar que, durante o século XIX, não havia grande demanda para a criação de escolas naquela região, tendo em vista o seu contingente populacional restrito.

Apesar da incipiente povoação, no prelúdio da República, ainda em finais do século XIX, iniciou-se um movimento de expansão habitacional pensado pelos Governos do Estado. Concomitantemente à Proclamação da República, sucedeu no norte um processo de criação de colônias fundadas com o intuito de receber as levas de imigrantes italianos. Como citam

Nardoto e Lima (1999), na administração do engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca, nomeado para chefiar a recém-criada Inspeção Especial de Terras e Colonização, criaram-se importantes núcleos, dentre os quais:

Núcleo Antônio Prado, formado por Santa Maria, São Jacinto, Mutum, Baunilha de Cima, Córrego da Ponte e **Colatina**, fundado em 1887;

Núcleo de Santa Leocádia, localizado no **Bamburral, em São Mateus**, fundado em 1888;

Núcleo de **Nova Venécia**, localizado no Vale do Rio São Mateus, fundado em 1892; Núcleo **Muniz Freire**, junto ao Rio Doce, **nas terras do atual município de Linhares**, fundado em 1894 (NARDOTO; LIMA, 1999, p. 90-91, grifo nosso).

A abolição da escravatura, os discursos modernos e a Proclamação da República representavam uma mudança de paradigmas que ameaçaria o *status quo* dos grandes proprietários de terras que exploravam a mão de obra escrava, caso eles não assumissem uma estratégia para garantir a continuidade de seus privilégios. A chegada desses imigrantes interessava aos notáveis daquela região como uma possibilidade de se manter no poder.

Guardadas as similitudes das intenções de sua fundação, da riqueza de seu solo, da tímida massa populacional e da chegada de imigrantes, as ações dos homens no tempo (BLOCH, 2001), em cada um desses dois municípios do norte capixaba, proporcionaram desdobramentos bem diferentes em ambos. Essas distinções só podem ser vistas se aproximarmos o olhar das relações de força que se estabeleceram ali.

Uma das grandes tensões que preocupava os coronéis daquelas bandas era a diminuição dos lucros por não poderem mais explorar a mão de obra escrava no final dos Oitocentos, e a chegada dos imigrantes poderia lançar uma luz sobre essa questão. Segundo Nardoto e Lima (1999, p. 97, 98), optou-se por adotar a seguinte estratégia em São Mateus:

Ao perceber que a abolição da escravidão estava prestes a ser promulgada, o Major Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão dos Aymorés, estimulado pelo irmão Reginaldo, pessoa de grande influência na Corte, providenciou junto ao Consulado da Itália [...], a vinda dos imigrantes italianos [...] para São Mateus.

Antônio Rodrigues da Cunha foi o único fazendeiro de São Mateus que não sofreu o impacto econômico gerado pela lei de 13 de maio de 1888 [...] porque teria ele, providentemente, trazido a força dos italianos para continuar o trabalho dos escravos negros.

Russo (2011), analisando a escravidão em São Mateus, na segunda metade do século XIX, constata que houve ali a formação de uma *oligarquia agrária e mercantil*, constituída por proprietários de terras e de escravos, que dominavam também os setores mais importantes do comércio regional. Ela acrescenta que:

Essa oligarquia assegurou suas bases de dominação regional, através de uma política de casamentos entre uma mesma parentela [acarretando] a existência de um verdadeiro *clã parental*, com forte influência política. Esta *oligarquia mateense* foi polarizada pela família do coronel e do major Antônio Rodrigues da Cunha, pai e filho, respectivamente, sendo este último também conhecido como o Barão de Aimorés, o qual se tornou o personagem mais referenciado [...] desta oligarquia no cenário histórico de São Mateus (RUSSO, 2011, p. 14, grifo da autora).

Como um dos mais importantes produtores de farinha de mandioca da costa brasileira e inserindo-se no ramo da cafeicultura, a partir de uma política de asseguramento dos privilégios por meio de casamentos, ao ler que o barão de Aimorés foi o único que não sofreu o impacto da abolição da escravatura, podemos entender que ele e todo o seu *clã parental* foram beneficiados com a exploração da mão de obra dos imigrantes, que ocuparam o lugar dos escravos. Essas fontes indicam a constituição de uma relação de servidão dos imigrantes europeus com a oligarquia mateense, o que afeta a relação desses imigrantes com a terra e, conseqüentemente, o seu posicionamento naquela sociedade.

Para escoar a produção das fazendas mateenses, já no final do século XIX, projetou-se a construção de uma estrada de ferro em São Mateus. Além dos planos de Marcondes Alves de Souza (1913) de construir uma ferrovia naquele local, Nardoto e Lima (1999) informam que, 18 anos antes da visita desse Presidente de Estado, já havia um contrato para a construção da estrada, mas a obra só teve continuidade após 1921.

Outro fator relevante da história de São Mateus é que, no início do século XX, parte do território correspondente a esse município, segundo o Mapa 1, passa a ser reclamado pelo Estado da Bahia. A situação litigiosa em São Mateus durou quase toda a Primeira República. Segundo Nardoto e Lima (1999), somente em abril de 1926 firmou-se um convênio entre os dois Estados (Bahia e Espírito Santo), estabelecendo, como divisa entre eles, o Riacho Doce.

Retomando o trecho de Nardoto e Lima (1999), temos indício de que a vinda dos imigrantes para São Mateus se deu em função da influência da oligarquia mateense na Corte. Russo (2011) acrescenta que Antônio Rodrigues da Cunha, o barão de Aimorés, era líder do Partido

Conservador e muito fiel ao Imperador, o que pode ter influenciado o fato de São Mateus ser o único município que não compareceu no ato oficial da Proclamação da República que ocorreu na capital, Vitória. Não por acaso, após experimentar um período de ascensão econômica de base nitidamente escravocrata, o município de São Mateus, a partir da queda do Regime Monárquico, começa, nas palavras de Marcondes de Souza, a desfalecer.

Linhares, município em que predominavam os quartéis militares voltados para a contenção dos ataques dos índios botocudos, de certa forma, também desfalece com a chegada da República, e esse processo pode ser associado a alguns fatores, como a expansão agrícola no interior desse município, o fomento à cafeicultura, a construção da estrada de ferro e a influência política da oligarquia local, formada, principalmente, pelos Calmons.

Assim como em São Mateus, a oligarquia constituída com base em relações familiares girava em torno do coronel Cunha, com a República, o coronel Alexandre Calmon começa a assumir lugar de destaque, valendo-se tanto da relação já estabelecida entre seus antepassados e o governo republicano quanto dos laços familiares mantidos com o clã parental formado em São Mateus (BOU-HABIB FILHO, 2007).

Segundo Bou-Habib Filho (2007), a família Calmon tinha grande prestígio na Corte, no período do Império, e soube perpetuar sua atuação política também durante a República, tendo Augusto e Alexandre Calmon como representantes de Linhares (Colatina) na fundação do Partido Republicano Espírito-Santense, em 1908.

Conforme esse autor, em 1903, Alexandre Calmon começou a trabalhar como fornecedor de víveres e equipamentos para a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, provavelmente por influência do ministro de Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Atuando também como intendente e principal líder de Linhares, Alexandre Calmon, que passava mais tempo em Colatina e percebeu o potencial daquela vila que resultara da expansão cafeeira originada no sul do Estado, promoveu a transferência forçada da sede de Linhares para Colatina, em 1906.

Alexandre Calmon, também conhecido como Xandoca,<sup>40</sup> ocupou a vice-presidência do Estado no mandato de Marcondes Alves de Souza e, tendo sido indicado ao mesmo cargo para o lançamento da candidatura de Bernardino Monteiro, optou por concorrer como vice-presidente do candidato da oposição. Acreditando que receberia apoio incondicional do Presidente da República, Wenceslau Brás, Alexandre Calmon encabeça uma frente armada contra os Monteiros, no episódio que ficou conhecido como a “Revolta de Xandoca”. O levante não obteve sucesso e Xandoca mudou-se imediatamente para o Rio de Janeiro com sua família.

Com relação aos laços familiares, Bou-Habib Filho (2007) afirma que os Calmons mantiveram vínculos políticos e de parentesco com famílias importantes da região, como os Cunhas e os Santos Neves, ambos de São Mateus. Contudo, a relação dos recém-chegados ao solo colatinense com a terra permitiu o fortalecimento de outras famílias.

No final do século XIX, a formação do Núcleo Antônio Prado, constituído por Santa Maria, São Jacinto, Mutum, Baunilha de Cima, Córrego da Ponte e Colatina, fundado em 1887, como já vimos em Nardoto e Lima (1999), em primeira análise, não difere muito da criação de núcleos de imigrantes em São Mateus. Embora a motivação fosse a mesma, a crise do trabalho escravo, a diferença é que, naquela região, de acordo com Albani (2012), a estratégia adotada pelos fazendeiros locais para garantir a manutenção de seus privilégios, foi outra:

Muitos fazendeiros venderam ou repartiram suas terras para os colonos mediante o compromisso de obterem preferência de compra de café que fosse produzir.

Deixavam com isso, de produzir o café para comercializá-lo. Essa expansão das atividades comerciais em Colatina possibilitou um maior desenvolvimento do núcleo urbano (ALBANI, 2012, p. 57).

Essa medida não só mudava a relação dos imigrantes com os grandes fazendeiros locais, como, pela posse ou compra, mudava drasticamente a relação do imigrante com a terra. Atraídos pela possibilidade de cultivar as férteis terras devolutas, junto com as levas de imigrantes, vieram também “[...] descendentes de imigrantes vindos do sul do Estado em busca de terras para o plantio do café” (PONTES, 2007, p. 46).

---

<sup>40</sup>Segundo Bou-Habib Filho (2007), no período em que criou uma escola e lecionou em São Mateus, Alexandre ganhou o apelido de professor Xandoca.

A estrada de ferro que ligaria o Espírito Santo a Minas Gerais, passando por Colatina, reforçava as atividades do Porto de Vitória, para onde eram levados o café, madeira e outros produtos do norte do Espírito Santo e do Estado de Minas Gerais. Esses fatores elevaram Colatina a um patamar de grande importância tanto na economia quanto na política capixaba, como reforça Pontes (2007, p. 47):

Com a economia do Espírito Santo voltada para a agricultura, em especial a do café, a cidade de Colatina [...] não tardou a ser alçada à posição de centro regional: capital do café. Servindo-se da estrada de ferro Vitória Minas, o transporte dos grãos era feito por trem, o que também foi importante para impulsionar a extração de madeira – outra das principais fontes de renda do estado, abrindo espaço para o café e para pastagens.

Enquanto Linhares, assim como São Mateus, “desfalecia”, Colatina projetava-se cada vez mais no cenário econômico, passando à sede do município no lugar de Linhares. Essas mudanças administrativas e econômicas afetam diretamente as decisões quanto à instrução. Em 1924, foi construído o prédio para o grupo escolar de Colatina, que inicialmente era tratado como Escolas Reunidas Aristides Freire, enquanto, em Linhares, o Grupo Escolar Bartouvino Costa só seria criado após 1930.<sup>41</sup> Devido ao crescimento populacional em Colatina, há também um destaque para esse município nos Relatórios de Inspeção que apontam o aumento da quantidade de escolas isoladas naquela região, enquanto Linhares fica relegada a um plano de menor importância, como veremos mais detalhadamente na análise dos relatórios.

Com base nisso, esperar-se-ia que o investimento na estrutura e condições físicas das escolas existentes nesses municípios não fosse muito bom, como confirma Souza (1913), sobre São Mateus: “Foi construído na cidade um prédio para o Grupo Escolar, onde funcionam as escolas isoladas. Estando, entretanto, desprovido de mobiliário, de instalação sanitária e de água” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 48).

O Regulamento da Instrução Pública Primária em vigor no período, a que o então presidente do Estado se refere, previa que as escolas deveriam ser instaladas em locais vastos, claros e arejados<sup>42</sup> e acrescentava: “Os pátios que forem destinados para recreio devem ser planos, limpos e arborizados” (ESPÍRITO SANTO, Dec. 230, 1909, p. 10).

---

<sup>41</sup>Conforme *site* da escola, somente em 19 de março de 1948 a escola recebe o nome de Grupo Escolar Bartouvino Costa. Ver <http://bartouvino.blogspot.com.br/p/historia-da-escola.html>.

<sup>42</sup>“Artº 27. As escolas primarias funcionarão em salas vastas, claras e arejadas [...]” (p. 7).

Mas de onde saíam essas ideias? Em que princípios se baseavam para criar essas exigências nos Regulamentos de Instrução? Rocha e Gondra (2002, p. 493) apontam que, desde meados do século XIX, a educação era configurada “[...] no interior do amplo projeto de intervenção social formulado pela corporação médica”. Mas qual seria o interesse dos médicos na instrução pública? Os mesmos autores defendem que a corporação médica via na instrução pública “[...] um modo de manter e expandir sua legitimidade para cuidar dos indivíduos e da sociedade” (ROCHA; GONDRA, 2002, p. 510).

Com esse intuito, muitos médicos se arvoraram no campo da educação, valendo-se de argumentações sustentadas cientificamente<sup>43</sup> para determinar desde a estrutura física, a frequência com que a escola deveria ser limpa, o mobiliário e sua disposição no espaço, o local dos banheiros, poços e fossas até a definição da “[...] idade mínima de ingresso dos alunos, distribuição do tempo, desenvolvimento da inteligência e de outras rotinas da organização escolar” (GONDRA, 2002, p. 8). Esse discurso científico é aceito por agregar valor a uma escola que se pretende moderna e civilizada e que, para se aproximar desse ideal, introduz os preceitos de saúde e higiene em voga, como vemos no Relatório de Instrução de Mirabeau Pimentel (ESPIRITO SANTO, 1922, p. 5-6):

A casa da escola deve ser ampla, dotada de condições hygienicas, bem iluminada, com aspecto tal, que só por ella constitua um atractivo para os alunos. São múltiplos os requisitos architectonicos, pedagogicos e hygienicos a observar na construção de edificios escolares [...]. Na edificação escolar moderna, cada alumno deve ocupar um espaço correspondente a 1.20 m<sup>2</sup>, no mínimo. A cubagem de ar para cada deve ser de 5.4m<sup>3</sup>, capacidade mínima tolerada.<sup>44</sup>

Esse conhecimento altera o olhar sobre os adjetivos atribuídos às escolas nas fontes estudadas, como em Conceição da Barra, por exemplo, quando o ex-presidente do Estado conta que as escolas, assim como a cadeia, “[...] funcionam em prédios alugados, sem conforto e sem mobiliário exigidos pelo regulamento, não tendo local apropriado para o recreio das creanças” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 50), ou em Colatina, sobre a qual ele afirma que “[...] as escolas públicas funcionam em prédios alugados e sem as necessárias condições” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 55). Os julgamentos de valor atribuídos às escolas do interior estavam pautados nas determinações nacionais e estaduais para as escolas. Mas, como exigir o atendimento aos

---

<sup>43</sup>Não podemos esquecer que esse momento histórico estava impregnado por uma valorização do moderno, do científico e, por isso, a base científica da argumentação desses médicos ganhava tanta força e era reproduzida nos documentos governamentais sobre a instrução.

<sup>44</sup>Esses conceitos se estenderiam pelas décadas seguintes e até hoje estão presentes nas grades curriculares da Educação Física Escolar, por exemplo.

preceitos higiênico-escolares em municípios que nem sequer contavam com médicos ou remédios?<sup>45</sup>

Enquanto isso, as possibilidades de crescimento socioeconômico, a partir da exploração das riquezas existentes nessa região norte do Estado, eram expostas à Assembleia pelo Presidente que falava de seus planos: “Si fôr levada a efeito, como tenho esperança, a já projectada Estrada de Ferro de São Matheus a Serra dos Aymorés, cujo ramal deve vir entroncar em Colatina, tornar-se-á esse lugar um dos mais prósperos do Estado” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 54).

Segundo a narrativa construída até agora, podemos destacar os seguintes elementos relativos ao norte do Espírito Santo: o comércio de farinha de mandioca e de café em São Mateus, o cultivo de café e a estrada de ferro em Colatina, a diversidade étnica proporcionada pelo convívio entre descendentes de portugueses, negros, índios e a chegada de imigrantes, italianos, alemães, austríacos, entre outros.

Essa realidade, quando confrontada com a perspectiva de análise que considera não só a região norte mas também o conjunto do Estado, leva a interrogar por que, em termos de investimento e modernização, as regiões central e sul sobressaem e a região norte, apesar do potencial e riquezas, permanece silenciada por parte do Poder Público, que investia maciçamente na modernização da capital, Vitória, e na “republicanização” dos municípios do sul, principalmente Cachoeiro de Itapemirim.

Apesar das alianças oligárquicas formadas no norte e de sua inserção na política estadual (contando com Alexandre Calmon), que era comandada pelo sul, Locatelli (2012) lembra que a Primeira República no Espírito Santo foi marcada pela predominância da Oligarquia Monteiro, responsável por eleger cinco dos seis presidentes que estiveram à frente do Governo Estadual entre 1908 e 1930. E acrescenta:

A presença destes governadores nas decisões políticas do Estado por quase duas décadas combinada com a prática dos coronéis que, no cenário capixaba, desenvolveu-se entre os proprietários das grandes fazendas de café, principalmente da Região Centro-Sul, bem como com os pequenos e médios fazendeiros locais, provavelmente colaborou na localização da implantação dos primeiros grupos escolares no Espírito Santo (LOCATELLI, 2012, p. 105).

---

<sup>45</sup>No Relatório de Inspeção de 1928, Archimimo Gonçalves denuncia a falta absoluta de recursos médicos, farmacêuticos e até de alimentos naquela região.



Além da oligarquia cafeeira, havia ainda uma vantagem geográfica de municípios situados ao sul do Estado com relação à Capital federal, o que facilitava não só as trocas comerciais como também a circulação e formação de intelectuais (LOCATELLI, 2012). No entanto, olhar a partir do norte para a questão do silenciamento da região pode oferecer outras possibilidades argumentativas para compreender o investimento feito no sul e o desinvestimento dispensado ao norte.

De acordo com Salim (2009, p. 128-129), “[...] pode-se afirmar que [o café] representou um dos pilares fundamentais do movimento republicano no Espírito Santo, na medida em que promoveu a formação e o fortalecimento de uma elite política local responsável pela difusão dos ideais republicanos no Estado”. Assim, estabelecidos com uma forte base na oligarquia cafeeira, os donos do poder estadual, advindos da região sul do Espírito Santo, provavelmente não tinham interesse em incentivar o crescimento socioeconômico por meio da cultura do café em outras partes desse território, a não ser que eles mesmos tivessem parte nos lucros desse investimento. Foi isso que aconteceu em Colatina. Muitos dos que compravam as terras para cultivo do café, além dos imigrantes, eram migrantes fluminenses, portugueses e *oriundi*<sup>46</sup> da região sul do Espírito Santo.

Enquanto o fomento à economia colatinense não cessava, em São Mateus, “[...] por ser uma área pouco povoada, de fronteiras questionáveis, o Estado possivelmente não se ocupou do que naquele local se passava” (MONTICELLI, 2014, p. 133). Em outras palavras, esse “esquecimento” do município de São Mateus pode ser parte de uma estratégia que incluía a ação de não chamar a atenção dos Estados vizinhos para a parte do território capixaba na qual eles estavam interessados.

Se investisse em estradas de ferro e urbanização, as riquezas e prosperidade daquela zona estariam em maior evidência, podendo acirrar a disputa pelas terras. De outro modo, se o Governo do Estado investisse naquela região e perdesse o território para a Bahia, representaria prejuízo para os cofres estaduais. Ainda que não perdesse o território, facilitar a comunicação com o norte do Espírito Santo significaria facilitar também o escoamento de mercadorias, como

---

<sup>46</sup>Bergamini (2013), no livro *Adeus, Itália*, retrata como *oriundi* os filhos de imigrantes que se fixaram na região sul do Estado e que, interessados em obter terras e cultivar café na região de Colatina, atraídos pela possibilidade de crescimento da cidade, com a estrada de ferro que escoaria suas mercadorias e traria uma circularidade de bens e serviços para a região, mudaram-se para ali em busca de estabelecer-se no norte, assim como seus ancestrais o fizeram no sul.

o café, a mandioca e a madeira, o que poderia representar concorrência aos latifundiários do sul capixaba. Essas possibilidades indicam que a construção do prédio do Grupo Escolar de São Mateus, bem como o número pequeno de escolas isoladas espalhadas por esse município podem ter representado um investimento do governo como forma de demarcar o território republicano e espírito-santense no norte capixaba. Porém era necessário manter a cautela diante da disputa territorial e das possibilidades de concorrência, por isso as ações republicanas deveriam estar presentes naquela região, mas de maneira discreta.

Outra possibilidade seria que o isolamento do extremo norte representasse uma forma de retaliação ao fato de a oligarquia representante daquele município não ter apoiado a República (ou vice-versa: a própria oligarquia da região tentar inibir a presença atuante de uma política republicana que não era bem-vinda ali). Assim, o engajamento político dos coroneis mateenses no jogo de tensões estabelecido pela República influenciou a ordenação da instrução pública na região norte.

A expansão do ensino no norte do Espírito Santo está inserida num contexto marcado pelo surgimento da ideia de representação de um espaço físico especificamente destinado à instrução. Acreditando ser a difusão do ensino primário fator essencial para a consolidação da nova República, políticos e educadores, começando por São Paulo, passaram a defender um projeto de educação popular (BUFFA; PINTO, 2002).

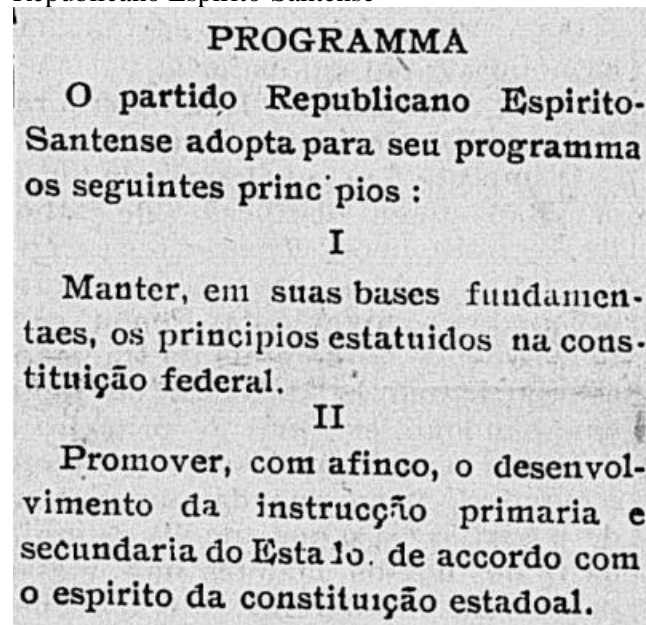
A escola a ser criada implicava o imaginário de um “tipo ideal”, cuja construção de prédios escolares permitiria a instauração de uma nova “pedagogia do olhar”, que realçava não apenas o caráter espetacular dos prédios e das atividades escolares, atraindo o interesse do público a querer frequentar a escola, mas que possibilitasse um maior controle de professores e alunos (FARIA FILHO, 1998).

De acordo com Locatelli (2012), a experiência paulista tinha, na construção dos seus “majestosos prédios escolares”, elementos que expressavam as necessidades de educação e de ordenação do povo. Assim, “A ênfase na visibilidade, expressa na suntuosidade e localização dos edifícios escolares nos espaços urbanos, associava-se aos preceitos da Pedagogia Moderna para evidenciar o progresso que a República instaurava” (LOCATELLI, 2012, p. 19).

Os ecos desse modelo escolar e de sua relevância para os interesses republicanos repercutiam nos discursos partidários do Espírito Santo. Jeronymo de Souza Monteiro, que assumiu a Presidência do Estado em 1908, incluíra na sua campanha a valorização da educação e dizia: “Nenhum assumpto, mais do que este, pode merecer o zelo dos governos republicanos” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 7).

Em 5 de dezembro de 1908, foi publicado, no *Diário da Manhã* o *Manifesto do novo Partido Republicano Espirito-Santense* e seu programa, contendo dez princípios, entre os quais, o segundo versa exclusivamente sobre a educação:

Figura 1 – Trecho do Programa do Partido Republicano Espirito-Santense



Fonte: *Diário da Manhã*, n. 376, Victoria, sábado, 5 de dezembro de 1908.

Ao assumir a Presidência do Estado, Jeronymo Monteiro, adepto do Partido Republicano, deu início a um projeto de modernização que incluía a reorganização do ensino. Para essa tarefa, convidou Carlos Alberto Gomes Cardim, educador paulista, a promover a Reforma Educacional dentro dos parâmetros preconizados por São Paulo. Após o término de seu mandato, ao realizar a exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912, no Congresso Legislativo, Monteiro enumera as construções destinadas às escolas erguidas em seu governo sob o cerne da reforma:

Muito se esforçou o governo para dar boas accomodações ás escolas. Para esse fim mandou construir na capital o edificio para o grupo escolar ‘Gomes Cardim’ á rua

Pereira Pinto; os prédios das escolas reunidas da Villa Rubim e da Villa de Argolas, o novo, bello e vasto edifício das escolas Modelo e Anexas [...].

Nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, São Matheus e Santa Leopoldina, foram construídos **predios espaçosos, higienicos e confortaveis** para instalações dos Grupos Escolares dessas cidades.

Esses edificios ficarão concluídos dentro de três mezes (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 443, grifo nosso).

Pelo pronunciamento de Monteiro ao Congresso Legislativo, dentro de três meses, no Estado do Espírito Santo, estariam funcionando cinco grupos escolares: o Grupo Escolar Modelo e o da Capital, que já estavam prontos e funcionando, e os de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Santa Leopoldina, que estavam em fase de construção.

Monteiro não aborda, na exposição de 1913, detalhes sobre as escolas isoladas do norte do Estado, mas é possível obter indícios do que foi pensado para essas escolas, no relatório de Cardim. O educador paulista, responsável pela reforma do ensino capixaba, afirma que “Dispondo de uma organização modesta, tem a escola isolada como fim essencial o preparo das creanças para as primeiras necessidades da vida pratica” (ESPIRITO SANTO, 1909, p. 15).

As fontes apontam que as condições dessas escolas não eram apenas modestas, mas precárias. Na primeira mensagem de Marcondes Alves de Souza, ele avalia que a Reforma Gomes Cardim operou mudanças significativas na instrução pública, sobretudo a da Capital do Estado. Quanto ao interior, acena que os: “[...] prédios ou antes ás salas em que funccionam as escolas isoladas do interior [...] são geralmente acanhadas e não obedecem ás prescripções da hygiene” (ESPIRITO SANTO, 1912, p. 16).

O mesmo presidente, em viagem que realizou visitando os municípios do Espírito Santo, relata que as escolas de Conceição da Barra e Colatina funcionam em prédios alugados, “[...] sem as necessárias condições, [...] sem conforto e sem mobiliário [e que o prédio do Grupo Escolar de São Mateus estava desprovido de] [...] mobiliário, de instalação sanitária e de água” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 48).

Com o intuito de compreender o processo de expansão do ensino primário no norte do Estado do Espírito Santo, no momento em que o grupo escolar despontava como modelo de escolarização para todo o território nacional, propomo-nos, neste capítulo,

narrar, a partir do entrecruzamento de fontes, a constituição e a expansão das escolas no norte do Estado. Essa narrativa começa a ser apresentada com a consciência de que as escolas do norte do Estado eram, majoritariamente, escolas isoladas.

A intenção é conhecer essas escolas na sua especificidade, mas também compreendê-las como parte de um complexo “nóvelo de relações sociais” (REVEL, 2010), quer com relação às escolas, como elas eram, sua estrutura física, suas condições higiênicas, seu material pedagógico e sua localização, quer com relação aos professores, suas condições de trabalho e práticas de ensino e mesmo com referência aos alunos que frequentavam essas escolas.

## CAPÍTULO 4

### ENTRE ESCOLAS ISOLADAS E O GRUPO ESCOLAR: MODOS DE ESCOLARIZAÇÃO NO NORTE CAPIXABA EM TEMPOS REPUBLICANOS

No livro de Novaes (1979) sobre a vida e obra de Jeronymo Monteiro – presidente do Estado (1908-1912) responsável por promover a primeira reforma da instrução pública capixaba (1908 a 1909), assessorado pelo educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim – encontram-se narrativas sobre mudanças que a reorganização do ensino acarretou no Estado. Segundo a autora, essa reforma do ensino teria atingido

[...] todos os recantos do Estado, com mobiliário adequado e farto material escolar, prédios para Grupos Escolares em Cachoeiro do Itapemirim, Santa Leopoldina e **São Mateus**; curso complementar já referido, **escolas isoladas, noutros pontos de população menos densa**. Tudo fiscalizado nos moldes da Capital, tudo gradativo e bem dirigido, com o predomínio da língua portuguesa, nas escolas particulares, frequentadas pelos descendentes de imigrantes (NOVAES, 1979, p. 137-A, grifo nosso).

O fato de essa autora pertencer à família Monteiro pode nos ajudar a compreender o contexto de produção da sua narrativa que enaltece os feitos de uma reforma e reafirma o discurso do presidente do Estado, Jeronymo Monteiro, e do responsável pela reforma, Gomes Cardim. De modo geral o relatório de Gomes Cardim apresentado no ano seguinte à reorganização do ensino, retoma o tema da reforma educacional, fala do Congresso Pedagógico realizado naquele ano e menciona as escolas do interior. Para ele:

O Estado do Espírito Santo conta [com] [...] 127 escolas isoladas providas, as quaes se acham **convenientemente reformadas**, em virtude da **radical modificação** que soffreram com um programma perfeitamente exequível. Dispondo de uma organização modesta, tem a escola isolada como fim essencial o preparo das creanças para as primeiras necessidades da vida pratica.

**O ensino analytic intuitivo**, de accordo com os principios, methodos e processos da pedagogia moderna, **está sendo posto em pratica em todas as escolas isoladas do Estado** (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 15, grifos nossos).

A mensagem de governo de Jeronymo Monteiro – apresentada no mesmo ano do relatório de Cardim à Assembleia Legislativa do Estado – aborda o andamento da reforma no Estado da seguinte maneira:

Está em pleno vigor a reforma constante na lei n. 545, de 16 de novembro de 1908, a qual vae produzindo benéficos resultados.

No Estado, em geral, funcionam com regularidade todas as escolas, que apresentam movimento animador, não só na matricula, como também, e principalmente quanto á frequência.

Já se procedeu á substituição do mobiliário em quase todas as escolas do Estado, tendo-se distribuído muitas carteiras duplas e individuais, além de mappas, relógios, livros e mais objetos escolares (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 14).

Apesar de as narrativas de Novaes (1979) e de os discursos de Cardim (1909) e Monteiro (1909) sobre a expansão do ensino republicano no interior do Estado transmitirem a ideia de uma mudança no ensino que instrumentalizou as escolas, provendo-as de espaço, mobiliário, material e garantia de ensino em língua portuguesa nas escolas frequentadas pelos descendentes de imigrantes, os documentos posteriores apontam para outro caminho.

Ao falar sobre os reflexos dessa “Reforma do Ensino”, no interior do Estado, Marcondes de Souza afirma (1913) que, nas escolas daqueles “recantos”, não havia mobiliário e material. O prédio destinado ao Grupo Escolar de São Mateus teve a sua construção iniciada ao mesmo tempo que o grupo escolar de Cachoeiro de Itapemirim. Porém, ao invés de funcionar ali um grupo escolar, as escolas isoladas é que passaram a compartilhar o espaço do prédio desprovido de instalações de água e de esgoto.

As dificuldades de espaço para funcionamento das aulas não se restringem ao ambiente do prédio construído para sediar o Grupo Escolar de São Mateus. Henrique A. Cerqueira apresenta, no trecho a seguir, uma impressão sobre as escolas do interior no início do século:

Urge também que o Estado adquira prédios apropriados, nas cidades pelo menos, exclusivamente destinados ás escolas, que não devem continuar a funcionar na casa do professor, que, recebendo auxílio pecuniário para **aluguel de um prédio**, cede para a **escola** a sala principal da casa de sua moradia, quase sempre **acanhada, sem conforto** para os alumnos e muitas vezes **com infracção manifesta dos princípios mais rudimentares da Pedagogia, na distribuição do ar e da luz.**

É necessário que a escola seja escola, e a casa de professor casa de professor (ESPIRITO SANTO, 1908, p. 5, grifo nosso).

Sobre a fiscalização do ensino, Bernardino Monteiro pontua que: “As escolas isoladas do interior são comumente mal localizadas e nunca podem ser submetidas a uma fiscalização regular e constante” (ESPIRITO SANTO, 1916, p. 23). Desse modo, as fontes indicam que a inspeção escolar no interior do Estado não se dava nos mesmos moldes da Capital.

Novaes (1979) diz que, nas escolas particulares, frequentadas pelos descendentes de imigrantes, o ensino era ofertado predominantemente em língua portuguesa. Outras fontes confrontam essa afirmação. Numa delas – o Relatório de Inspeção de Alberto D’Almeida, datado de 1929, sobre visita a uma escola de Colatina – encontra-se o seguinte trecho: “Qual não foi a minha surpresa de encontrar ainda neste Estado escolas onde a língua-pátria é completamente esquecida, e lembrado somente o idioma Allemão!” (D’ALMEIDA, 1929, p. 9).

Outra fonte trata de um documento produzido pela Secretaria da Educação e Saúde do Estado do Espírito Santo e encaminhado à Comissão Nacional do Ensino Primário sob o título *O problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo* (ESPÍRITO SANTO, 1939). O conteúdo, assim como o seu título, aponta as proporções que o ensino em língua estrangeira tomou no Estado. Referindo-se aos imigrantes, Fernando Duarte Rabelo afirma que, até aquela data, ainda eram muitas as escolas estrangeiras em solo capixaba.

A questão das escolas estrangeiras é mencionada com frequência nos relatórios dos Secretários de Instrução e nas Mensagens Presidenciais. Em 1909, Cardim, ao visitar uma escola de colônia estrangeira, afirma

[...] visitei uma escola dirigida por um digno pastor protestante. Notei muita ordem e disciplina e a sala de aula, relativamente bem mobiliada, era magnífica, ostentando nas paredes diversos quadros bíblicos e históricos da Alemanha [...] em summa, só era nacional allí, o solo sobre o qual se elevava o edifício da escola (ESPIRITO SANTO, 1909, p. 28).

Tanto a inexistência de escolas, nas condições idealizadas pela Capital, quanto a resistência dos imigrantes em aprender e ensinar em língua portuguesa são alguns dos indícios que remetem à ideia de que, mesmo com as imposições do Estado, de alguma forma, em regiões periféricas ao poder centralizado, ele não existia exatamente como foi planejado, mas sofria as apropriações dos atores locais.

A impossibilidade do Estado de controlar as ações educativas no interior era tanta que, apesar da reforma de 1908, Henrique A. Cerqueira de Lima, diretor da Instrução, afirma, em seu relatório, que “As escolas primárias do interior ainda regem-se pelo regulamento n. 2 de 4 de junho de 1892” (ESPIRITO SANTO, 1908, p. 6). Em sua análise sobre o Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892, Salim (2011, p. 2, grifo nosso) considera que:



Os resultados obtidos com a reforma [de 1892] foram insignificantes. No ensino primário, por exemplo, os dados contidos no relatório de Póvoa (1897) mostram a criação de novas cadeiras para o ensino primário, mas que não foram preenchidas devido à ausência de profissionais para ocupá-las. Sendo assim, **a oferta de vagas não sofreu alteração** [...].

A primeira intervenção pública **ficou restrita ao seu aspecto formal, sem provocar, na prática, alterações significativas** nas condições estruturais da educação no Estado, conforme demonstram os relatos das autoridades públicas produzidos nos anos posteriores.

Apesar de Cardim alegar a adoção do ensino analítico intuitivo em todas as escolas isoladas do Estado, o relatório de Deocleciano Nunes de Oliveira – diretor da Instrução Pública que sucedeu Gomes Cardim – aponta que os professores de concurso, que compunham a maior parcela do quadro de professores dessas escolas isoladas (Quadro 6), recebiam o título de mestre-escola, embora ignorassem “[...] completamente as disposições regulamentares e os métodos de ensino” (ESPIRITO SANTO, 1910, p. 6).

Sobre a matrícula e a frequência escolares, Jeronymo Monteiro afirma, no relatório de 1909, que todas as escolas funcionavam com regularidade, apresentando movimento animador. Na mesma mensagem, considera que: “Há ainda varias localidades que, pela sua grande população infantil, reclamam com justiça a provisão de cadeiras escolares” (ESPIRITO SANTO, 1909, p. 15).

As cadeiras desprovidas (escolas vagas), nas várias localidades de grande população infantil a que Monteiro (1909) se refere, apontam para o contingente de alunos que permaneciam sem acesso à instrução, apesar da reforma. Na Mensagem de 1910, Monteiro registra que o Estado apresenta um número de 5.049 alunos matriculados e 3.773 frequentes. Porém, esse quantitativo, quando comparado com o “[...] total presumido da população infantil” (ESPIRITO SANTO, 1910, p. 21), revela que havia aproximadamente 47 mil crianças, em todo o Estado, sem acesso à escola.

Em 1922, foi realizado um recenseamento escolar que, segundo Mirabeau Pimentel (1922), estava baseado em dados conjecturais, sem os elementos técnicos e científicos necessários capazes de oferecer uma aproximação fiel dos lugares. Contudo, o secretário de Instrução destaca a relevância política e nacional de apresentar tais dados no mesmo ano em que se comemora o Centenário da Independência do país. Graças a essa preocupação, consta no anexo

do referido relatório uma tabela com o cálculo aproximado da população escolar do Estado, cuja versão adaptada é apresentada a seguir:

Tabela 1 – Cálculo aproximado da população escolar do Estado segundo o recenseamento federal e sua comparação com a população escolar inscrita nas escolas<sup>47</sup>

Município	Collatina	São Matheus	Conceição da Barra
Escolas Isoladas	21	6	3
Escolas Municipaes	2	2	1
Escolas Particulares	-	-	-
Total	23	8	4
Matricula das escolas isoladas	811	211	127
Matricula das escolas Municipaes	77	70	29
Matricula das escolas Particulares	-	-	-
Total	888	281	156
População escolar provável do município	3.354	2.174	827
Porcentagem de matricula sobre a população escolar	26,46%	12%	17,65%
População escolar sem escolas	73,54%	88%	82,35%

Fonte: Pimentel, 1922.

Pela tabela acima, vemos que 80% da população em idade escolar, em média, de toda a região norte, estava à margem do projeto de escolarização republicana<sup>48</sup>. Se levarmos em consideração que os regulamentos de instrução do período desobrigavam da escolarização as crianças que apresentassem alguns requisitos, como serem reconhecidamente pobres, por exemplo, podemos imaginar que o número delas sem acesso à escola era ainda maior. Esses dados podem ser lidos como reflexos de um governo que não dispunha de recursos financeiros suficientes para implantar uma mudança no cenário educacional do Estado em compasso com o que divulgavam em seus discursos sobre o assunto.

Na década de 1920, período em que o Espírito Santo experimentou um clima de serenidade, com sucessões presidenciais tranquilas e uma economia em expansão baseada no comércio de café (BERTO, 2013), também foi um momento em que circulou o chamado movimento

<sup>47</sup>Mantivemos na tabela a grafia original da fonte.

<sup>48</sup>Devemos levar em conta que possivelmente essa estatística não contabilizava as crianças negras e indígenas.

renovador da educação. No Espírito Santo, esse movimento ganha mais força no final da década de 1920, com a ascensão de Aristeu Borges Aguiar à Presidência do Estado e a reforma educacional promovida por Atílio Vivacqua, então secretário da Instrução:

Nas várias páginas dedicadas à instrução pública, na mensagem de 1929, o presidente descrevia suas intenções de governo, nascidas da necessidade de aperfeiçoamento das escolas já existentes, da criação de novas escolas e de novos aparelhos educacionais. Em linhas gerais, abordava a necessidade de preparar os professores e de aproximar a organização do ensino cada vez mais do tipo da escola activa, o que Atílio Vivacqua tentaria concretizar no movimento de reforma que encabeçou (BERTO, 2013, p. 88).

A análise das falas dos secretários de Instrução e dos presidentes de Estado posteriores à Reforma Cardim revela incongruências na narrativa de Novaes (1979) sobre a educação do período.

Apesar da precariedade de algumas instituições escolares existentes desde o início da Reforma Cardim, principalmente as escolas isoladas, segundo dados da Figura 4, sobre a expansão do ensino no Estado do Espírito Santo (VIVACQUA, 1929), entre 1908 e 1929, registra-se a criação de 877 escolas. Dessas, 94 foram criadas só no primeiro ano da Reforma Vivacqua. A inauguração dessas escolas, no entanto, esbarrava na carência de professores para regê-las. Para que construir mais escolas, se não havia professores para lecionar nas que se encontravam vagas?

Tabela 2 – Lista de matrícula e frequência dos alunos nas escolas do Espírito Santo de 1908 até 1929

<b>Anos</b>	<b>N. de escolas</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Frequencia</b>	<b>N. de alumnos por escola</b>	<b>Verbas orçadas</b>
<b>1908</b>	124	3.672	2.967	29	265:020\$000
<b>1909</b>	135	4.261	3.501	31	422:000\$000
<b>1910</b>	219	5.418	4.213	24	445:160\$000
<b>1911</b>	190	6.204	4.286	32	512:860\$000
<b>1912</b>	182	6.780	5.030	37	545:700\$000
<b>1913</b>	181	7.362	5.338	40	548:800\$000
<b>1914</b>	225	7.296	5.464	32	559:970\$000
<b>1915</b>	217	7.129	5.603	32	460:380\$000
<b>1916</b>	235	8.375	6.125	35	508:200\$000
<b>1917</b>	216	10.490	7.804	48	624:000\$000
<b>1918</b>	229	11.978	8.593	52	588:720\$000
<b>1919</b>	242	11.925	8.225	49	596:440\$000
<b>1920</b>	322	15.376	11.109	47	620:360\$000
<b>1921</b>	385	18.384	13.202	47	1.030:140\$000
<b>1922</b>	436	20.919	14.689	47	1.235:040\$000
<b>1923</b>	484	22.019	15.316	46	1.405:040\$000
<b>1924</b>	497	25.203	17.771	50	1.587:620\$000
<b>1925</b>	572	27.589	19.692	48	2.162:340\$000
<b>1926</b>	550	28.557	20.377	51	2.648:420\$000
<b>1927</b>	713	36.958	26.339	51	2.933:500\$000
<b>1928</b>	892	44.499	34.639	49	3.136:640\$000
<b>1929</b>	1001	49.313	37.641	49	5.704:340\$000

Fonte: Vivacqua, 1929 apud Berto, 2013.

A continuidade do Governo em criar escolas, apesar da precariedade de condições das já existentes, aponta para uma medida estratégica, motivada pelo interesse em marcar, no interior, a presença do Estado Republicano, e iniciativas governamentais, mais do que em ofertar instrução aos que viviam nessas localidades.

Incluída no interesse de promover os ideais republicanos, está a divulgação do número de escolas criadas nos jornais e as estatísticas nacionais (Quadro 3). Attilio Vivacqua, apesar de saber – pelos Relatórios de Inspeção que ele, como secretário da Instrução, deveria ler – que a situação da instrução no interior norte era extremamente precária, expõe seu interesse pela manutenção do Espírito Santo nas estatísticas nacionais quando afirma: “Cremos, assim, ter conservado a posição anterior, onde ocupávamos o 3º lugar no movimento do ensino público

no paiz, ou talvez conquistado ainda melhor situação, que se destaca cada vez mais, como fulgurante expressão cultural e patriótica” (VIVACQUA, 1929, p. 34).

Berto (2013) destaca o distanciamento entre as impressões dos Relatórios de Inspeção – que informavam sobre a precariedade estrutural e material dessas escolas – e o discurso de Vivacqua e afirma que os relatórios de Atílio não condiziam com os relatos dos inspetores, antes enalteciam os feitos do Governo e planos futuros. Estratégia semelhante à observada no discurso de Cardim.

No entrecruzamento dos discursos oficiais, as escolas do norte do Espírito Santo revelam-se humildes, precárias, improvisadas e silenciadas por um interesse político de visibilizar somente o que havia de “belo” e o que se pretendia fazer de “bom” pela educação no Estado, projetando a escola ideal para o futuro e negligenciando a escola que de fato existia.

Desse modo, a população no interior norte do Espírito Santo crescia, e com ela a necessidade de escolarização, mas, ao que parece, o tipo de escola que a população necessitava (com mobiliário, material, professores e espaço salubre, acessível a toda a população em idade escolar) não era o mesmo tipo de escola que os governantes queriam ou podiam ofertar.

Ademais, as divergências apontadas até agora são relativas aos registros dos relatórios presidenciais e dos secretários de Instrução, configurando ainda um olhar da Capital. Renunciando a esse ponto de vista central e propondo um exame pormenorizado da expansão do ensino no norte, seria possível que as realidades comesçassem a aparecer de forma diferente, o que certamente ajudará a compreender o fenômeno de expansão do ensino no norte do Estado de outra maneira.

Independentemente do conflito de interesses entre a instrução primária de que a população escolar do norte do Espírito Santo necessitava e a oferta de ensino que o Governo propunha, a escolarização no norte expandiu-se e assumiu características peculiares, em consequência das apropriações feitas pelos moradores dessa região.

Com a incumbência de descentralizar o foco da análise, o olhar aproximado do objeto não permitiria perceber São Mateus e Colatina como parte de um norte homogêneo. Como já foi observado, o advento da República representou, para os dois municípios, uma *démarche*

inversamente proporcional – São Mateus, que possuía representação significativa na economia do Estado é destituída de seu posto, perdendo destaque gradativamente, enquanto Colatina, uma pequena vila que começa a ser povoada por imigrantes europeus e descendentes de imigrantes do sul do Estado, galga relevância no cenário político e econômico estadual.

Entendendo o contexto dos discursos governamentais que indicavam a ambição do Estado em torno de uma educação que tivesse traços de modernidade e republicanismo mas que reconhecia, em certa medida, as dificuldades para disseminar esse ideário pelo Estado, procuramos, desse ponto em diante, “aproximar a lupa” das escolas do norte, propondo-nos ler os Relatórios de Inspeção, por compreender que, ao se destinarem a informar as condições das escolas ao secretário de Instrução e ao Governo do Estado, essas fontes contêm impressões e descrições importantes das miudezas das escolas e, com isso, oferecem pistas que contribuem para compreender a expansão do ensino primário no norte.

“Aproximar a lupa”, no entanto, não significa reduzir a análise aos olhares dos inspetores, pois seus relatórios são esparsos e fragmentários, além de serem pontos de vista pessoais, ainda que partam de um roteiro descritivo, a exemplo do que está disposto no Regulamento da Instrução do ano de 1925.<sup>49</sup> Por esse motivo, essas fontes precisam ser examinadas na relação com as demais. Esse é o exercício ao qual nos propomos, ao analisar escolas localizadas em São Mateus e Colatina. Como dissemos, as nossas análises contemplarão, separadamente, as localidades de São Mateus e Colatina, tendo em vista a heterogeneidade da região norte capixaba.

---

<sup>49</sup> ANEXO 6

## 4.1 ESCOLAS DE SÃO MATEUS

Em 1928, vinte anos depois da implantação da Reforma Educacional Gomes Cardim, as estatísticas escolares do Espírito Santo apontam que as escolas isoladas continuavam sendo o principal meio de difusão do ensino no interior. Isso se dava principalmente pela facilidade e baixo custo de instalação dessas escolas que eram mais bem distribuídas, inclusive em locais de difícil acesso, constituindo-se não só como a melhor, mas, segundo Berto (2013), como a única alternativa que se podia oferecer na maioria dos casos.

As primeiras escolas em São Mateus, implementadas ainda no século XIX, foram instaladas na sede do município. O começo da expansão do ensino pela construção de escolas possui relação com a chegada de imigrantes europeus. Um dos marcos desse fenômeno é a escola isolada de Santa Leocádia, mencionada no relatório de Archimimo Gonçalves, de 1922 – o mais antigo relatório de inspeção localizado.

Seguindo a lógica do crescimento populacional, outras escolas isoladas começaram a ser criadas anos mais tarde, a partir da dissidência de alguns grupos de imigrantes que saíram da Colônia de Santa Leocádia à procura de melhores condições de subsistência e acabaram formando povoações, como as de Rio Preto, Serra de Cima, Terra Roxa, Pip Nuk<sup>50</sup> e Nova Venécia (NARDOTO, 1995).

Que escolas eram essas? Como se organizavam? Como era sua estrutura física? Como foram construídos ou adquiridos esses prédios? Como o Governo atuava nesse processo? Quais eram as condições de higiene dessas escolas? No rastro dessas perguntas, procuramos, nos Relatórios de Inspeção, entrecruzados com outras fontes, trazer o que é possível conhecer sobre essas instituições.

### 4.1.1 Estrutura física e prédios escolares

Construir ou comprar prédios para serem adaptados às escolas era uma prática pouco frequente entre as ações dos Governos no norte do Espírito Santo. Das 16 escolas públicas primárias

---

<sup>50</sup>Corresponde a um trecho do vale do Cricaré acima da cidade de Nova Venécia. Pip Nuk era o nome de um capitão de uma das tribos de botocudos (Giporok ou Jiporok) que habitavam aquela área e que, mais tarde, assumiu o nome de seu líder. Pip Nuk Significa “não ver”.

mateenses retratadas nos Relatórios de Inspeção, apenas duas foram construídas e uma consta como tendo o prédio comprado pelo Estado para fazer as devidas adaptações. A maior parte das escolas existentes naquele município funcionava em prédios (casas ou salões) alugados, doados, emprestados ou ainda construídos pela iniciativa popular, como podemos ver abaixo:

Escola Mista de Santa Maria: Acha-se em construção uma casa para escola, cujas despesas são custeadas pelo povo, do lugar, com auxílio da fazenda municipal (MORAES, 1928, p. 5).

Escola Mista de Tapuio: A sala de aulas é de propriedade particular (MORAES, 1928, p. 14).

Escola Mista de Pip-Nuk: A escola funciona em uma igreja por falta de um prédio próprio na localidade (RIBEIRO, 1927, p. 7).

Escola Mista de Taquarassú: Na fazenda de Taquarassú [...], o Snr. Cel. Constantino Motta, fazendeiro, está fazendo adaptação de uma boa sala, para nella se instalar a escola (MORAES, 1928, p. 5).

Escola Mista de Kilômetro 41, criada recentemente: Ainda não está instalada convenientemente por falta de casa. Porém já há providencias a respeito (RIBEIRO, 1927, p. 8).

Em pelo menos duas escolas mencionadas, aparece a figura do fazendeiro, o dono das terras, que auxilia na construção ou adaptação das casas para o funcionamento das escolas. Berto (2013) indica que o Governo oferecia vantagens às famílias mais abastadas das regiões onde havia necessidade de escolas. Não por acaso, Ernesto Regosindo se oferece para construir uma escola na localidade de Sant'Ana. Ele se propôs a fazer o serviço se o Governo contribuísse com a quantia de um conto de reis (1:000\$000).<sup>51</sup>

Mesmo com a participação financeira do Governo, a oferta de Regosindo inclui a condição de que a escola ficaria isenta de pagar aluguel apenas por três anos, tendo o Governo, depois desse prazo, que pagar pela locação do prédio se tivesse interesse em que escola continuasse funcionando ali. Archimimo Gonçalves (1928, p. 19), em inspeção às escolas da 5ª zona, que incluía Riacho, Santa Cruz, São Mateus e Conceição da Barra, aborda a questão dos alugueis:

Poucas são as escolas que funcionam em casas mais ou menos em condições estando a maioria mal alojada e por cujos pardieiros o governo paga somas fabulosas sem o menor resultado pratico.

Este abuso está reclamando um corte geral pois os proprietários jamais obtiveram alugueis de casas em taes pontos e servem-se das professoras para explorarem o

---

<sup>51</sup> R\$ 123.000,00 aproximadamente.



governo cobrando alugueis [?] por pardieiros infectos e incapases de servirem ao fim a que se destinam.

Quanto poderia ser cobrado pelo aluguel de um prédio para abrigar escolas? Moraes (1928, p. 19-20) relaciona alguns valores praticados sobre alugueis de escolas nas cidades de Conceição da Barra e São Mateus:

[...] aluguei, na cidade de Conceição da Barra, uma casa de propriedade do Snr. Francisco Jorge Daher por (50\$000) cinquenta mil reis, para nella funcionar a escola regida pelo normalista Agenor de Souza Lé e uma outra, do Snr. Manoel Francisco da Silva onde instalei a escola a cargo do prof. Newton Brandão por (30\$000) trinta mil reis.

[Em São Mateus, uma das escolas] paga de aluguer (130\$000) cento e trinta mil reis e outra [...], cujo aluguer é (100\$000) cem mil reis.<sup>52</sup>

Entre casas alugadas ou prédios estaduais, a preferência do Governo é expressa por Cardim (1909), que aponta vantagens na reunião de escolas isoladas em um único prédio. Dentre elas, a possibilidade de abrigar os alunos e os professores em salas vastas e higiênicas e a economia que representaria para os cofres públicos não ter que arcar com os custos de aluguel dessas escolas, uma vez que elas já estariam alocadas em prédio próprio construído pelo Estado.

Nesse sentido, foram construídos, entre 1911 e 1913, o prédio para abrigar o Grupo Escolar de São Mateus (ESPIRITO SANTO, 1913) e, entre 1924 e 1928, o prédio das escolas de Nova Venécia, pelo qual o presidente Avidos afirma, na Mensagem de 1928, ter pago a quantia de oito contos de reis<sup>53</sup> (8:000\$000), além da compra de um prédio para ser adaptado às Escolas Reunidas de Conceição da Barra, no valor de 16:000\$000<sup>54</sup> (dezesesseis contos de reis) (ESPIRITO SANTO, 1928).

Se eram as escolas da cidade de São Mateus e da cidade de Conceição da Barra as poucas que funcionavam em prédio próprio do Governo, qual a razão de alugar casas para o seu funcionamento? A necessidade de aluguel é justificada por Archimimo Gonçalves (1922), Claudionor Ribeiro (1927), Flavio de Moraes (1928) e Francisco Generoso da Fonseca (1930), diante das condições insalubres em que se encontrava o edifício de São Mateus, por exemplo. Segundo esses inspetores, o prédio das escolas de São Mateus (Figura 7), que era constituído

<sup>52</sup>Os valores dos alugueis e compra dos prédios, convertidos para a moeda atual (2016), equivaleriam aproximadamente a R\$ 6.150,00; R\$ 3.690,00; R\$ 15.990,00 e R\$ 12.300,00 respectivamente.

<sup>53</sup>Aproximadamente R\$ 984.000,00.

<sup>54</sup>Aproximadamente R\$ 1.968.000,00.

de seis salões amplos, uma saleta de espera, outra para gabinete da diretoria, um pequeno compartimento para arquivo e instalações sanitárias, apresentava constantes necessidades de reforma:

[...] está sempre sujeito a concertos [sic] e reparos como agora, muito embora já tenha passado por grandes reformas recentemente; ha goteiras e falta d'agua nas dependencias sanitarias (GONÇALVES, 1922, p. 1).

Está apenas necessitando de ligeiros reparos (RIBEIRO, 1927, p. 3).

O prédio das escolas reunidas 'Amancio Pereira', da cidade de S. Matheus, está com as linhas, das thesouras pôdre, não oferecendo, pois, o telhado nenhuma segurança (MORAES, 1928, p. 7).

[...] as privadas do grupo não funcionam (FONSECA, 1930, p. 1).

As condições dos prédios escolares de Conceição da Barra revelavam-se idênticas às de São Mateus. No edifício comprado pelo Governo Avidos, "Não foi feita a adaptação, funcionando mesmo assim as escolas nesse prédio" (ESPIRITO SANTO, 1928, p. 321). Moraes (1928) relata que, em função das péssimas condições do prédio das escolas de Conceição da Barra, velho e ameaçando ruir, ele teve que tomar uma medida, alugando casas na cidade e adaptando-as ao funcionamento das escolas.

Os gastos com prédios construídos pelo Governo não param por aí. O edifício construído para ser o Grupo Escolar de São Mateus, além de mais antigo, era também o que mais custava aos cofres públicos. Os primeiros reparos feitos no prédio foram providenciados logo após a conclusão da obra, como consta na Mensagem de Marcondes de Souza que, na página 27 de seu Relatório, declara: "Foram construídos prédios para grupos escolares em Cachoeiro de Itapemirim, em Santa Leopoldina e em São Matheus" (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 27) e, na página 48, informa que, por não ter sido feita a instalação sanitária e hidráulica no prédio, ele mesmo teve que "[...] providenciar para que fossem executados esses serviços por conta do governo" (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 48).

Bernardino Monteiro (ESPIRITO SANTO, 1917, p. 63, grifo nosso) também cita, em sua Mensagem, a necessidade de, mais uma vez, reformar o edifício:

Durante as férias escolares, foram feitas obras de limpeza e reparos em diversos prédios de escolas isoladas.

Entre essas obras a mais custosa foi a dos concertos [sic] e reparos do edifício das escolas da cidade de S. Matheus. Esse proprio estadual construído em 1911 se achava em péssimo estado de conservação, ameaçando ruir.

Para evitar prejuízos ao Estado, além do que resultou da não conservação do prédio durante mais de 5 anos, foi o governo forçado a **dispender a quantia de 18:000\$000** com as obras realizadas, **salvando da ruína um edifício que custou ao Estado não pequena quantia.**<sup>55</sup>

Observa-se que dezesseis contos de reis foi a quantia paga pelo prédio das escolas de Conceição da Barra, enquanto dezoito contos de reis estavam sendo gastos para realizar a reforma de um prédio já construído. Quantas escolas isoladas poderiam ser criadas em prédio próprio com esse dinheiro? Em 1921, Nestor Gomes alegaria que “O edifício das escolas de São Matheus foi por assim dizer, feito todo de novo, pessimas que eram as condições do que restava, apesar de concertado ha uns dous ou tres annos” (ESPIRITO SANTO, 1921, p. 23).

Diferentemente dos relatos obtidos acerca do referido prédio do Governo, as escolas isoladas, espalhadas por áreas de acesso ainda mais difícil não estavam de todo em tão precárias condições. Sobre a estrutura do prédio das escolas isoladas citadas nos relatórios, podemos dividi-las em dois grupos: escolas em más condições e escolas em boas condições.

Escolas em más condições:

Escola Mista de Boa Esperança: O salão de aulas é pequeno e demasiado acanhado (RIBEIRO, 1927, p. 6).

Escola Mista do Rio Preto: Não tem nenhuma ventilação (RIBEIRO, 1927, p. 7-8).

Escola Mista de Nova Verona: O salão de aulas é exíguo e demasiado acanhado (RIBEIRO, 1927, p. 8).

Escola Mista de Taquarassú: O salão da escola é pequeno e sem conforto (RIBEIRO, 1927, p. 8).

Escola de SantAnna: Ventilação defeituosa e de dimensões exíguas [...] está encravada entre uma casa de negócios e uma moradia particular (MORAES, 1928, p. 5-6).

Escolas em boas condições:

---

<sup>55</sup> Aproximadamente R\$ 2.214.000,00.

Escola Mista de Santa Maria: O salão de aulas é amplo e ventilado (RIBEIRO, 1927, p. 5).

Escola Mista de Santa Maria: A sala destinada a escola é muito espaçosa e bem ventilada (MORAES, 1928, p. 5).

Escola Mista de Santa Leocadia: O salão da escola é espaçoso, arejado e higienico (RIBEIRO, 1927, p. 6).

Escola Mista de Tapuio: O salão de aulas é amplo, bem ventilado e higienico (RIBEIRO, 1927, p. 6).

Escola Mista de Nova Venecia: Boas condições pedagógicas e higienicas conforme exige o Regulamento (RIBEIRO, 1927, p. 7).

Flávio Moraes e Claudionor Ribeiro divergem quanto às suas impressões sobre as condições do prédio da escola de Tapuio. O relatório de 1927 indica que “[...] O salão de aulas é amplo, bem ventilado e higienico” (RIBEIRO, 1927, p. 6), já o de 1928, alega que, na escola em exercício desde março de 1927, “A sala de aulas é de propriedade particular, de pequenas dimensões e de ventilação deficiente” (MORAES, 1928, p. 14).

Exceto por esse caso, a quantidade de escolas relatadas em más condições é a mesma das escolas indicadas em boas condições, apontando que não necessariamente as escolas isoladas seriam mais precárias dos que as das cidades. Observamos, ainda, nas falas dos inspetores, uma diferença entre a estrutura física e o estado de conservação dos prédios. Ribeiro (1927) e Moraes (1928), por exemplo, descrevem a estrutura física do prédio de São Mateus, qualificando-a como boa, pois tinha salas amplas e arejadas, banheiros etc. Nem por isso deixaram de registrar a necessidade de reparos na escola que, apesar de ser uma boa construção, era úmida, tinha goteiras, faltava água, entre outros problemas, o que indica que uma escola poderia ter boas condições estruturais e más condições de higiene.

Sobre as questões de higiene, Nardoto (1995) aponta que a falta de estrutura de saneamento no município expunha os imigrantes a doenças que chegaram a arrasar todo um núcleo populacional. Além da vulnerabilidade a doenças, os habitantes daquela região tinham que suportar “[...] a falta absoluta de recursos médicos, farmacêuticos e até de alimento” (GONÇALVES, 1928, p. 1) o que, segundo Archimimo Gonçalves (1928), impedia o desenvolvimento nessas zonas, inibindo não só a migração e a imigração, como também afetando sobremaneira o funcionamento das escolas em função da insalubridade quase generalizada.

Na região norte do Estado, o clima quente e úmido favorecia a incidência de febres (PONTES, 2007), situação agravada pelas condições de higiene muito precárias em que vivia a população. As mensagens de Governo citam a ocorrência de várias doenças naquela zona e, nos Relatórios Inspeção, pode-se ver como esse assunto também afetava a escola:

Desoladoras foram as minhas impressões ao visitar certas escolas dos municípios de S. Matheus e Conceição da Barra, no tocante á hygiene escolar. É uma zona, com excepção de alguns lugares, cujas condições sanitárias são péssimas.

As febres palustres grassam alli horriavelmente e as creanças pobres sofrem imenso as suas consequências. O saneamento de toda a região do norte é problema difficilimo e muito dispendioso para o governo, mas que deveria ser posto em execução não só para minorar o sofrimento dos que habitam aquellas plagas, como para facilitar a imigração que se não effectua devido ás apavorantes condições sanitárias (MORAES, 1928, p. 4).

É importante lembrar que os Regulamentos de Instrução do período previam que as crianças com doenças ou moléstias contagiosas não poderiam se matricular. Da mesma maneira, os alunos matriculados que contraíssem essas doenças seriam dispensados das aulas até que fossem curados.

Em contraste com as impressões dos inspetores, o Regulamento da Instrução de 1925 determinava que houvesse o máximo escrúpulo quanto à higiene nas escolas, devendo os professores observar rigorosamente a disposição das carteiras, o arejamento e limpeza da sala. Depreende-se que a questão da higiene está, de certa forma, condicionada à localização das escolas, como vemos no caso da escola de Sant'Ana e do prédio da cidade de São Mateus:

A escola de Sta Anna funciona, actualmente, em sala impropria – de ventilação defeituosa e de dimensões exíguas [...], em desacordo com os princípios de pedagogia e hygiene escolar [...], a referida escola está engravada entre uma casa de negócios e uma moradia particular (MORAES, 1928, p. 5-6).

A localização precisa das escolas isoladas não está disponível nos relatórios, mas, se atentarmos para o posicionamento do prédio da cidade de São Mateus, poderíamos obter pistas das razões de seu péssimo estado de conservação. Não encontramos registros da inauguração do prédio de São Mateus, seja como escolas reunidas, seja como grupo escolar, mas, ao examinarmos o Relatório de Inspeção de Archimimo Gonçalves Ferreira (1922), temos pistas de que os significados atribuídos ao edifício localizado em São Mateus foram bem diferentes das aspirações de Cardim para a reforma educacional:

Grupo Escolar de S. Mateus -: Este prédio foi **infeliz na sua construção** como bem poderá estar V. Ex. sciente, pois tendo sido **construído em lugar baixo**, está sempre sujeito a concertos e reparos [...]; ha goteiras e falta d'água nas dependencias sanitárias, cujos inconvenientes são fáceis de se calcular, pois as goteiras estragam as paredes e a hygiene sofre com a falta d'agua (FERREIRA, 1922, p. 1, grifo nosso).

Nos estudos de Buffa e Pinto (2002) sobre a arquitetura e organização dos espaços e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, são apontados os preceitos de localização para essas instituições:

Impossível não distinguir, com clareza, na paisagem da cidade, um edifício imponente onde funcionava um Grupo Escolar construído nas primeiras décadas do período republicano. **Situados em regiões nobres, esses edifícios marcam, definitivamente, pela imponência e localização**, seu significado no tecido urbano. Não se trata de mero acaso. Os terrenos foram estrategicamente escolhidos e os projetos judiciosamente desenvolvidos. **A localização privilegiada, ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade**, garantia sempre que os alunos percorressem e reconhecessem a cidade e suas instituições antes mesmo de chegarem à escola. Em bairros da capital e em cada cidade do interior do Estado [São Paulo] onde foi implantado, o Grupo Escolar, símbolo de uma cultura leiga e popular, **integrava o núcleo urbano composto pela prefeitura, os correios, a casa bancária, praça central e igreja matriz**. Ao mesmo tempo, distinguia-se das residências, das casas comerciais e dos demais edifícios que constituem a cidade (BUFFA; PINTO, 2002, p. 43, grifo nosso).

Considerando que as principais edificações da cidade de São Mateus foram instaladas na parte de terreno mais elevado – prefeitura, igrejas, cemitério, câmara municipal e até a cadeia, que funcionava junto à prefeitura – o “lugar baixo” reservado ao grupo escolar indica uma localização desprivilegiada, distante dos importantes edifícios públicos e do centro da cidade.

As imagens a seguir (Fotografias 1 e 2) mostram, respectivamente, um aspecto da parte principal da cidade de São Mateus, onde fora construída a caixa d'água, a prefeitura e a cadeia, algumas casas e a igreja, e, na sequência, o local destinado à construção do grupo escolar, de onde se pode ver a torre da igreja retratada na primeira figura:

Fotografia 1 – Largo da praça de São Mateus (1908)



Fonte: Facebook. Arquivo coletivo do Grupo “Nós, Mateenses da Gema”, acesso em 2015.

Fotografia 2 – Grupo Escolar da Cidade de São Mateus (1924)



Fonte: Espírito Santo. Relatório do Secretário de Instrução Mirabeau Pimentel, 1924.

O posicionamento do prédio escolar deixa entrever o nível de interesse político local pela instrução pública nos moldes republicanos. Como já dito, o clã parental que dominava aquela região tinha como seu principal representante o barão de Aimorés, fiel ao império.

Apesar da má localização do prédio do Grupo Escolar de São Mateus, observamos, nas mensagens presidenciais, uma preocupação do Governo em evitar a sua ruína, promovendo constantes reparos, reformas e reconstruções, como se a presença daquela instituição representasse, de alguma forma, a presença do Estado e, conseqüentemente, da República naquela cidade. Daí talvez a importância de não permitir que o prédio desmoronasse.

Outro fator que reforça a ideia exposta acima é a falta de interesse em construir ou alugar outras casas para funcionar como escolas isoladas, pois só a reforma empreendida por Bernardino Monteiro, para salvar o prédio da ruína, custou aos cofres estaduais dezoito contos de reis, o que não impediu que as classes fossem transferidas para casas alugadas pelo valor de cento e trinta mil e cem mil reis mensais, alguns anos depois.

Se a intenção de Cardim era reunir as escolas isoladas da cidade de São Mateus para, entre outros motivos, economizar o dinheiro público e proporcionar um espaço higiênico ao funcionamento das aulas, as constantes e dispendiosas reformas e a necessidade de alugar casas para as escolas, em função do risco que o prédio oferecia, indicam que ter um prédio para as escolas na cidade de São Mateus custaria o equivalente à criação e manutenção de várias outras escolas isoladas naquela região, pois a falta de segurança e de condições de higiene forçava o funcionamento dessas escolas em lugares alugados, apesar dos gastos de manutenção e reforma do prédio.

Embora os discursos oficiais do Governo informem a compra e construção de edifícios exclusivos para as escolas, as fontes indicam que sua localização e condições não favoreciam o ensino da forma que este era propagado. Além disso, a partir de 1916 – no Governo de Bernardino Monteiro, que investiu alta quantia na reforma da escola de São Mateus – a construção e manutenção de casas para escolas passou a concorrer com a abertura de vias de acesso até então escassas na região norte do Estado. Exemplo disso é a seguinte fala do presidente do Estado:

Tive ocasião de reunir nesta Capital os Prefeitos dos Municipios do Estado [...].

Nesta reunião ficou estabelecida uma contribuição annual de cada municipalidade para execução de um **plano geral de viação** a cargo do Governo do Estado, **suspendendo-se**, por acordo provisorio entre os municipios, o **pagamento da quota destinada á instrucção publica**, a que atualmente estão as municipalidades obrigadas (ESPIRITO SANTO, 1916, p. 13).



O trecho aponta uma tendência a dirigir os gastos públicos para abertura de estradas de rodagem e de ferro, em detrimento do investimento em educação. Mesmo tendo o presidente do Estado desobrigado os municípios do pagamento da cota destinada à instrução pública para contribuir com o plano geral de viação, Bernardino assevera, na Mensagem de 1919, que “O problema de transportes empolga de tal fôrma que já se elevou **quase** á importância do problema da instrução” (ESPIRITO SANTO, 1919, p. 12, grifo nosso). Observamos, portanto, que a importância atribuída à instrução não se traduz em gastos condizentes com a valorização discursiva da educação como via para o progresso.

Essas fontes remetem à ideia de um crescimento desordenado no interior do Estado, onde se criavam escolas sem o devido acesso. Sem estradas e ferrovias que estabelecessem meios de chegar remédios, mobiliário, médicos, inspetores, enfim acesso às localidades, podemos dizer que essas escolas de São Mateus eram “isoladas” em muitos sentidos.

#### 4.1.2 Material escolar

Ao prosseguir com a apresentação material das escolas de São Mateus, passamos a falar do mobiliário e dos materiais escolares que compunham o espaço onde eram ministradas as aulas. Os relatos dos inspetores sobre esse tema são poucos:

Escola de St. Leocadia: Não tem material escolar nenhum e nem ao menos horário e programa (GONÇALVES, 1922, p. 1).

Escola de Itaúnas: [...] material necessário á escola de Itaúnas onde não existe cousa alguma (GONÇALVES, 1922, p. 2).

Escola Mista de Santa Maria: Necessita urgentemente de carteiras (RIBEIRO, 1927, p. 5).

Flavio Moraes (1928) e Francisco Generoso da Fonseca (1930) se ocupam do assunto abordando genericamente a falta de materiais nas escolas daquela zona:

Em todas as escolas que inspeccionei, notei falta de material, o que vem de certa forma retardando a marcha dos trabalhos escolásticos. O ensino é ministrado com grande dificuldade, pois em umas escolas não se encontram mapas, para o ensino de geografia ou para Historia do Brasil; em outras, nota-se a ausência de cartas para o ensino de arithmetica, de sólidos para o de geometria; e em algumas não há cartas para a linguagem e para o ensino intuitivo.

É necessário que sejam as escolas providas do material de que carecem, pois, sem o que, não se pode ter umas tantas exigências na fiscalização do ensino (MORAES, 1928, p. 8, 9).

Peço a V. Exia. providenciar para o material que falta, em grande parte, ao Grupo Escolar Amancio Pereira, e, por completo, às escolas do interior, em algumas das quaes não existe um só objeto fornecido pelo governo. Não temos aqui um cópo, uma bandeira em boas condições, e o próprio giz tem sido comprado pelas professoras.

Certas escolas do interior não possuem sequer um quadro negro (FONSECA, 1930, p. 1).

A falas dos inspetores, além de imprecisas, abordam a materialidade das escolas pelo que nelas falta. Em busca de um levantamento do material existente nas escolas, as fontes que oferecem uma apresentação sistematizada do mobiliário e material escolar presentes são os três relatórios do secretário de Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel (1921, 1922, 1924) somadas ao relatório de Deocleciano (1910). Sendo assim, expomos no quadro abaixo as relações de materiais apresentadas nos relatórios por escolas em cada ano:

Quadro 7 – Materiais fornecidos às escolas de São Mateus entre 1910 e 1924<sup>56</sup> (continua)

Mobiliário e material em:		1910	1921	1922	1924
São Mateus	Masculina da cidade <sup>57</sup>	3 livros para escrituração 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira brasileira 1 mapa 1 contador 20 carteiras	1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 contador 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 de systema metrico 1 da América 1 mesa 1 carta de Parker 18 carteiras	1 contador 1 mesa 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 Mapa da America 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 25 carteiras antigas	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 talha 1 mesa 1 cadeira 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 Mapa da America 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 24 carteiras antigas
	Masculina da cidade	3 livros para escrituração 1 quadro negro pequeno 1 relógio 1 mesa pequena 1 mapa 14 carteiras	1 contador 1 mapa do Brasil Espírito Santo 1 da América 1 de syst. metrico 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 mesa 1 carta de Parker 17 carteiras	1 Livro de Visita 1 Livro de matrícula 1 contador 1 mesa 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 2 Mapa da America 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 mapa do sistema metrico 1 carta de Parker 15 carteiras antigas	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 talha 1 contador 1 mesa 1 cadeira 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 Mapa da America 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 9 carteiras antigas

<sup>56</sup>A grafia dos itens de todos os quadros de materiais e professores foi mantida tal como na fonte.

<sup>57</sup>As escolas retratadas como masculina e feminina da cidade ora funcionavam no prédio do grupo escolar, ora em casas alugadas.

Quadro 7 – Materiais fornecidos às escolas de São Mateus entre 1910 e 1924 (continuação)

Mobiliário e material em:		1910	1921	1922	1924
Feminina da cidade		3 livros para escrituração 1 quadro negro 1 relógio 1 contador 1 mesa com estrado 1 mapa 20 carteiras	1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 da América 1 m. systema metrico 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 carta de Parker 12 carteiras	1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 Mapa da America 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 15 carteiras (7 antigas e 8 americanas)	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 mesa 1 cadeira 1 bandeira 1 Tympano 2 quadro negro 1 relógio 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 26 carteiras (11 antigas e 15 americanas)
			1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 E. Santo, 1 da América 1 m. systema metrico 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 mesa 1 carta de Parker 12 carteiras	1 Livro de chamada 1 mesa 1 cadeira 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 Mapa da America 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 15 carteiras (9 antigas e 6 americanas)	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 mesa 1 bandeira 1 Tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 Mapa do Brasil 1 Mapa da América 1 Mapa do E. Santo 1 Mapa do Brasil 1 M. S. Metrico 1 carta de Parker 14 carteiras americanas
			1 contador 1 m. do Brasil 1 do Espírito Santo 1 quadro negro-	1 contador 1 bandeira 1 tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 mapa do Espírito Santo 1 mapa do Brasil 1 carta Parker	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 bandeira 1 tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 carta Parker 12 carteiras americanas
			Provida recentemente		1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula
				1 cadeira 1 tympano 1 quadro negro 1 relógio	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula
Conceição da Barra		1 quadro negro 10 carteiras	16 carteiras 1 contador 1 carta de Parker 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 bandeira	1 contador 1 bandeira 1 quadro negro 1 mapa do Espírito Santo 1 carta Parker 16 carteiras (10 antigas e 6 americanas)	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 cadeira 1 bandeira 1 quadro negro 1 relógio 1 mapa do Espírito Santo 1 mapa do Brasil 1 carta Parker 10 carteiras antigas

Quadro 7 – Materiais fornecidos às escolas de São Mateus entre 1910 e 1924 (continuação)

Mobiliário e material em:		1910	1921	1922	1924
	Mista da cidade	3 livros para escrituração 1 relógio 1 quadro negro 1 contador 1 mapa 20 carteiras	1 contador 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 mapa do Espírito Santo 1 carta de Parker 18 carteiras	1 contador 1 cadeira 1 bandeira 1 tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 mapa do Espírito Santo 1 mapa do Brasil 1 carta Parker 14 carteiras (5 antigas e 9 americanas)	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 cadeira 1 bandeira 1 relógio 1 mapa do Espírito Santo 1 mapa do Brasil 1 carta Parker 17 carteiras (9 antigas e 8 americanas)
	Masculina da cidade	1 banco 1 quadro negro 1 mesa pequena 10 carteiras	1 contador 1 cadeira 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 mapa do E. Santo 1 m. systema metrico 1 carta de Parker 18 carteiras	1 contador 1 cadeira 1 quadro negro 1 relógio 1 mapa do Espírito Santo 1 carta Parker 18 carteiras americanas	1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 contador 1 mesa 1 cadeira 1 tympano 1 quadro negro 1 relógio 1 mapa da América 1 mapa do Espírito Santo 18 carteiras americanas
	Itaunas		Recente		
	Meleiras				1 Livro de visita 1 Livro de chamada 1 Livro de matrícula 1 relógio 1 mapa do Espírito Santo 1 mapa do Brasil 1 mapa do sistema métrico 15 carteiras americanas
	Santa Rosa				1 Livro de Matricula 1 Livro de chamada 1 Livro de Visita 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 mesa 1 contador 1 M. S. métrico 1 mapa do Brasil 1 mapa da América 12 carteiras americanas
	Mucurató				1 Livro de Matricula 1 Livro de chamada 1 Livro de Visita 1 mapa do Brasil 1 mapa da América 1 bandeira
	Ipopoca				1 Livro de Matricula 1 Livro de chamada 1 Livro de Visita 1 bandeira
	Guararema				1 Livro de Matricula 1 Livro de chamada 1 Livro de Visita 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 contador 1 carta Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa da América

Quadro 7 – Materiais fornecidos às escolas de São Mateus entre 1910 e 1924 (conclusão)

Mobiliário e material em:		1910	1921	1922	1924
	Saué				1 Livro de Matrícula 1 Livro de chamada 1 Livro de Visita 1 carta Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa da América 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira

Fonte: Espírito Santo. Pimentel (secretário de Instrução) Relatórios de 1921, 1922 e 1924 e Espírito Santo. Oliveira (secretário de Instrução) Relatório de 1910.

Destacamos a quantidade e variedade do material constante nas escolas da cidade de São Mateus, em detrimento do registrado nas escolas isoladas das localidades mais afastadas e também de Conceição da Barra. Não é à toa que Moraes (1928, p. 19) informa, apesar da falta generalizada de materiais na região, que, no prédio construído para o Grupo Escolar de São Mateus, “[...] funcionam 6 escolas isoladas, com boas matrículas e aparelhadas de quase todo o mobiliário e material didático”.

Na lista completa de materiais, no relatório de Mirabeau Pimentel (1924) constam 25 itens, entre os quais figuram: livro de visita, livro de chamada, livro de matrícula, armário, talha, sólidos, contador, cabide, mesa, cadeira, bandeira, tympano, quadro-negro, relógio, mapa da África, mapa da Ásia, mapa da Europa, mapa da América, mapa do Brasil, mapa do Espírito Santo, mapa de Linguagem, mapa de Sistema Métrico, Carta Parker e carteiras, tanto antigas quanto americanas.

Desses itens, as escolas isoladas da cidade de São Mateus, em 1924, apresentavam 15 a 17 artigos. As outras escolas, que tinham material, incluindo as de Conceição da Barra, atingem no máximo 12 dos 25 itens estipulados. Das 16 escolas relacionadas nesses relatórios, cinco permanecem todo o período relatado sem registro de material ou mobília e sete só vão acusar recebimento de material no relatório de 1924.

Mirabeau Pimentel (ESPIRITO SANTO, 1922) acrescenta que, afora os materiais listados, ainda são fornecidos o que ele chama de “material de expediente”, que, além dos livros de escrituração (livro de chamada, matrícula e visita), compreendem:

[...] boletins de matrícula e frequência, mapas estatísticos, impressos para comemorações – materiais esses cuja distribuição se faz aos milhares – espanadores, vassouras, papel, tinta, giz, penas, canetas, etc. objetos esses que são fornecidos,

constantemente, às escolas Normal e Annexas, aos grupos escolares e às escolas isoladas, quando é possível (ESPÍRITO SANTO, 1922, p. 48).

Para fazer o controle do material e mobiliário escolar, o Regulamento da Instrução de 1925 prevê que, em cada visita, os inspetores preencheriam o Termo de Visita com o inventário e estatística, e os professores das escolas visitadas teriam o prazo de três dias para enviar esse documento à Secretaria de Instrução. A leitura dos Relatórios de Inspeção indica que o inventário de materiais era, na maioria das vezes, registrado nos Termos de Visita, e só se repetia a informação no relatório se fosse intenção do inspetor chamar a atenção para a situação de determinada escola, como mostram os trechos referentes às escolas de Santa Leocádia e Itaúnas.

Flavio de Moraes (1928, p. 10) abstém-se de falar dos materiais em cada escola, alegando: “Arrolei o material escolar no termo de visita e na estatística, fazendo o mesmo em todas as outras escolas inspecionadas”. Por sua vez, Archimimo Gonçalves (1922, p. 3) afirma: “Tenho notado que pelos termos de visitas feitos por mim nas escolas por onde tenho estado, S. Ex. tem dado as providencias pedidas e de modo muito accertado, pelo que deixo de referir neste limitando-me a agradecer a prontidão dos despachos”, o que indica uma recorrência no uso dos Termos de Visita para informar sobre o material e a estatística escolar que servia não só para dar ciência ao secretário de Instrução sobre o material existente, como também para solicitar o que faltasse.

Encontram-se, no Quadro 7, cinco escolas que não registraram nenhum material. Quando as escolas não tinham nenhum material escolar, nem mesmo carteiras, era possível ter aula? Como eram ministradas? Sobre as aulas que acontecem, mesmo com a carência de material, nas escolas de Riacho e Santa Cruz, municípios compreendidos na 5ª zona, a mesma de São Mateus, Gonçalves (1928, p. 4) alega:

Geralmente têm aulas uma taboa comprida servindo de mesa para certo numero de creanças.  
Porem outras existem que nem dessa taboa dispõem e assim escrevem no chão sem banco e sem mesa em uma posição indscriptivel e com gravíssimos perigos para a hygiene individual e pedagógica.

Ao passo que faltava material em tantas escolas, Mirabeau Pimentel elenca, em seu último relatório, as compras de maior vulto relacionadas com materiais escolares, desde o início de sua gestão até 31 de janeiro de 1924:

3.000 carteiras [...]  
 200 mapas do Brasil;  
 98 cartas de Parker;  
 200 relógios;  
 150 bandeiras brasileiras;  
 363 tympanos;  
 263 quadros negros;  
 100 mappas de systema métrico;  
 21 duzias de cadeiras desmontáveis;  
 225 contadores mecânicos;  
 [...]  
 50 mappas para o ensino da linguagem arithmetica;  
 38 mappas da América do Sul;  
 19 mapas da América do Norte;  
 75 mapas da Europa;  
 50 quadros de linguagem oral;  
 25 quadros de História Pátria  
 20 globos geográficos;  
 20 instrumentos (para a banda infantil da Escola Modelo) (ESPIRITO SANTO, 1924, p. 39).<sup>58</sup>

Desse material, Mirabeau Pimentel destinou, segundo seu relatório, 50 carteiras para Conceição da Barra e 40 para as escolas da cidade de São Mateus. Para onde teriam sido enviadas as outras carteiras? Para quais escolas teriam sido encaminhados os relógios, bandeiras, cadeiras desmontáveis e “tympanos” que a Secretaria adquiriu?

Em 1922, Pimentel afirma que, apesar do crescimento do número de escolas, conseguiu, em sua gestão, instalar “convenientemente” grande quantidade delas e às outras socorreu como lhe foi possível. Distribuiu, conforme seu relatório, 18 carteiras para cada escola, mas, calculando que existissem quase 500 escolas a serem atendidas no Estado em 1924, confessa que “[...] muitas [...] ficaram á espera da sua vez” (ESPIRITO SANTO, 1922, p. 49). Ao que tudo indica, as escolas isoladas, principalmente no interior norte do Estado, seriam as mais prejudicadas, pois, de acordo com Ubaldo Ramallete Maia,

[...] si levar em conta que [as] escolas são localizadas, na sua maioria, no interior dos municípios, em logares afastados, sem meios fáceis e rápidos de transporte; si se considerar que é necessária a embalagem cuidadosa para remessa do material e a distribuição methodica, para todos os pontos do território do Estado, logo se verá como tem de ser demorado e trabalhoso o fornecimento de mobiliário e material pedagógico as escolas (ESPIRITO SANTO, 1927, p. 35).

Se, em 1921, 1922 e 1924, os materiais inventariados pelos inspetores e publicados no relatório do secretário de Instrução Mirabeau Pimentel apontavam para uma trajetória crescente, o que

---

<sup>58</sup> A grafia da citação permanece como na fonte

pode ter levado Moraes (1928) e Fonseca (1930) a afirmar que faltava material a ponto de comprometer o desenvolvimento do ensino?

A fotografia abaixo, também extraída do relatório de Mirabeau Pimentel (ESPIRITO SANTO, 1924), ilustra a organização interna de uma sala de aula no período. Nela podemos observar, além do uso das carteiras americanas, a disposição dos elementos materiais representativos da sala de aula equipada com materiais compatíveis com a lista idealizada para cada instituição escolar.

Fotografia 3 – Escola feminina de Demetrio Ribeiro, município de Pau Gigante, sob a regência da professora Terezita Farina



Fonte: Espírito Santo, 1924.

A disposição dos elementos materiais da escola, como os mapas, a bandeira, quadro, o Brasão da República, entre outros, indica que a parede ou os espaços próximos a ela eram muito utilizados para fixação desses elementos. Associando essa imagem aos relatos dos inspetores sobre a Escola de São Mateus, dizendo que as tesouras do telhado estavam podres e que as goteiras estragavam as paredes, podemos conjecturar que a constante umidade poderia afetar o estado de conservação dos materiais, causando inconvenientes, como mofo, por exemplo, tanto nos mapas, quanto nas mesas, armários e carteiras que eram feitos de madeira.



De modo geral, podemos afirmar que o controle de entrada e saída de materiais da Secretaria de Instrução só começou a adquirir aspecto mais organizado a partir da gestão de Ubaldo Ramallete Maia. Esse secretário de Instrução não só foi responsável pela criação do almoxarifado da Secretaria, como também consta de sua gestão um aumento significativo do número de inspetores escolares e a divisão do Estado em sete zonas de inspeção,<sup>59</sup> o que pode ter colaborado para a incidência de relatórios encontrados nesse período de 1927 a 1930.

Pela leitura dos relatórios dos secretários de Instrução, percebemos também o discurso de envio de materiais às escolas no início da Reforma Cardim. Nenhuma outra fonte foi encontrada que comprove o envio ou a quantidade de materiais encaminhados para cada escola. Apenas se tem, pelo Relatório de Instrução de 1910, uma noção dos materiais escolares existentes no norte.

Posteriormente, Mirabeau Pimentel relata, em 1921, que as escolas do Estado passaram por um período de pelo menos seis anos sem receber material, o que indica que, no final do mandato de Souza e durante toda a candidatura de Bernardino Monteiro, não houve investimento na compra de materiais, embora a quantidade de escolas criadas continuasse aumentando.

Desse modo, durante o período em que Pimentel administrou a Secretaria de Instrução, percebemos uma tentativa de organizar a distribuição de materiais e mobiliário pelas escolas do Estado, contemplando, inclusive, e talvez principalmente, as escolas particulares e as do sul, como vemos no relatório de 1921, em que, por ordem do presidente do Estado, o secretário de Instrução reserva determinada quantidade de carteiras para uma escola particular no sul do Estado que nem tinha iniciado seu funcionamento enquanto outras escolas públicas já ofereciam as aulas sem o devido material.

Sabemos que a oligarquia Monteiro dominou a política capixaba durante a maior parte da Primeira República, principalmente após a reforma educacional de Gomes Cardim, que se refere ao início do recorte temporal em exame. Sabemos também que havia um interesse em propagar os feitos dos Governos registrando sempre um aumento do número de escolas nas estatísticas, mesmo que elas fossem, como acabamos de apresentar, inapropriadas (pois a maioria era adaptada para ser uma escola), sem as condições de higiene e sem os materiais necessários e, muitas vezes, até sem professor, mas mesmo assim entravam para as estatísticas.

---

<sup>59</sup> ANEXOS G, H, I.

Com o término do mandato de Jeronymo Monteiro, estava assegurada, de certa forma, a continuidade do projeto educacional, que passaria a Marcondes Alves de Souza, outro membro da oligarquia. Souza, em sua primeira Mensagem, manifestava a necessidade de construir mais casas para as escolas do interior, diante das condições em que se encontrava a instrução nessas zonas:

O mesmo não posso, porem, dizer com relação aos predios ou antes ás salas em que funcionam as escolas isoladas do interior. Estas são geralmente acanhadas e não obedecem ás prescrições da hygiene. Esta falha preocupou sobremodo a atenção do meu antecessor, a cujos cuidados se deve a **construção** [...] dos Grupos Escolares do Cachoeiro do Itapemirim, de São Matheus e de Santa Leopoldina [...] muito adeantados. **Tenho o pensamento de prosseguir no mesmo caminho**; infelizmente, porem, só aos poucos o poderei ir fazendo [...]. **Será talvez preciso diminuir, no proprio ensino, algumas despesas de caracter menos urgente**, para se atender mais prontamente a essas necessidades que reputo grandes (ESPIRITO SANTO, 1912, p. 16-17, grifo nosso).

Sobre o intuito de Souza, de “prosseguir no mesmo caminho” de seu antecessor, entendemos que sua pretensão se remete a concluir as construções iniciadas no mandato anterior e dar início à criação de outras escolas conforme a “conveniência do ensino”, o que, segundo Marcondes A. de Souza, só seria possível diminuindo algumas despesas, de caráter menos urgente, do próprio ensino.

Que despesas seriam essas, menos “urgentes” do que as construções, além da suspensão da compra de materiais? Berto (2013), ao questionar os direcionamentos da reforma Gomes Cardim, sinaliza, como exemplo dessas despesas menos urgentes, a ênfase na construção de espaços físicos em detrimento do preparo de profissionais para atuarem neles:

Essa reforma teve como direcionamento a organização do ensino dentro de moldes republicanos, **enfocando, principalmente, a organização espacial das escolas** que [...] parecia ser uma das medidas de urgência do ensino primário no Estado. Com isso, **a necessidade de formação dos professores era colocada em segundo plano**. Importava, naquele momento, a organização dos espaços escolares, dos materiais e do mobiliário como forma de dar visibilidade aos feitos de um governo, mas, principalmente, ao ideário republicano que se constituía (BERTO, 2013, p. 189, grifo nosso).

Diante dessas condições, convém perguntar: quem eram os sujeitos dessas escolas? Quem eram os professores que lecionavam em São Mateus? Qual era sua formação? A que tipo de público eles atendiam? Havia professores e escolas bastantes para a demanda de alunos?

### 4.1.3 Sujeitos das escolas

No sentido de conhecer o público a que se destinava a instrução ofertada e os professores que nela atuavam, dedicamo-nos a uma aproximação dos professores e alunos envolvidos com as escolas de São Mateus.

O quadro abaixo apresenta o inventário de professores relacionados com as escolas desses municípios. De início, é possível perceber a continuidade na criação de escolas, apesar da falta de professores e da concentração de professores normalistas nas sedes das cidades, principalmente a de São Mateus, em detrimento da quantidade de professores de concurso que atendiam às escolas mais isoladas:

Quadro 8 – Mapeamento dos professores de São Mateus (continua)

	Ano	1910-1919		1920-1921		1922-1923		1924		1927 a 1930	
	Escola	Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação	
São Mateus	Masculina da cidade	João Baptista Sarnet	C	Agenor de Souza Lé	N	Agenor de Souza Lé	N	Agenor de Souza Lé	N	Zelia Neves Cunha	-
	Masculina da cidade	Olyntho Rodrigues Batalha	C	Aflordisio Carvalho da Silva	N	Aflordisio Carvalho da Silva	N	Aflordisio Carvalho da Silva	N	Oswaldo Cordeiro Marchiore	N
	Feminina da cidade	Aflordizia Maria da Conceição	N	Carmelina Rios	N	Carmelina Rios	N	Carmelina Rios	N	Carmelina Rios	N
	Mista da cidade	Claudina Constantina Barbosa <sup>60</sup>		Euridice R. Rodrigues	N	Ubaldirina Santo Amaro do Amaral	N	Vaga		Acelina Ramos de Assis Cunha <sup>61</sup>	N
	Cadeira vaga da cidade									Aurélia Andrade Pimentel	N
	Escola da Cidade de São Mateus			Antonio Vello (1920) <sup>62</sup>						Newton Brandão / Ubaldirina Tatagiba	
	Mista particular da cidade									Maria Durão	C
	Mista particular da cidade									Rogoberto Ferreira da Silva	
	Masculina de Rio do Norte	Vaga									
	Masculina de Barra Nova	Vaga							Vaga		
Mista de Santa Leocádia	Vaga		Ubaldirina Santo Amaro do Amaral <sup>63</sup>	N					Ubaldirina Santo Amaro do Amaral	N	
Nova Venécia	Vaga		Vaga		Vaga		Zuleika Oliveira Fernandes		Cassilda Cunha Xavier		
Barra do Rio Preto	Vaga						Vaga				

<sup>60</sup>Retratada no documento que expede sua licença como “professora primaria da cidade de São Mateus”.

<sup>61</sup>Normalista pelo Estado de Santa Catharina.

<sup>62</sup>Esse professor aparece no documento de concessão de licença como “Regente da escola da cidade de São Mateus”.

<sup>63</sup>Normalista pelo Estado da Bahia.

Quadro 8 – Mapeamento dos professores de São Mateus (conclusão)

	Ano	1910-1919		1920-1921		1922-1923		1924		1927 a 1930	
	Escola	Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) - Formação	
	Rio Preto (1921)			Vaga		Vaga		Vaga		Maria Elisa Rios	C
	Pip Nuk (1921)			Aurelio Gomes de Paiva	C					Felicia Gomes Coutinho	C
	Boa Esperança (1921)			Vaga		Vaga				Rosalina de Jesus	C
	Nova Verona (1921)			Vaga		Vaga				Isaura Moraes	C
	Biriricas (1921)			Vaga		Vaga				Helena Moraes de Andrade	C
	Santa Maria (1928)									Ondina Pirola	C
	Tapuio (1927)									Maria Candida (dos Santos ou Senna) <sup>64</sup>	N
	Taquarassú (1928)									Elida Maia Assumpção	C
	Kilometro 41 (1928)									Iracema Ramos <sup>65</sup>	N
	Mista, particular de Villa Operária									Maria José Patrocinio	
	Masculina, particular de Villa Operária									Aguinaldo Guaynumby	
	Masculina de Mariricu	Vaga						Vaga		Risoletta Pereira	
C. da Barra	Feminina da cidade	D. Maria Ribeiro da Silva	C	Maria Ribeiro da Silva	C	Maria Ribeiro da Silva	C	Maria Ribeiro da Silva	C	Norbertina Norbim de Oliveira	N
	Mista da cidade	D. Mariannalia de Lima	C	Francellina C. Setubal	N	Francellina C. Setubal	N	Francellina C. Setubal	N		
	Masculina da cidade	Joaquim Ignácio da Fonseca	C	Cezar Cabral da Silva	C	Cezar Cabral da Silva	C	Cezar Cabral da Silva	C	Bartouvino Costa <sup>66</sup> / Agenor de Souza Lé	N
	Masculina da cidade					Luiz Barbosa de Gouveia (1923)		Assisolina de Assis		Newton Brandão	N
	Masculina de Itaunas	Cezar Cabral da Silva	C	Vaga		Vaga				Deolinda da Silva Lage (1929)	
	Melheiros/Melheiras (1921)			Vaga		Vaga				Luiza Bastos Faria	
	Mista de Santa Izabel									Argentina de Oliveira Carneiro	
	Santa Rosa (1924)										
Mucuratá (1924)											
Ipopoca (1924)											
Guararema (1924)											
Saué(1924)											
Sant'Ana (1927)										Luiz Barbosa de Gouvêa <sup>67</sup>	

Legenda: C (Concurso); N (Normalista)

Fonte: da autora

<sup>64</sup>Normalista pelo Estado da Bahia.

<sup>65</sup>Normalista pelo Estado de Minas, segundo Ribeiro (1927) e pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme Moraes (1928).

<sup>66</sup>O professor Bartouvino recebe licença com vencimento, nesse cargo, em abril de 1927. Por meio de Nardoto e Lima (1999), sabe-se que Agenor de Souza Lé foi forçado a sair de São Mateus por causa de uma desavença política, passando a lecionar em Conceição da Barra.

<sup>67</sup>No documento que expede licença a esse professor, aparece exatamente o termo “escola Masculina De Bom Jesus de Santa Anna”.

Ainda aparecem, como professores substitutos, Maria Rodrigues, que “ocupou a cadeira” da professora de Nova Venécia em janeiro de 1924; Ulpiana Aguiar, que substituiu o professor Antonio Vello em julho de 1920; Yara Faria Santos, lecionando para Elida Maia Assumpção em 1928; Cyra Faria dos Santos, que ficou no lugar de Ubaldina Santo Amaro do Amaral em março de 1923; e Aida Rios, que substituiu o professor Aflordízio Carvalho da Silva em agosto de 1924.

Os Relatórios de Instrução são imprecisos quanto ao número e localização das escolas de São Mateus, que podem ser contempladas em alguns relatórios e não serem mencionadas em outros. A procura por mais pistas na biblioteca municipal de São Mateus revela a existência de escolas criadas/mantidas pelo município.

Além dos documentos expedidos pelo Estado, que apontam algumas lacunas nos Relatórios de Instrução e de Inspeção, há ainda documentos da Câmara Municipal de São Mateus que nos dão conta da existência de outras escolas não mapeadas pelas autoridades estaduais. Nos documentos municipais, os nomes de pelo menos cinco professores aparecem: Manoel Rios, da escola noturna da cidade intitulada “Barão dos Aymorés”; Antônio Rodrigues de Souza Flores e Antônio de Oliveira Muricy, ambos professores da escola de Nativo. O primeiro é citado em documento datado de 1919, e o segundo, em documento de 1927. Além desses, aparecem Antônio Gomes da Cunha Santos, José Alípio da Costa e Alzira Flores, todos entre 1908 e 1912, solicitando pagamento e informando início de exercício ao município de São Mateus.

Essas fontes podem indicar um certo nível de autonomia do município de São Mateus em relação ao Governo do Estado. Outra fonte, datada de 1922, o Relatório de Inspeção de Archimimo Gonçalves, denuncia o funcionamento quase clandestino de uma escola em que preserva oculto o nome da professora:

Escola de St. Leocadia – Esta escola não tem escripta alguma e alega a professora que não fez porque não appareceu alli ninguem para ensinal-a!!

Não tem material escolar nenhum e nem ao menos horario e programa.

No meu termo de visita á aquella escola deixei os seguintes diseres que reproduzo: Me será licito perguntar como pode o Collector effectuar o pagamento dos honorarios dessa professora e no caso afirmativo, mediante quaes documentos e extrahidos estes de que originaes?

Sei que esta minha pergunta provocará indisposições alli, pois o procurador da professora é pessoa que tem prestígio e pode resolver..... (GONÇALVES, 1922, p. 1-2).

Os apontamentos de Archimimo Gonçalves indicam a hipótese de que a expansão do ensino em São Mateus dependeu muito pouco, ou quase nada, das políticas e reformas do ensino empreendidas pelo Governo do Estado. Quando ele questiona o fato de a professora receber seus vencimentos, envolvendo o delegado de instrução e o coletor municipais e diz que ela está amparada por pessoa de prestígio, deixa entrever a organização interna do município em relação à educação.

Os próprios Relatórios de Inspeção dizem da autonomia daquele município, quando citam a existência de tantas escolas particulares. Por essa linha de pensamento, o relatório de Archimimo Gonçalves sobre a professora de Santa Leocádia pode ter outra conotação. A falta de informações sobre as escolas do município de São Mateus nos relatórios de Governo indica que o Governo não tinha acesso ao que acontecia em São Mateus, mas que lá, sim, havia uma organização para ofertar instrução segundo as “conveniências do ensino” naquele município.

A ideia de que o Governo Estadual não conseguia perscrutar a realidade da instrução no norte começa pela barreira natural que se interpunha entre São Mateus e os inspetores, homens e olhos do Estado. A escassez de fiscalização no norte é retratada por Gonçalves (1922), que alega ter ficado o município de São Mateus um período de quatro anos e cinco meses em completa ausência de autoridades escolares. Contudo, ao visitar as escolas, conclui que elas estavam “[...] em relativo estado normal não havendo faltas de maior importância” (GONÇALVES, 1922, p. 1).

O Estado previa, no Regulamento da Instrução, que, na falta de um inspetor os delegados literários, que também tinham a atribuição de fiscalizar as escolas, deveriam reportar ao Governo a situação do ensino. Como o próprio Archimimo (1922) relata que o município estava há muitos anos sem inspeção, presumimos que a maior parte dos dados presentes nos Relatórios de Instrução nesse período eram fornecidos pelo delegado literário de São Mateus, que cotejava informações deixando os representantes do Governo saberem apenas aquelas que julgasse convenientes.

Como já dito, existia uma força “antirrepublicana” representada em São Mateus, só que ela não reinava absoluta. Outras forças locais, que não viam na República uma inimiga, estabeleciam uma tensão naquele cenário. Os sobrenomes dos professores que se mantiveram por alguns anos seguidos lecionando no prédio das escolas de São Mateus permitem essa proposição. Tomando a normalista Carmelina Rios, relacionada com o coronel Domingos Rios, e o normalista Agenor de Souza Lé, filho do major Lé, como exemplos, acreditamos que esses latifundiários de São Mateus, que investiram na formação republicana de seus filhos, compunham com o “clã Cunha” a tensão política que se formava no município e que se refletia no processo de escolarização.

Desse modo, entendemos que a expansão do ensino em São Mateus foi retardada o máximo possível, enquanto essa tensão política pendia para o lado dos monarquistas. Nesse jogo de tensões, apesar do poderio dos Cunhas, não foi possível inibir por completo a presença de ideias republicanas, presentes na nomeação de professores normalistas e na existência de escolas providas pelo Estado.

Outro fator que alterou essa relação de forças foi a chegada de imigrantes europeus, que provavelmente tiveram contato com a instrução e reconheciam sua importância antes de chegarem ao Brasil. Aqui, uma vez estabelecidos, procuraram meios de instruir seus filhos. A criação da Escola de Santa Leocádia e o envio de uma professora normalista para lecionar naquela instituição são indícios que reforçam essa ideia. Diferentemente do que se observa pelo quadro acima nas escolas de Mucuratá, Guararema, Saué e Sant’Ana, que eram, provavelmente, colônias compostas em sua maioria por negros e ex-escravos.

Os alunos, como sujeitos da instrução, são quase intangíveis nos documentos oficiais. Podemos dizer que sua demanda era crescente e, segundo os Relatórios de Inspeção, maior do que a quantidade de escolas disponíveis. O único registro fotográfico de uma escola do extremo norte do Estado encontrado foi a imagem abaixo, retirada do relatório de Instrução de Mirabeau da Rocha Pimentel (1924).

Fotografia 4 – Escola feminina da cidade de Conceição da Barra, município do mesmo nome, sob a regência da professora Maria R. da Silva



Fonte: Espírito Santo, 1924.

Na figura, podemos identificar uma professora ladeada por 38 meninas compostas com vestimentas variadas, o que indica que não usavam uniforme. Além da existência de alunas supostamente negras entre uma maioria de alunas de cor clara, a foto também chama a atenção por ser a professora Maria R. da Silva que lecionava para essas meninas também aparentemente de cor negra. Informações complementares a essa foto estão no quadro de professores que relaciona, como professora da escola feminina da cidade de Conceição da Barra, a professora de concurso, Maria Ribeiro da Silva desde 1910.

Abrimos aqui um parêntese para perguntar como uma mulher aparentemente negra<sup>68</sup> consegue ter acesso à instrução, prestar concurso e se tornar uma professora de uma escola pública feminina no contexto de uma região permeada por coronéis escravocratas? Mais: como, entre os outros professores, homens, brancos, normalistas e filhos de coronéis, Maria (que nem é mencionada entre as visitas do Relatório de Inspeção) é a figura escolhida para estampar uma das páginas do Relatório de Instrução de 1924? Essas inquietações só deixam uma certeza: ainda há muito que se conhecer sobre a história da educação no norte do Espírito Santo.

O levantamento feito por Flavio de Moraes (1928, p. 9-10) sobre os lugares onde havia “necessidade urgente” de criação de escolas apontam para o elevado número de crianças em

<sup>68</sup>A foto, é antiga, dificulta a caracterização de cor. A diferença na escala de cinza entre a professora e a maioria das alunas sugere que ela, aparentemente, tinha um tom de pele mais escuro.



idade escolar que viviam nas várias colônias, fazendas e povoações dos municípios de S. Matheus e Conceição da Barra, sem a devida assistência educacional prevista pelos Regulamentos de Instrução:

Sto Antonio (colônia de Sta Leocadia) pop.<sup>69</sup> Escolar 60 creanças  
 Luiz Soquete (colônia de Sta Leocadia) pop. Escolar 50 creanças  
 Alto Pip-Nuk (2º districto) pop. Escolar 60 creanças  
 Sto Antonio Beira Rio – população escolar – 50 creanças  
 Seregeira - população escolar – 40 creanças  
 Itauninha - população escolar – 40 creanças  
 Barra Secca - população escolar – 50 creanças  
 Transformar em feminina a escola mixta de Nova Venecia e crear uma masculina, pois é de 90 o numero de creanças em idade escolar nessa localidade.  
 [...]  
 Mariricú - população escolar – 50 creanças  
 Ranchinho - população escolar – 65 creanças  
 Belem - população escolar – 50 creanças  
 Corrego Grande - população escolar – 60 creanças  
 Rio Preto - população escolar – 60 creanças  
 E uma feminina na cidade de Conceição da Barra

Também nas sedes das cidades de São Mateus e Conceição da Barra, havia necessidade de mais escolas, o que foi exposto por Moraes (1928) a partir da existência suficiente de alunos que justificasse essa medida. Ele informa que a população escolar dessas cidades era superior a 300 e 200 alunos, respectivamente.

A criação de escolas era reclamada desde 1922, por Archimimo Gonçalves (1922, p. 2), que deixa entrever, ao invés da criação, a supressão de uma escola do Governo naquele município:

No caso de convir aos interesses do ensino proponho o restabelecimento da escola de Meleiras no Municipio de Conceição da Barra ou transferil-a para o lugar denominado Mariricú no mesmo município onde sua falta se faz notar com pesar pela abundancia de analfabetos.

Segundo Faria Filho (1998, p. 143), a educação escolar primária era “[...] defendida pelos republicanos como um dos principais meios de produzir os cidadãos e trabalhadores necessários ao progresso da República e ao mercado de trabalho "livre" que se implantava”. Esse mercado de trabalho, que começava a crescer, demandava mão de obra alfabetizada.

O interesse em promover a educação como um meio de condicionar as crianças ao mundo do trabalho também está expresso nos discursos sobre a educação no Espírito Santo. Ubaldo

---

<sup>69</sup>Pop. corresponde a população.

Ramalhete Maia, que assumiu a Secretaria de Instrução a partir de 1926, alerta que, apesar de a instrução popular ser o “grande problema nacional”, não se deve restringir a questão do ensino ao simples combate ao analfabetismo, pois, a seu ver, a escola primária deve ser:

[...] antes de tudo educadora. Sua relevante missão não se pode limitar á alfabetisação, porque educar não é ensinar apenas a ler e escrever: é **formar e dirigir as aptidões individuais adaptando-as ás necessidades da época**, é formar o character, corrigindo-lhe os defeitos, as más inclinações, é **preparar cidadãos uteis** á sociedade e á patria, pelas aptidões e energia para o trabalho, pela virtude, pelo civismo.

[...]

Certamente, ninguém contesta a conveniência de ensinar toda a população a ler e escrever; mas o que é necessario fazer é a educação integral, é preparar, para o nosso paiz, o fator homem que nos falta – o homem de energia individual revigorada, aparelhado, pela educação, para vencer na grande lueta econômica e comercial que é **a vida dos tempos modernos** (ESPÍRITO SANTO, 1927, p. 8, grifo nosso).

Diante da proposta de firmar os ideais republicanos por meio do ensino primário, preparando cidadãos úteis e adaptados às necessidades da época, ou seja, do capitalismo, e sendo as escolas públicas do norte uma instituição rara e, quando existente, na maioria das vezes, insalubre, quem eram os alunos que frequentavam essas escolas?

Pelos decretos estaduais que regulamentavam a instrução pública, sabemos que o ensino não era obrigatório aos filhos de pessoas reconhecidamente pobres. Também estavam desobrigados de ir à escola os doentes, deficientes e os que morassem muito longe<sup>70</sup> (distantes da escola num raio superior a 2 ou 3km, dependendo do regulamento). Crianças havia muitas, mas não tinham acesso à escola. Isso pode ser um indício da classe social a que pertenciam e que vai ao encontro da afirmação de Moraes (1928, p. 7-8) sobre a necessidade de existir em São Mateus uma Caixa Escolar:

Fundei a 20 de março findo, em S. Matheus, uma caixa escolar que, por proposta do Snr. Americo Silvaes, Delegado de Instrucção do Municipio, recebeu o nome do illustre mateense Dr. Constante Sodré. Consegui do Snr. Presidente da Camara municipal local um auxilio de (50\$000) cincoenta mil reis mensais, para a caixa. O numero de socios já é bem elevado e é de se esperar que o povo mateense não deixe fenecer essa philanthrópica instituição, dado o espírito de caridade que se nota em todos

<sup>70</sup>Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892, art. 21. “O ensino primário será obrigatório para todas as creanças do sexo masculino de sete a doze anos. Para eximirem os filhos ou tutelados da frequência escolar, os paes e tutores deverão provar qualquer das seguintes excusas:

- a) Que no seio da família ou em aula particular, diurna ou nocturna, se lhes ministra a instrucção;
- b) Que eles sofrem moléstia ou defeito physico que os inhiibe de comparecer à aula.

Paragrafo único. Os paes poderão excusar-se também com a sua miserabilidade, quando esta for notória

Art. 23. A frequência obrigatória restringe-se á circunferência traçada por um raio de dois quilômetros da escola  
Art. 30. Para a primeira matricula [...] Não serão admitidos os maiores de dez nem os que sofrem de moléstia contagiosa” (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 5-6).

os habitantes daquela pinturesca cidade, já se tem feito sentir os resultados da aludida associação, pois varias creanças tem recebido livros, calçados, canetas, roupa, etc...

A filantropia reforça a ideia de existir em São Mateus uma minoria que concentrava o poder e riquezas regionais, convivendo com grandes contingentes de pobres e desfavorecidos, dentre os quais as crianças que careciam desde roupas e sapatos até livros e canetas que lhes permitissem o acesso à escola. O funcionamento da caixa escolar, no entanto, não cumpre a expectativa de Moraes, como se pode perceber na fala de Fonseca (1930, p. 2) dois anos depois: “Após as aulas activas, será fundado o Círculo de Pais e Professores de S. Matheus e reorganizada a Caixa Escolar Constante Sodré, já fundada, mas que se acha completamente despresada e desordenada”.

O texto de Fonseca (1930) indica que, além da revitalização da caixa escolar, chegavam ao município de São Mateus, por meio dele, os novos métodos de ensino implementados no Estado desde 1928 com a reforma Vivacqua. Esse inspetor informa que, no período em que ficou naquela região, ocupou-se de propagar os elementos da escola ativa, entre eles, o Círculo de Pais e Mestres, o escotismo, a festa da árvore e a demonstração pública de aulas ativas, contando com o auxílio das professoras: Maria Candida Senna, Ubaldina Santo Amaro, Carmelina Rios, Ascelina Assis Cunha e Ubaldina Tatagiba.

A ajuda e esforço dos professores, mencionados por Fonseca (1930), que chegam a providenciar materiais de expediente, como giz, às suas próprias custas, remetem ao que acarretava ser professor em São Mateus durante a Primeira República. O regulamento da instrução determinava que, além de lecionar as disciplinas do programa de ensino do Estado, era de responsabilidade do professor manter a ordem e o asseio em classe, zelar pela higiene da escola, chegar antes do horário de trabalho para abrir a escola e receber os alunos, vigiar os alunos durante o recreio, fazer as matrículas e controlar a frequência, mantendo a idoneidade e o bom relacionamento com a população em redor.

Em suma, todos os aspectos pedagógicos, administrativos, burocráticos e práticos nas escolas isoladas do interior norte dependiam da figura do professor. A controvérsia era que, apesar de ser o elemento fundamental para o funcionamento da escola, o professor não era o principal alvo do investimento do Governo. A interposição das fontes leva ao entendimento de que, assim como a demanda de alunos esbarrava na falta de escolas, a criação de escolas esbarrava na falta de professores, e as que eram providas nem sempre contavam com professores formados nos

moldes republicanos. Mesmo assim, dos professores de concurso era exigido o ensino utilizando um método que desconheciam.

A desvalorização do professor atravessou as duas reformas educacionais, como observa Bonatto (2005, p. 95):

Cardim e Vivacqua [...] convergiram em um ponto: ao eleger a formação de professores como alicerce das reformas que pretendiam, não conseguiram convencer que investiram sistematicamente na implementação de condições necessárias para tal fim. Em outras palavras, o tom teatral da reforma de Cardim e o entusiasmo reformador escolanovista de Vivacqua, ainda que portadores de uma certa dose de otimismo, habitaram os limites bastante estreitos do projeto republicano para a escolarização no Espírito Santo.

Dessa forma, mesmo afirmando a importância da formação de professores como condição essencial para melhorar o ensino, na prática não se ampliou significativamente o acesso à formação para o magistério.

Mesmo que se esforçassem, os professores ainda tinham que lidar com a falta de materiais necessários ao novo método de ensino, o desamparo do Governo e as febres e doenças que acometiam a todos. Portanto, falar em expansão do ensino apenas pela criação de escolas não parece possível, uma vez que a instituição por si só não garante a chegada do ensino.

Sendo assim, além de todas as outras atribuições e dificuldades já relatadas, recai ainda sobre a figura do professor a missão de proporcionar, na prática, o acesso ao ensino nos recantos Estado. Até mesmo nos locais onde não havia casas para o funcionamento de escolas, os professores levavam o ensino às comunidades interioranas. Seguindo esse pensamento, entendemos que mapear os professores significa delinear com maior grau de aproximação à expansão do ensino no norte do Espírito Santo.

## 4.2 ESCOLAS DE COLATINA

Em Colatina, a expansão do ensino caminhou num ritmo diferente da de São Mateus. Se havia alguma força oposta à República naquelas paragens, elas não aparecem nas fontes até agora coletadas. Os imigrantes europeus e os *oriundi*<sup>71</sup> que foram para Colatina estabeleceram uma relação com a terra que lhes permitia certa participação nas decisões e até a tomada de iniciativas em relação à instrução.

A aproximação da instrução colatinense aos preceitos republicanos propalados pela Reforma Educacional de 1908 é divulgada pelo *Diário da Manhã* em 1909, em que o correspondente relata a inauguração do “[...] *Gremio Collatinense*, construído em Collatina pelo operoso industrial coronel Alexandre Calmon” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1909, p. 2).

O duplo tratamento dado a Alexandre Calmon na redação do jornal do Governo – industrial e coronel – indica o perfil da figura articuladora mais relevante de Colatina durante a primeira metade do período estudado. Bou-Habib Filho (2007, apud PANG, 1959) alega que a base social que legitimava politicamente o Coronel Xandoca se alicerçava em sua habilidade em agir como líder tribal para congregar os oligarcas regionais. Como a diferença na relação social, política e econômica de Colatina poderia influenciar a materialidade das escolas desse município?

### 4.2.1 Estrutura física e prédios escolares

A primeira escola da Vila de Colatina, dirigida por Candida Clementina de Vasconcelos Calmon, esposa do Coronel Xandoca, formada normalista no Colégio do Carmo, já seguia os preceitos republicanos desde sua fundação. Pela redação do *Diário da Manhã* (1909), podemos ver que a instrução em Colatina se erguia intimamente ligada ao modelo educacional idealizado pela Reforma da Instrução de 1908:

[...] o sr. João Sarmet e a Exma. Sra. D. Candida Vasconcellos Calmon, dedicados professores publicos daquela localidade, organisaram interessantes e encantadoras festas infantis que foram efectuadas no dia 15 do corrente, não só para solenizar a

---

<sup>71</sup>Bergamini (2013) acrescenta que esses colonos eram imigrantes europeus, mas também havia entre eles os chamados *oriundi*, descendentes de imigrantes, instalados inicialmente no sul do Estado, que buscavam, na expansão do território capixaba, encontrar melhores terras para plantação de café.

instalação definitiva do *Gremio*, como também para **comemorar** dignamente a data aniversaria da **proclamação da República**.

Devem ser sempre bem recebidos e aplaudidos com calor estes movimentos de progresso que se vão operando pelo nosso querido Estado [...]. **Torna-se mister que os municípios, a exemplo do que tem feito Colatina, acompanhem de perto o progresso desenvolvido na capital** e que todos nós que desejamos o adiantamento da nossa terra concorramos de boa vontade e na medida das nossas forças para a realização dos seus almeçados ideaes (DIARIO DA MANHÃ, 1909, p. 2).

Segundo Gonçalves (1924), mesmo após a saída de Alexandre Calmon do cenário político capixaba, em 1916, por ocasião da Revolta (frustrada) de Xandoca, o município de Colatina continuou se projetando como “[...] o mais digno de destaque [...] [e que] progride rapidamente, especialmente quanto a instrução primaria” (GONÇALVES, 1924, p. 1-2).

No rastro desse “progresso” as referências à materialidade dos prédios apontam uma valorização do espaço destinado à instrução primária na maioria das localidades inspecionadas por Claudionor Ribeiro em Colatina:

Escola Mista da Transylvania: O salão da escola é amplo, ventilado e higienico (RIBEIRO, 1927b, p. 3).

Escola Masculina de Jovem Arminda: A escola está bem localizada. Porém é pequena e acanhada em demasia (RIBEIRO, 1927b, p. 4).

Escola Mista de Corrego D’Anta: O salão da escola é amplo e ventilado (RIBEIRO, 1927b, p. 4-5).

Escola Mista de Stº Antonio do Mutun: A escola está construída em boas condições pedagógicas e higienicas (RIBEIRO, 1927b, p. 6).

Escola Mista do Patrimônio de São João: A escola está bem localizada. E satisfaz, cabalmente, às condições pedagógicas e higienicas (RIBEIRO, 1927b, p. 7).

Escola Masculina de São João Grande: É recentemente creada. Ainda não está instalada convenientemente por falta de casa. Já há providencias a respeito (RIBEIRO, 1927b, p. 8).

Escola Mista de Piabas: A escola é ventilada e ampla. Necessita apenas de concerto (RIBEIRO, 1927b, p. 9).

Escola Mista de Corrego da Ponte: O salão da escola é espaçoso, arejado e higienico (RIBEIRO, 1927b, p. 9).

Escola Mista de São Zenon: A escola está construída de novo. E bem localizada. [...]. O material do Estado que inventariei, está em optimas condições. (RIBEIRO, 1927b, p. 10).

Escola Masculina de Estação de Baunilha: A escola está bem localizada. É ampla e higienica. O material do Estado está em optimas condições (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Escola Masculina de Fazenda Vitalina: O salão da escola é amplo e arejado. E está apenas necessitando de concerto [sic] (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Escola Masculina de Linhares: O salão da escola é espaçoso, arejado e higienico. Tem boa iluminação (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Escola Feminina de Linhares: O salão de aulas é espaçoso e bastante ventilado (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Escola Mista e Particular Noturna de Onça da Lagoa Juparanã: Este salão é amplo e higienico. O material está em perfeito estado de conservação (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

As condições pedagógicas e higiênicas retratadas no Regulamento de 1925 preveem que as instituições de ensino deveriam ser, além de amplas e arejadas, organizadas de modo que as carteiras escolares recebessem luz de “[...] cima e do lado esquerdo dos alunos” (ESPIRITO SANTO, 1925, p. 45). Subentendendo que as escolas deviam ter instalações sanitárias, o mesmo regulamento estipula que, no caso de não haver rede de esgoto, uma fossa deveria ser construída, observando sua distância dos poços de água potável existentes.

Acrescente-se a essas exigências que, para o prédio ser considerado higiênico, a abertura de portas e janelas “[...] durante o recreio e após o encerramento dos trabalhos lectivos de cada dia [...] [o] arejamento das salas das classes”, a lavagem e desinfecção do chão semanalmente e das paredes pelo menos uma vez por ano era indispensável. Isso considerando que as salas de aula deveriam ser “[...] varridas e cuidadosamente assejadas” (ESPIRITO SANTO, 1925, p. 45) todos os dias. Em contraste com as 17 escolas acima avaliadas, seguem as impressões de Claudionor Ribeiro sobre as seis escolas por ele inspecionadas que não atendiam às exigências do regulamento citadas acima:

Escola Mista de Corrego Senador: O salão da escola não obedece às condições pedagógicas e higienicas exigidas pelo Regulamento do Ensino (RIBEIRO, 1927b, p. 5).

Escola Mista do Mutum: O salão da escola não satisfaz as condições pedagógicas e higienicas conforme exige o Regulamento (RIBEIRO, 1927b, p. 6-7).

Escola Mista de são João da Barra Secca: O salão da escola é exíguo e demasiado acanhado (RIBEIRO, 1927b, p. 7).

Escola Feminina de Estação de Baunilha: O salão da escola não obedece às condições higienicas e pedagógicas exigidas pelo regulamento (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

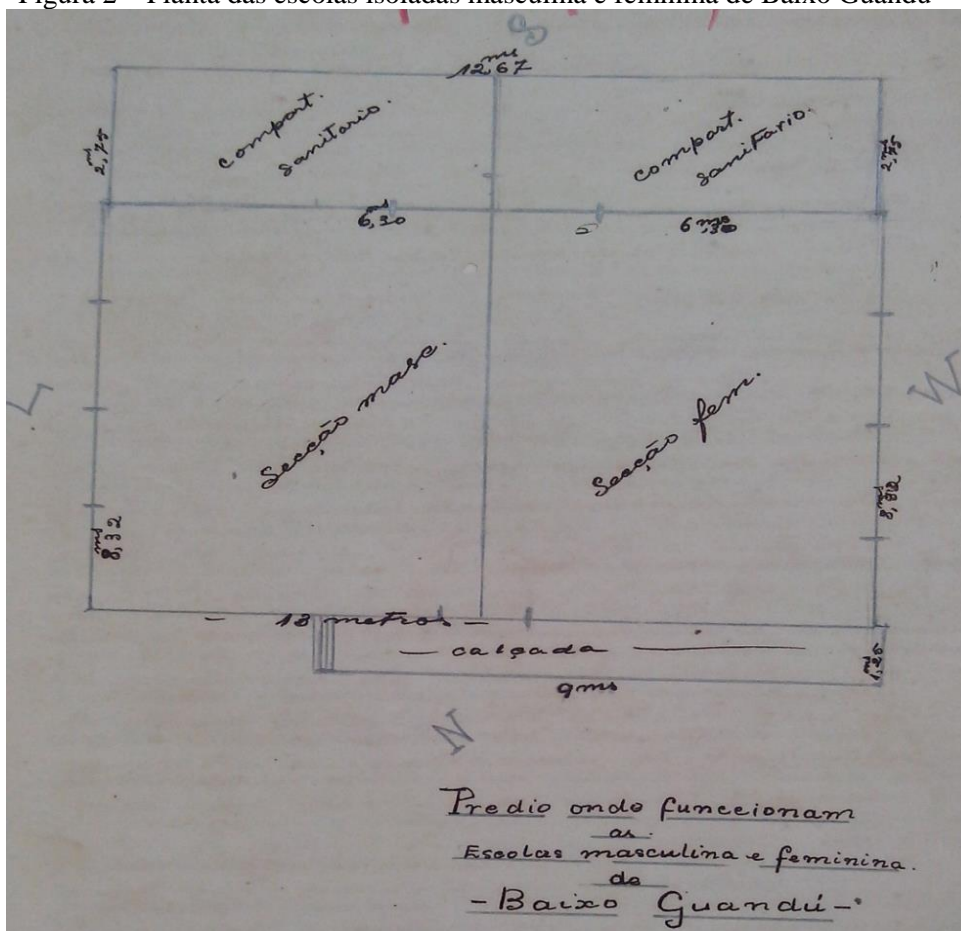
Escola de Povoação do Rio Doce: O salão da escola é pequeno e sem conforto (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Escola Mista de Regencia: A sala de aulas é pequena e pouco confortável (DIÁRIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Assim como em São Mateus, a maioria das escolas de Colatina também eram construídas pela iniciativa popular, ou por donos de terras que construam casas para escolas a serem alugadas pelo Estado. Como se pode ver, a maior parte das escolas é ampla e ventilada e algumas ainda são citadas como “bem localizadas”, termo que não aparece nos relatórios sobre as escolas de São Mateus.

Além de Claudionor Ribeiro, o relatório de Alberto D’Almeida (1929) apresenta informações sobre a materialidade dos prédios de algumas escolas de Colatina por meio de desenhos das plantas dessas instituições feitas pelo próprio inspetor. As escolas masculina e feminina de Baixo Guandu estão entre as contempladas. Sobre elas o inspetor afirma: “[...] funcionam num único prédio bem construído, isto é, solidamente construído” (D’ALMEIDA, 1930, anexo 10):

Figura 2 – Planta das escolas isoladas masculina e feminina de Baixo Guandu



Fonte: D’Almeida, 1930.



Compreendendo uma área de 143 metros quadrados, o prédio estadual possuía instalações sanitárias e abrigava salas consideradas amplas e boas. O inspetor ressalta a urgência com que se deveria providenciar a “[...] ligação aos compartimentos sanitários de um encanamento de água, pois [...], até agora, está o prédio escolar sem água encanada” (D’ALMEIDA, 1930, anexo 10).

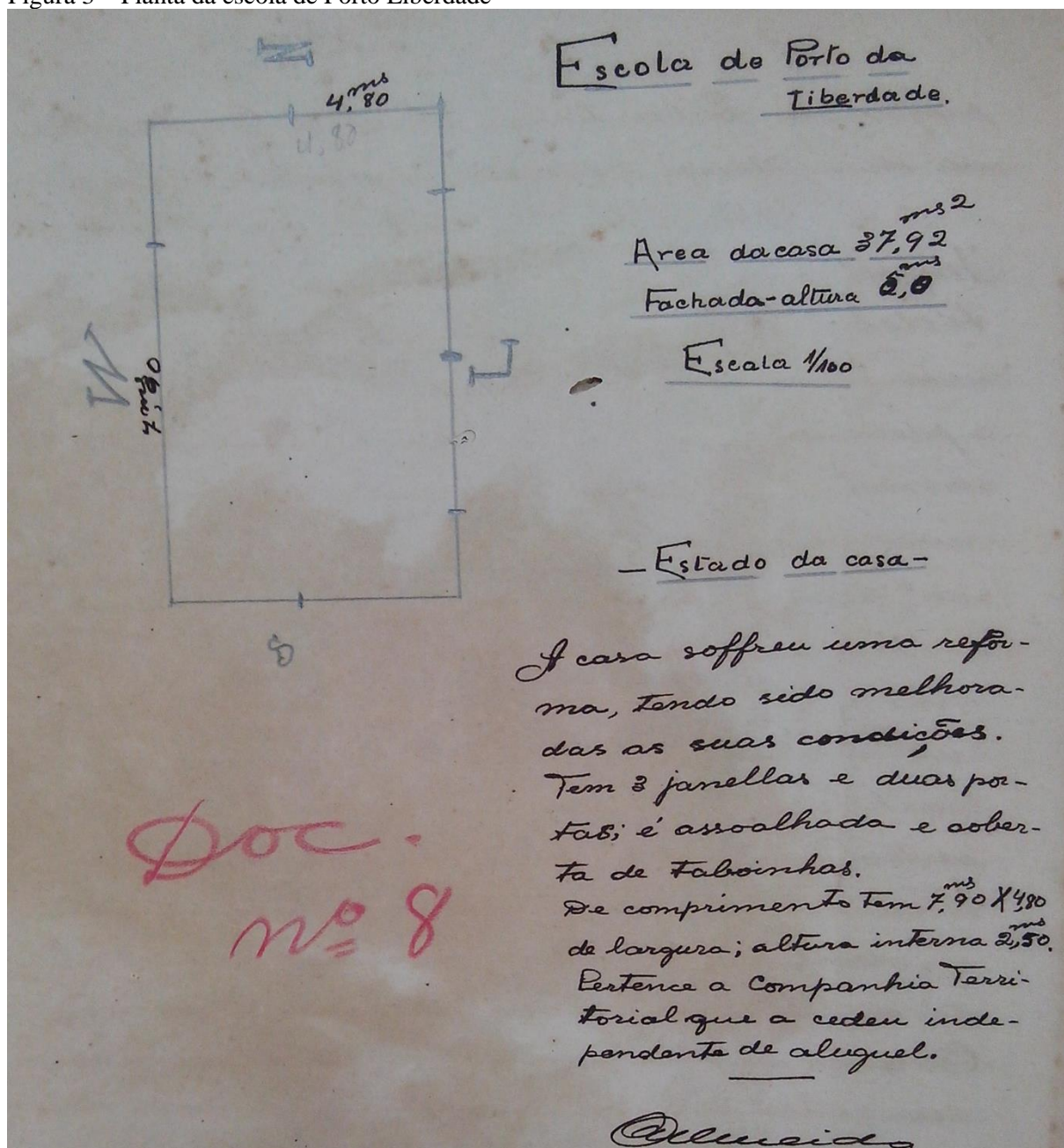
São citadas também, na Mensagem de Governo de Florentino Avidos. O presidente do Estado retrata as duas escolas supracitadas (masculina e feminina de Baixo Guandu), como Escolas Reunidas de Baixo Guandu e informa que “[...] estão quase concluídas as obras deste prédio, nas quaes empregou-se, no ano de 1926, a soma de 22:000\$000”<sup>72</sup> (ESPIRITO SANTO, 1927, p. 58). Na localidade de Baixo Guandu, havia ainda uma terceira escola, mista, sobre a qual D’Almeida (1929) não relata as condições do prédio.

A escola de Porto Liberdade apresentava, após a reforma feita, uma área total de 37, 92 m<sup>2</sup>, com a altura da fachada medindo 5m e a altura interna 2,5m, compreendendo três janelas e duas portas, assoalho e cobertura de “taboinhas”. O prédio foi cedido pela Companhia Territorial, sem custos:

---

<sup>72</sup> R\$ 2.706.000,00, aproximadamente.

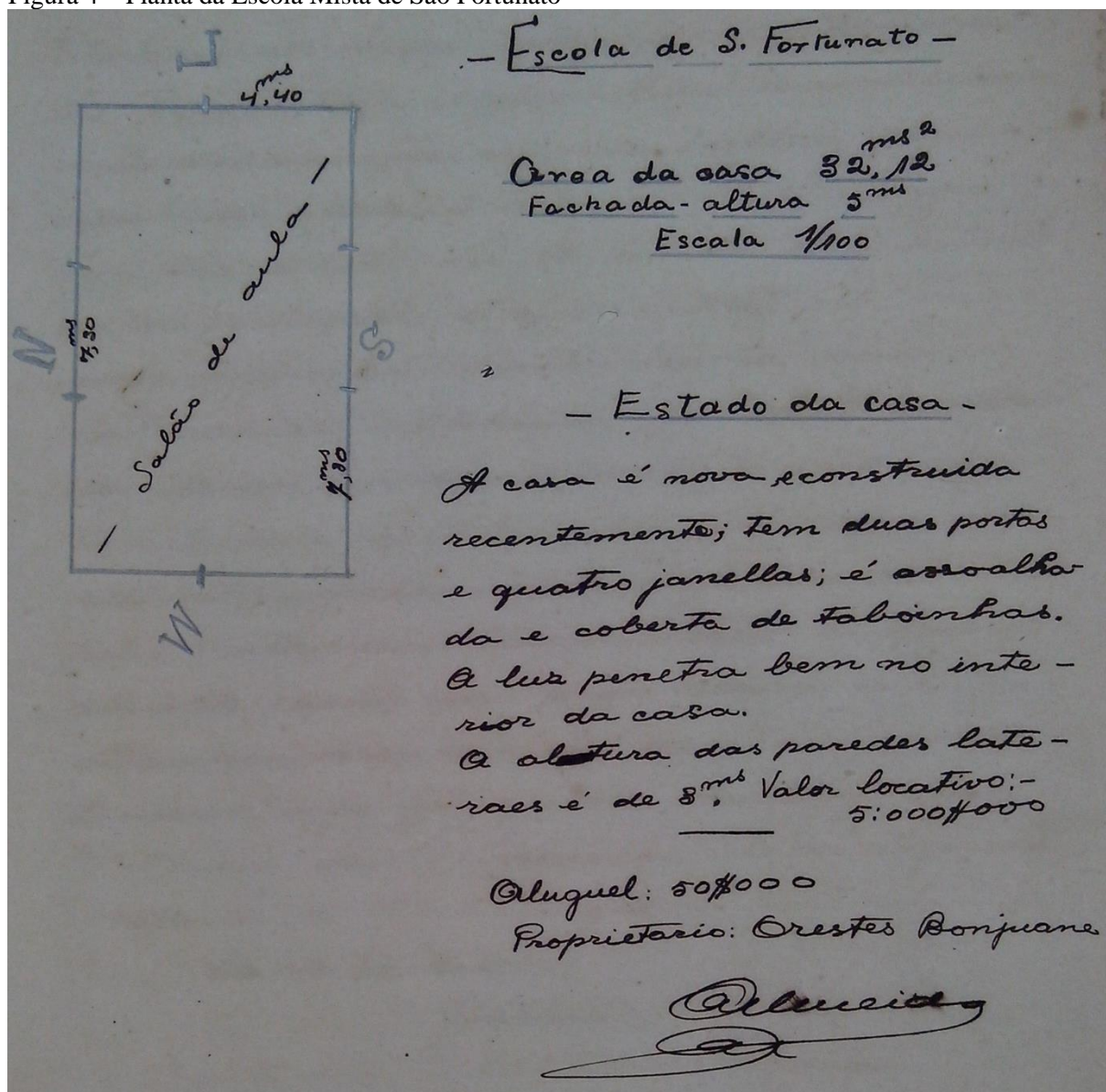
Figura 3 – Planta da escola de Porto Liberdade



Fonte: D'Almeida, 1930.

O edifício construído por Orestes Bonjuane, destinado a abrigar a Escola Mista de São Fortunato, era composto de “[...] duas portas e quatro janelas; [...] coberta de taboinhas e [...] assoalhada”. Com 7,30m de comprimento, 4,40m de largura e 3m altura interna, D’Almeida considera que a casa “[...] é boa, para uma escola do interior”:

Figura 4 – Planta da Escola Mista de São Fortunato



Fonte: D'Almeida, 1930.

D'Almeida acrescentou duas ressalvas sobre essa escola. A primeira, com relação ao preço do aluguel, pois acreditava que, se o dono do prédio não estivesse viajando, poderia convencê-lo a abaixar o valor. E a segunda, com relação à população escolar da redondeza, sobre a qual ele pondera dizendo: “[...], acredito que, com esforço é que se poderá conseguir 25 alunos” (D’ALMEIDA, 1930, p. 9). Com relação aos alunos, trataremos mais adiante. Sobre o aluguel, enquanto alguns inspetores de regiões próximas reclamavam da absurda soma cobrada pelo aluguel de “pardieiros” em que funcionavam as escolas, D’Almeida, que registra no anexo, ao lado da planta da escola o valor locativo (cinquenta contos de reis)<sup>73</sup> e o valor cobrado pelo

<sup>73</sup> R\$ 6.150.000, aproximadamente.

proprietário, que é muito inferior (cinco mil reis),<sup>74</sup> ainda expõe a intenção de barganhar um preço menor.

Outra escola de Colatina, cuja materialidade do prédio fora retratada em documentos do Governo, é a de Barbados, mencionada na Mensagem de Governo de Florentino Avidos. Nela o então presidente do Estado afirma estar concluída e funcionando a escola cujas obras “[...] realizadas e pagas em 1926, custaram 23:011\$000,<sup>75</sup> tendo a serraria de Barbados doado toda a madeira necessária” (ESPIRITO SANTO, 1927, p. 58). Na Mensagem de 1928, na qual expõe as realizações do quadriênio, Avidos exhibe uma fotografia da construção dessa escola, reforçando que o edifício se destina às Escolas Reunidas de Barbados, erguidas num “[...] typo idêntico ao das escolas de Guandú” (ESPIRITO SANTO, 1928, p. 230).

Fotografia 5 – Escola de Barbados



Fonte: Avidos, 1928.

Apesar da carência de elementos, nos Relatórios de Inspeção sobre algumas instituições, podemos supor que as escolas de Maylasky, Lage e Santa Joana deviam pelo menos se aproximar das condições estruturais das escolas de Baunilha e Baixo Guandu, uma vez que

---

<sup>74</sup> R\$ 615,00, aproximadamente.

<sup>75</sup> R\$ 2.830.353,00, aproximadamente.

também foram criadas em localidades que possuíam estações da Estrada de Ferro Vitória a Minas.<sup>76</sup>

Na cidade de Colatina, foi iniciada em 1924 a construção das escolas reunidas que mais tarde viriam a se chamar Grupo Escolar Aristides Freire. Alberto D’Almeida também desenhou a planta dessa escola, sobre a qual registrou as seguintes observações: “O edifício escolar está merecendo sérios cuidados, estando em más condições. Apesar dos reparos por que tem passado, o prédio se apresenta sempre com um aspecto desagradável” (D’ALMEIDA, 1930, p. 1-2). Nesse mesmo prédio, segundo Claudionor Ribeiro (1927b), funcionavam, além das escolas reunidas no período diurno, as escolas particulares noturnas.

Para D’Almeida (1929), o prédio das Escolas Reunidas Aristides Freire, com uma área de 346,50m<sup>2</sup>, foi construído em um terreno de 499,05m<sup>2</sup> e continha cinco salas de aula, com 48m<sup>2</sup> cada uma. Aparentemente, esse prédio, apesar de construído para ser uma representação da educação republicana, passava pelos mesmos percalços do edifício construído em São Mateus:

Além de ser anti-higienico quanto á localização, pela impropriedade do sólo bastante húmido e proximo á margem do grande Rio Doce, o predio das Escolas Reunidas ‘Aristides Freire’ está num estado precario, tornando-se até, uma ameaça iminente á infância escolar.

A sala assignalada (a vermelho) teve o fôrro desabado, tendo sido, o mesmo concertado ligeiramente.

A sala assignalada (a azul) chove em seu recinto por ocasião de chuvas fortes. Os compartimentos sanitarios estavam em pessimas condições, porem, agora foram melhorados.

O peor de tudo é estar o madeiramento do predio completamente pôdre.

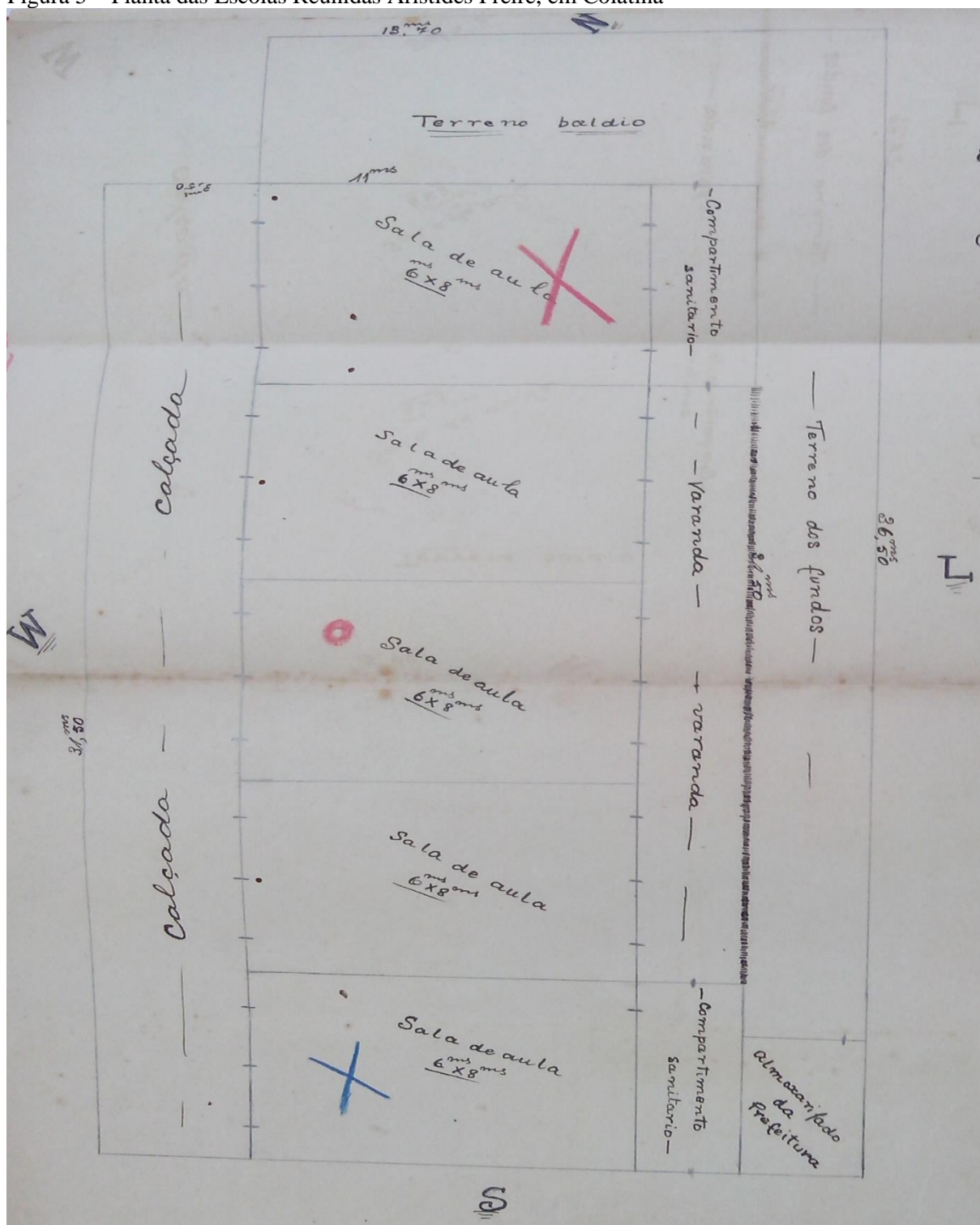
Verdadeiramente falando, asseguro que a unica sala em condições é a do curso complementar assignada pelo (circulo vermelho).

O predio não comporta o numero de alunos matriculados que é de 337 e a frequência minima que se vem verificando é de 250.

É urgente a construção de um novo edificio (D’ALMEIDA, 1930, anexo 2).

<sup>76</sup> Dados disponíveis no site <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efvm/efvm.htm>. Acesso em 21 mar. 2016.

Figura 5 – Planta das Escolas Reunidas Aristides Freire, em Colatina



Fonte: D'Almeida, 1929.

Apesar das condições do prédio, as aulas continuam funcionando com uma média de 50 alunos em cada classe, e a biblioteca escolar é ali instalada em junho de 1929. A fachada do prédio é retratada em fotografia encontrada na Mensagem de Governo de Florentino Avidos:

Fotografia 6 – Fachada das Escolas Reunidas Aristides Freire, em Colatina



Fonte: Espírito Santo, 1928.

Comparando essa fotografia com a imagem do prédio de São Mateus, podemos perceber uma significativa diferença entre a arquitetura dos dois. Enquanto o prédio, projetado no início do século para ser um grupo escolar, possuía uma única entrada pela qual passavam os alunos e depois se distribuía entre as salas das seções femininas e masculinas, no edifício de Colatina, construído aproximadamente 12 anos depois, percebemos, pela foto, que cada sala de aula possuía duas janelas de frente e uma porta que dava acesso imediato à rua. Essa arquitetura dá uma impressão mais clara de que as escolas isoladas estavam ali reunidas, enquanto, em São Mateus, o fato de as portas de saída das salas de aula darem para o interior do prédio, conota, além de uma ideia do todo, do grupo, uma fronteira mais bem delineada entre o que era a escola e o que era a rua.

#### **4.2.2 Material escolar**

Uma vez apresentadas as condições estruturais dos prédios onde funcionavam algumas escolas de Colatina, o que dizer do material utilizado para a aplicação do programa oficial de acordo com o método adotado pelo Governo do Estado? Os relatórios de instrução de Mirabeau

Pimentel e Deocleciano de Oliveira oferecem a lista dos materiais inventariados em algumas escolas de Colatina entre os anos de 1910 e 1924:

Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 (continua)<sup>77</sup>

Mobiliário e material em:	1910	1921	1922	1924
Colatina <sup>78</sup>	24 carteiras 1 relógio 1 contador 3 mapas- Brasil, América e Europa 3 livros para escrituração	27 carteiras 1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 do Espírito Santo 1 da América 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira	4 carteiras antigas, 18 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 M. S. métrico 1 contador 1 mapa do Brasil 1 do Espírito Santo 1 da América 1 mapa da Europa 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 talha 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	18 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Colatina	24 carteiras 1 relógio 1 contador 3 mapas- Brasil, América e Europa 1 quadro negro 3 livros para escrituração	20 carteiras 1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 do Espírito Santo 1 da América 1 da Europa 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 mesa	20 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 M. S. Métrico 1 contador 1 mapa do Brasil 1 do Espírito Santo 1 da América 1 da Europa 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 livro de Matricula 1 livro de chamada	20 carteiras antigas 1 mapa do Brasil 1 do Espírito Santo 1 da América 1 da Europa 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 mesa 1 contador 1 talha 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Colatina				18 carteiras americanas 1 quadro negro 1 cadeira 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Villa de Linhares	20 carteiras 1 quadro negro 1 livro de matrícula e de chamada	21 carteiras 1 carta de Parker 1 contador 1 cadeira 1 m. do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 mesa	21 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 contador 1 cadeira 1 m. do Espírito Santo 2 quadros negros 1 relógio 1 tympano 1 bandeira 1 mesa	21 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita

<sup>77</sup>Grafia da fonte preservada.

<sup>78</sup>Entendemos com as fontes que as escolas de Colatina (sede da cidade) são as que estavam reunidas no prédio do governo construído no centro da cidade.



Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 (continuação)

Mobiliário e material em:	1910	1921	1922	1924
Villa de Linhares	22 carteiras 1 mapa do Brasil 1 da Europa e 3 livros para escrituração	20 carteiras 1 carta de Parker 1 contador 1 cadeira 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 mesa	20 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 contador 1 cadeira 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 mesa 1 tympano	19 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Villa de Linhares	20 carteiras 1 quadro negro 2 mesas 1 mapa do Brasil 1 da Europa 1 banco e 3 livros para escrituração			
B. Guandú	3 carteiras 6 bancos 1 mesa 1 relógio e 3 livros para escrituração	18 carteiras 1 contador 1 carta de Parker 1 cadeira 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano	18 carteiras americanas 1 contador 1 carta de Parker 1 cadeira 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 tympano 1 livro de matricula 1 livro de visita	18 carteiras americanas 1 contador 1 carta de Parker 1 cadeira 1 mapa do Espírito Santo 1 M. S. métrico 1 mapa do Brasil 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 mesa 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Mutum			1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Santo Antonio do Mutum		12 carteiras 1 carta de Parker 1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 bandeira 1 mesa	12 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 bandeira 1 mesa 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	12 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 Livro de matricula 1 Livro de chamada 1 Livro de visita
Maylasky		15 carteiras 1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro	12 carteiras antigas 1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	

Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 (continuação)

Mobiliário e material em:	1910	1921	1922	1924
Estação de Baunilha		1 carta de Parker 1 contador 1 m. do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira	4 carteiras antigas, 18 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 contador 1 m. do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	18 carteiras americanas 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Estação da Lage		1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira	1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 relógio 1 bandeira 1 livro de matricula 1 livro de visita	18 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 bandeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Estação da Lage				15 carteiras americanas 1 M. S. métrico 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 mapa da América 1 mapa da Europa 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Alto Baunilha		1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 m. systema metrico 1 tympano	1 carta de Parker 1 contador 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 bandeira 1 tympano 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	1 m. systema métrico 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 bandeira 1 tympano 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Povoação de Baunilha (Baunilha)	1 mapa do Brasil 3 livros de escrituração	1 carta de Parker 1 contador 1 m. do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro	18 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 contador 1 m. do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 quadro negro 1 bandeira 1 mesa	18 carteiras americanas 1 carta de Parker 1 m. do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 2 mapas da América 1 quadro negro 1 bandeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Rio Doce		18 carteiras 1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 quadro negro 1 mesa	1 carta Parker 1 contador 1 cadeira 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 quadro negro 1 bandeira 1 mesa	5 carteiras antigas, 12 carteiras americanas 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita

Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 (continuação)

Mobiliário e material em:	1910	1921	1922	1924
Regência		10 carteiras 1 carta de Parker 1 cadeira 1 m. do E. Santo 1 relógio 1 mesa	1 cadeira 1 m. do E. Santo 1 relógio 1 mesa 1 livro de chamada	
Núcleo Afonso Pena		Provida recentemente	6 carteiras antigas 1 M. S. Métrico 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 contador	6 carteiras americanas 1 carta Parker 1 mapa do Brasil 1 m. do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
S. Gabriel		Vaga	1 mapa do Espírito Santo 1 bandeira 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	1 mapa do Espírito Santo 1 bandeira 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Fazenda Vitalina		Provida recentemente	15 carteiras americanas 1 contador 1 carta Parker 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 livro de matricula 1 livro de visita	18 carteiras americanas 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Córrego do Chaves		1 contador 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 m. systema metrico 1 quadro negro 1 tympano	1 carteira antiga 1 carta Parker 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	1 carta Parker 1 M. S. métrico 1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
São João da Barra Secca			1 mapa do Brasil 1 mapa do E. Santo 1 quadro negro 1 tympano 1 cadeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	1 carta Parker 2 M. S. métrico 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Crissiúma			1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	
Córrego dos Hespanhoes			(Vaga) 14 carteiras antigas	1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita

Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 (continuação)

Mobiliário e material em:	1910	1921	1922	1924
Porto Alegre			1 mapa do Brasil 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita	18 carteiras americanas 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Barbados				18 carteiras americanas 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 cadeira 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Santa Joana				1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 2 quadros negros 1 tympano 1 bandeira, cadeira 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Desengano				12 carteiras antigas 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Corrego da Ponte				18 carteiras americanas 1 carta Parker 1 M. S. métrico 1 mapa do Brasil 1 mapa do Espírito Santo 1 relógio 1 quadro negro 1 tympano 1 cadeira 1 mesa 1 contador 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Queixada				1 carta Parker 1 M. S. métrico 1 quadro negro 1 tympano 1 bandeira 1 mesa 1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita
Fazenda Bananal				1 livro de matricula 1 livro de chamada 1 livro de visita

Quadro 9 – Materiais fornecidos às escolas de Colatina entre 1910 e 1924 (conclusão)

Mobiliário e material em:	1910	1921	1922	1924
Bom Jesus				1 mapa do Espírito Santo 1 livro de matrícula 1 livro de chamada 1 livro de visita

Fonte: Espírito Santo. Pimentel (secretário de Instrução) Relatórios de 1921, 1922 e 1924 e Espírito Santo. Oliveira (secretário de Instrução) Relatório de 1910.

Algumas escolas que constavam na lista dos relatórios da Secretaria de Instrução, mas não apresentavam itens materiais, foram suprimidas do quadro. Esse é o caso das escolas de Alto Córrego do Chaves, Onça da Lagoa Juparanã e Córrego da Boa Vista.

Pelo relatório da Secretaria de Instrução de 1924, Mirabeau Pimentel registra, dentre as carteiras compradas, quantas foram distribuídas em cada escola do município de Colatina:

Para a escola da povoação de Baunilha 18; para a escola masculina da cidade 6; para a escola feminina da cidade 18; para a escola mixta da cidade 18; para a escola da povoação do Rio Doce 12; para a escola do Corrego da Ponte 18; para a escola de Barbados 18; para a escola da Fazenda Vitalina 18; para a escola de Baixo Guandú 18; para a escola de estação de Lage 18; para a 2ª escola de estação de Lage 15; para a escola do Nucleo Affonso Penna 6; para a escola de estação de Baunilha 18; para a escola feminina da villa de Linhares 18; para a escola da estação de Mailasky 18; para a escola de Porto Alegre 18. Total. 255 carteiras (ESPIRITO SANTO, 1924, p. 39).

Ainda que a distribuição de carteiras não contemple a necessidade de todas as escolas listadas no Quadro 9, a quantidade de carteiras distribuídas em Colatina apresenta-se muito superior ao número enviado a São Mateus e Conceição da Barra que, somadas, contavam 90; enquanto em Colatina a soma totalizava 250 carteiras. A análise do quadro permite observar a recorrência de alguns materiais, indicando que havia uma preferência ou prioridade na distribuição de mapas do Brasil e Espírito Santo (citados em 61 inventários) mais do que carteiras (que aparecem em 46) para comportar os alunos. A seguir, percebemos também a recorrência dos livros de escrituração (presentes em 50 inventários), do relógio (40) e das cartas de Parker (38 vezes). A presença desses materiais, em detrimento de outros, como a talha, para os alunos beberem água, por exemplo, indica os tipos de saberes que se intencionavam transmitir nas escolas isoladas de Colatina.

No mesmo relatório, Mirabeau Pimentel relaciona outros materiais distribuídos pelas escolas do Estado, como Mapas da América do Sul, da América do Norte, da África, quadros de linguagem oral e de história pátria, mapas de linguagem aritmética, contadores mecânicos, cadeiras desmontáveis, armários e globos que não constam em nenhuma escola da região norte,

seja em São Mateus, seja em Colatina. Isso leva a pensar que, mesmo sendo um município “aliado” da República, Colatina poderia receber mais materiais do que São Mateus, mas certos itens estavam reservados a outras escolas. Esse pensamento ganha força ao cruzar a solicitação de materiais feita pela professora Clarice Ferreira Telles e a existência desses materiais no almoxarifado da Secretaria de Instrução. Se os materiais constantes no almoxarifado eram comprados de acordo com o que se entendia ser necessário às aulas do ensino intuitivo, e se havia escolas sem esses materiais, qual a razão de mantê-los guardados?

Outro fator que chama a atenção é a diminuição de materiais do relatório de 1922 para o de 1924. Em uma escola da cidade de Colatina, por exemplo, seis itens que constavam no inventário de 1922 deixam de aparecer no inventário de 1924. O que acontecia com esses materiais?

Em 1927, Claudionor Ribeiro revela a possibilidade de retirar os materiais de uma escola e enviá-los à outra, conforme a conveniência do ensino. Procedeu assim ao enviar carteiras das Escolas Reunidas Aristides Freire a duas escolas isoladas que, segundo ele, necessitavam. Outra possibilidade são as condições de armazenamento desses materiais que, no caso das escolas reunidas, devido à situação estrutural do prédio, já relatada, requerem constante renovação e reforma:

As escolas reunidas de Collatina já requerem um material mais conservado ou novo, em se tratando de carteiras e de armarios, que, exceptuando os da biblioteca, não estão em boas condições.

As carteiras estão necessitando verniz, além das que faltam as peças principaes; destas ultimas, no primeiro relance de olhos, pude destacar 31. Também as mezas precisam ser substituidas por cathedras, devendo ser construidos os respectivos estrados.

Tornam-se necessarias mais 4 cadeiras, pois algumas das 6 alli existentes estão em máo estado (D'ALMEIDA, 1930, p. 1-2).

Ao contrário, o fato de a escola estar bem localizada e construída dentro dos padrões higiênicos e pedagógicos não significa que os materiais estavam em boas condições. Excetuando-se as escolas de Onça da Lagoa Juparanã, cujo “[...] material está em perfeito estado de conservação (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2), a masculina de Estação de Baunilha e a mista de São Zenon, cujo material do Estado estava em ótimas condições, nas demais escolas relatadas como amplas e ventiladas, na maioria das vezes, faltavam carteiras e, em outras, o material encontrado estava em más condições:

Escola Masculina de Jovem Arminda: Está necessitando de carteiras. Deve essa secretaria atender, com a máxima presteza, á requisição do material que fiz no termo de visita deixado nesta escola (RIBEIRO, 1927b, p. 4).

Escola Mista de Córrego da Ponte: Está necessitando de carteiras (RIBEIRO, 1927b, p. 9).

Escola Masculina de Fazenda Vitalina: A maior parte do material que inventariei está em más condições (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Escola Feminina de Linhares: O material do Estado está bastante estragado. Torna-se necessário, para melhor andamento dos trabalhos, a remessa de novo material escolar (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Outrossim, nas escolas em más condições estruturais, faltava material e os que existiam, segundo os inspetores, não estavam em bom estado ou não eram adequados ao ensino:

Escola Mista de Córrego Senador: Está necessitando de carteiras. Existem, nella, uns toscos bancos que são prejudiciais e incommodos aos alumnos (RIBEIRO, 1927b, p. 5).

Escola Mista do Mutum: Para que a regente possa dar cabal desempenho ás funções de seu cargo, deve essa Secretaria enviar com urgência, o material que requisitei no termo de visita (RIBEIRO, 1927b, p. 6-7).

Escola Mista de São João da Barra Secca: Há necessidade imperiosa de carteiras. Os bancos existentes, além de incommodos, não comportam o numero considerável de alumnos (RIBEIRO, 1927b, p. 7).

Escola Mista de Regência: A escola estava desprovida de carteiras. Do material do Estado depositado nas escolas Reunidas 'Aristides Freire' transferi 16 das ditas para este estabelecimento de ensino publico (DIARIO DA MANHÃ, 1927, p. 2).

Há ainda relatos sobre os materiais escolares em escolas que não foram classificadas pelos inspetores quanto à materialidade do prédio:

Escola de Córrego do Queixada: Para a escola do "Corrego Queixada", cuja criação pedi a V. Excia por officio, transferi 15 carteiras americanas, do material do Estado depositado nas escolas reunidas (RIBEIRO, 1927b, p. 2).

Escola de São Fortunato: É urgente a remessa de todo material para essa escola (D'ALMEIDA, 1930, p. 9).

Escola Mista de Baixo Guandu: A escola mixta está completamente desprovida de material, sendo a mobília escolar composta de **caixões de querosene**, o que sobremaneira constitui um máo atestado para a instrução, pois a escola está dentro de uma villa. A relação inclusa, pedido de material da professora confirma as minhas exposições (D'ALMEIDA, 1930, p. 9, grifo nosso).

Os relatos sobre Baixo Guandu (D'ALMEIDA, 1930) registram a existência de três escolas: uma mista, uma masculina e uma feminina, justificadas pela existência de uma população infantil numerosa. Sobre a escola mista, regida pela professora Clarice Ferreira Telles, D'Almeida relata que o mobiliário é composto por “caixões de querosene”. A lista elaborada pela professora pode dar uma noção do que se entendia ser necessário ao funcionamento de uma escola isolada entre os docentes:

20 carteiras, 1 relógio, 1 Thympano, 1 bandeira, 1 mappa geral do Brasil, 1 mappa geral do E. Santo, 1 mappa geral da America do Sul, 1 mappa geral da America do Norte, 1 mappa do systema métrico, 1 mappa mundi, 1 mappa de iniciação geographica, 1 carta Parker, 1 carta de Linguagens e arithmetica, 1 quadro negro, tripé, giz e esponja, 1 tripé para cartas de linguagens, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador americano, 1 globo, 1 filtro ou talha, 1 caixa de sólidos geométricos, 1 cabide, 1 cesta para papeis usados, 1 resma de papel almasso, livros, tinta, canetas, lápis, penas e borrachas para creanças pobres, 1 regua. Talvez falte alguma cousa, sendo possível poderá acrescentar (D'ALMEIDA, 1930, anexo 9).

No Regulamento da Instrução de 1925 (ESPÍRITO SANTO, 1925), os materiais escolares necessários às escolas eram divididos em: “de uso colectivo” – comuns às escolas isoladas e grupos escolares, que compreende bancos e carteiras, mesas e cadeiras, armário para os livros e objetos de trabalho de classe, tela ou quadro-negro, esfera (globo) e mapas geográficos, mapas e coleções, sistemas de pesos e medidas, mapas murais para o ensino de leitura e de lições de coisas, coleções de sólidos geométricos e de modelos para desenho, relógio de parede, talha de filtro para água, contadores mecânicos e cartas de Parker (para ensinar Aritmética) e tabuleiros de areia para o ensino de Geografia – e “de uso singular” – que se diferenciava das escolas isoladas para as reunidas e grupos escolares e compreendia um livro de matrícula, notas de aplicação, de exame, faltas e comparecimentos, um livro de chamada, um livro de inventário de moveis e utensílios, um livro de termos de visita e inspeção, um tímpano, nas escolas isoladas.

A dificuldade de chegar materiais às escolas era proporcional a distância e isolamento das instituições. Nas escolas localizadas perto das estações de trem, por exemplo, deveria ser mais fácil o fornecimento, uma vez que a linha férrea ligava diretamente Vitória, local onde eram comprados e armazenados esses materiais, a Colatina, Estação de Baunilha, Estação da Lage, Maylasky etc, lugares onde haviam escolas para receber esses materiais. E quanto às escolas que não ficavam próximas às estações de trem? Como fazer chegar o material até lá?



Por meio dos ofícios encaminhados à Secretaria de Instrução, publicados no *Diário da Manhã*, percebe-se que a solicitação, recebimento e envio da relação de materiais da escola era uma função frequentemente desempenhada pelos professores. Na edição de 9 de julho de 1927, por exemplo, é publicado o ofício em que aparecem, entre outros, os professores Emilio Zanetti, Sisinina Santos e Amelia Abreu Tostes pedindo o envio de material e, na edição de 21 de julho de 1927, é publicado o requerimento de uma professora solicitando reembolso do valor que gastou com o transporte de material escolar. Esses documentos indicam que, pelo menos nessas escolas do interior, a chegada de material dependia também da iniciativa do professor. Também, porque, nos Relatórios de Inspeção, os inspetores relatam a solicitação de material feita por eles, geralmente por meio de um Termo de Visita ou telegrama.

#### 4.2.3 Sujeitos das escolas

No município de Colatina, sob a égide do republicanismo e com a movimentação da estrada de ferro, quem eram os sujeitos que atuavam na expansão do ensino ao norte do Estado? Quem eram os professores que ali trabalhavam? Qual formação eles tinham? Quem frequentava as escolas em grande parte bem localizadas e bem construídas?

Procuramos, a partir dos dados dos Relatórios de Instrução, inspeção, dos ofícios, resoluções e pedidos de licença encaminhados ao Governo, mapear os professores que atuaram no município de Colatina e suas respectivas escolas. O resultado desse exercício encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 10 – Mapeamento dos professores de Colatina (continua)

Ano	1909-1910		1920-1921		1922-1923		1924-1925		1926-1927		1928-1929	
	Escola	Professor – formação	Professor - formação	Professor - formação	Professor - formação	Professor – formação	Professor - formação	Professor - formação	Professor - formação	Professor - formação	Professor - formação	
Colatina	Linhares	D. Izabel Ferreira Dias	C	Manoel da Costa Abreu	C	Manoel da Costa Abreu	C	Manoel da Costa Abreu	C	Manoel da Costa Abreu	C	
	Linhares	Augusto Raphael de Carvalho	C	Hercília de Araújo Calmon	C	Hercília de Araújo Calmon	C	Hercília de Araújo Calmon	C	Hercília de Araújo Calmon	C	
	Linhares	Manoel José Neves Junior	C									
	Colatina	D. Candida Clementina Vasconcellos Calmon <sup>79</sup>	N	Maria Oliveira Mattos	N	Maria Oliveira Mattos	N	Maria Oliveira Mattos	N			Maria das Mercês Cardoso

<sup>79</sup>Diplomada pelo Collegio de N. S. da Penha, esposa de Alexandre Calmon (Xandoca).

Quadro 10 – Mapeamento dos professores de Colatina (continuação)

	Ano	1909-1910		1920-1921		1922-1923		1924-1925		1926-1927		1928-1929		
Colatina	Collatina	João Sarmet (1909) / Teophilo Paulino da Silveira (1910)	C	Maria P. Moreira	N	Maria Pessoa Moreira	N	Sebastiana Gryllo	N	Sebastiana Pereira Gryllo - 1927 <sup>80</sup>	N	Sebastiana Pereira Gryllo	N	
	Collatina			Magdalena da Silva Collares		Sebastiana Gryllo	N	Aracy Soares (1925)	N			Bartouvino Costa	N	
	Collatina							Celcelina Conceição						
	Noturna da Cidade (masc.)									Zuleika O. Fernandes (1927)				
	Noturna da cidade (fem.)									Aracy Soares (1927)	N			
	Baixo Guandú	Raymundo Camillo Bodart Junior <sup>81</sup>	C	Marsen Passos Martins	C	Marsen Martins da Silva/ Catharina Elias da Silva							Clarice Ferreira Telles <sup>82</sup>	
	Baixo Guandú					Margarida Valeriano Silva								
	Baunilha	D. Elisa Beltramello	C	Sisinina dos Santos	C									
	Povoação de Baunilha			Sisinina Santos (1920)	C	Felisbina de Moraes					Maria Acciolyna Salvadeo (1927) <sup>83</sup>		Aracy de Barros Fernandes (1929)	
	Povoação de Baunilha (municipal)			Domingos Reyneres (1920)										
	Alto Baunilha			Maria da Gloria Menezes	N	Olivina C. Siqueira		Oscarlina Ravara	N	Maria Acciolyna Salvadeo				
	Baixo Baunilha	Vaga												
	Estação de Baunilha - masculina			Nataldiva da C. Amorim	N	Josepha Cunha <sup>84</sup>					Olinda Raymundo (1927)	N		
	Estação de Baunilha - feminina										Luiza Crema (1927)	N		
	Valle do Desengano	D. Maria Mercedes Nunes	C											
	Villa Mascarenhas	Vaga												
	Mutum	Ignez Zelinda Ferrari	C	Ignez Zelinda Ferrari	C	Josepha Cunha / Cyra V. de Souza		Cyra Vieira de Souza		Ocarlina Ravara (1927)	N			

<sup>80</sup>Resolução nº 443, de 21 de julho de 1927: “Designa as professoras normalistas Sebastiana Pereira Grillo, Zuleira de Oliveira Fernandes, Celcelina Maria da Conceição Jardim, Aracy Soares e Paulina Giuberti para terem exercício nas escolas reunidas ‘Aristides Freire’, creada pelo Decreto nº 8.274, desta data, designando a primeira para exercer o cargo de directora das mesmas escolas”.

<sup>81</sup>Nomeado efetivamente para essa escola pela Resolução de março de 1909.

<sup>82</sup>No Relatório de 1929, D’Almeida informa haver três escolas em Baixo Guandu, sendo Clarice Ferreira Telles a única professora mencionada nessa localidade.

<sup>83</sup>A Resolução nº 384 de 17 de março de 1927, declara vaga a escola de Alto Baunilha e manda a professora ter exercício na de Povoação de Baunilha.

<sup>84</sup>Não há informação se essa professora lecionava na escola masculina ou feminina de Baunilha.

Quadro 10 – Mapeamento dos professores de Colatina (continuação)

Ano	1909-1910		1920-1921		1922-1923		1924-1925		1926-1927		1928-1929	
	Mutum do Norte									Elizabeth de Oliveira Pompa / Clarice Ferreira Telles (1927)		
Santo Antonio do Mutum			Felicinia da Silva Ravara	C	Felicinia da Silva Ravara / Herminia Martins				Herminia Martins Belem (1927)	N		
Maylasky			Jovina Andrade Saldanha	N	Jovina Andrade Saldanha Izabel Gonçalves / Felisbina de Moraes / Maria Más Vello	C <sup>85</sup>						
Corrego da Ponte	Vaga				Josephina Nogueira		Josephina Gonçalves Nogueira		Egle Savalli	C		
Povoação do Lage (Lage)	Vaga				Jesuina da Costa Amorim		Josepha Cunha Lédebarck (1925)		Darilia Duarte (1927)			
Estação da Lage			Jesuina da Costa Amorim	N			Jesuina Amorim	N				
Estação da Lage							Josepha Cunha	N				
Conceição	Vaga											
Santa Maria											Yolanda Rocha (1929)	
S. Maria do Rio Doce	Vaga											
Rio Doce			Amelia da S. Abreu	C								
Povoação do Rio Doce									Amelia Abreu Tostes (1927)	C		
Regência			Josepha Cunha	N					Leocadia Leal Calmon	C		
Núcleo Afonso Pena			Edwiges Luiza de Souza	N	Eduviges de Souza				Joaquim Sergio Godinho <sup>86</sup>			
São Gabriel			Vaga		Sisina Santos				Aracy Ramos / Maria José Mattos			
Fazenda Vitalina			Zilda Silva	N	Zilda Silva	N			Maria das Dores Pinto (1927) <sup>87</sup>	N		
Córrego do Chaves			Mathilde S. Costa	N	Malvina Amaral	C	Mathilde Santos Costa	N	Elvira Barrilari (1927)			
Alto Córrego do Chaves			Malvina Amaral	C	Mathilde Santos Costa	N						
Onça da Lagoa Juparanã			Vaga						Josephina Ribeiro (1927)	C		
Juparanã – particular noturna									Josephina Ribeiro (1927)	C		

<sup>85</sup>A formação refere-se à segunda professora.<sup>86</sup>A Resolução nº 221, de 19 de junho de 1926, converte a Escola Mista de Afonso Penna em masculina e designa esse professor.<sup>87</sup>Normalista pelo Estado de Minas Gerais.

Quadro 10 – Mapeamento dos professores de Colatina (continuação)

Ano	1909-1910		1920-1921		1922-1923		1924-1925		1926-1927		1928-1929	
	São João da Barra Secca					Maria da Gloria Manezes (1922) / Inacia Correa da Silva (1923)				Ignacia Correia da Silva (1927)	C	
Patrimônio de São João									Sisinina Santos (1927)	C		
Crissiúma 88					Nadyr Vieira				Raymunda Cunha (1927)		Donatilla Campos de Mello (1929)	
Barra do Crissiúma											Guilherme Küster (Pastor Luterano)	
Barra do Aventureiro											Paulo Knoch (pastor luterano)	
Córrego dos Hespahnos					Felicienia da Siva Ravara				Genoveva Lempé (1927)			
Córrego da Boa Vista												
Córrego Senador									Corina Miranda	C		
Córrego D'Antas									Zelda Moreira / Erondina Vieira (1927)	C 89		
Porto Alegre <sup>90</sup>					Maria Chieza		Captulina Chiesa (1925)		Aline Bello Martins (1927)		Aline Bello Martins (1929)	
Barbados					Olivina Conceição Siqueira							
Santa Joana					Felisbella V. Dantas							
Desengano					Georgina Souza	N	Georgina Souza (1925)	N				
Vargem Grande <sup>91</sup>												
Queixada									Leocadia Menezes de Oliveira			
Córrego do Queixada												
Fazenda Bananal (Bananal)					Maria Oliveira		Maria Oliveira / Vaga <sup>92</sup>		Genny Ferreira Telles			
Bom Jesus												
Santa Luzia do Alto Pancas									Laudelina Candida Lopes		Laudelina Candida Lopes (1929)	

<sup>88</sup>D'Almeida (1929) informa que o “nome certo” seria Barra do Crissiúma.

<sup>89</sup>A formação refere-se à segunda professora.

<sup>90</sup>Em 1929, D'Almeida informa a transferência dessa escola para a localidade chamada Porto da Liberdade.

<sup>91</sup>Em 1929, D'Almeida altera o nome da escola para Aramary.

<sup>92</sup>No Relatório de Inspeção de 1924, Esmerino Gonçalves informa que essa professora foi colocada em disponibilidade, ficando a cadeira vaga.

Quadro 10 – Mapeamento dos professores de Colatina (conclusão)

Ano	1909-1910		1920-1921		1922-1923		1924-1925		1926-1927		1928-1929	
Transylvani a										Geralda de Souza Monteiro / Maria de Sousa Monteiro (1927) <sup>93</sup>	C	
São Zenon										Ermelinda Simões Pestana	C	Ermelinda Pestana Mendes (1929)
Catuá										Darilia Duarte		
São Geraldo										Zulmina Santos (1927)		
Jovem Arminda										Emilio Zanetti (1927)	C	
São João Grande										Felix Cardoso da Silva (1927) <sup>94</sup>	C	
Piabas										Maria José de Freitas (1927)	C	
Córrego de São Pedro												Jandyra Guimarães (1929)
São Fortunato												Maria Adalgiza Giuberti <sup>95</sup>

Legenda: C (Concurso); N (Normalista)

Fonte: Da autora.

Segundo o quadro, percebemos que o número de escolas providas (com professores) salta de oito, em 1910, para 21, em 1921 e 48 entre 1927 e 1929. O ano de 1926 registra, em documentos de nomeação e designação, o maior número de professores atuando nas escolas de Colatina. No entanto, a análise dos documentos avulsos do Arquivo Público Espírito-Santense aponta que, com o aumento da quantidade de professores em Colatina, também foi registrado um grande número de pedidos de licença para tratamento de saúde naquele município.

As licenças com vencimento, que eram concedidas em caso de moléstias contraídas no local de trabalho, somaram 33 pedidos, o que indica que as condições climáticas em Colatina, assim como em São Mateus, favoreciam o aparecimento de doenças que nem sempre eram rapidamente curadas, em vista das prorrogações das licenças concedidas.

<sup>93</sup>A formação refere-se à segunda professora.

<sup>94</sup>Segundo Claudionor Ribeiro (1927), a escola era recém-criada.

<sup>95</sup>Para D'Almeida (1929), a professora se encontra auxiliando os trabalhos escolares das Escolas Reunidas Aristides Freire.

Na escola de Maylasky, por exemplo, foi possível mapear os nomes de algumas professoras que lecionaram, por meio das concessões de licença. A professora Jovita Andrade Saldanha, recebe 30 dias de licença com vencimentos em maio de 1921 e 6 dias sem vencimentos em fevereiro de 1922. Em fevereiro de 1923, Izabel Gonçalves, professora da referida escola, recebe 60 dias de licença com vencimentos e, logo em seguida, Felisbina de Moraes, da mesma escola, receberia 20 dias de licença com vencimentos. Ainda que não possa oferecer acesso à data precisa de início e término do exercício de cada professora, os pedidos de licença dão pistas de quem trabalhou em cada escola, mesmo por um curto tempo. Esses documentos avulsos apontam também a rotatividade de professores.

O mesmo percurso foi trilhado em relação às multas, remoções, suspensões e dispensas, designações e nomeações que resistiram ao tempo, permanecendo nas caixas do fundo de educação do Arquivo Público Espírito-Santense. Pelos documentos relacionados, referentes à remoção e dispensa de professor, foi possível elencar a existência de mais algumas escolas em 1929, o que pode confirmar o crescimento contínuo daquela região.

Além das questões de saúde e higiene favorecidas pelo clima tropical, quente e úmido que predominava tanto em São Mateus quanto em Colatina, e da dificuldade de acesso a algumas localidades, os professores designados ou nomeados pelo Estado ainda se deparavam com outro entrave: as escolas estrangeiras.

Nas localidades em que predominavam colonos de origem germânica, principalmente, havia em todos os relatos oficiais encontrados sobre o assunto boas escolas equipadas e mobiliadas pela iniciativa luterana para oferecer acesso ao ensino aos filhos dos colonos locais. Esses colonos, desamparados pelo Poder Público, provavelmente possuíam consciência da importância da instrução e, por meio de padres luteranos e de professores alemães, se auto-organizaram nesse sentido. Em Colatina, temos registro dessa ocorrência no relatório de D'Almeida (1929, p. 9-10):

Qual não foi a minha surpresa de encontrar ainda neste Estado escolas onde a lingua-patria é completamente esquecida, e lembrado somente o idioma Allemão! Logo que compreendi de chofre a imensidade de tão grande atentado, não medi circunstancias, e procurando o pastor Guilherme Küster entrei em entendimento com esse senhor mas, sem resultado, porque não compreendeu o que lhe disse, ou se fez de não entendido no portuguez.

A iniciativa luterana de ofertar instrução ia de encontro às metas de nacionalização do ensino e ao objetivo republicano de inculcar o patriotismo nas crianças na escola<sup>96</sup> já que, nessas escolas estrangeiras, todo o material didático, assim como as aulas eram ofertados em alemão. Nos anos iniciais da Reforma Cardim, Deocleciano de Oliveira expressa a necessidade de dispensar atenção especial à instrução nas colônias estrangeiras:

Devo lembrar também a urgente necessidade da criação do maior numero de escolas nas regiões coloniaes do Estado, estabelecendo-se mesmo uma situação especial para os professores para alli nomeados, afim de que possam com certo aparato, promover as comemorações das datas nacionais, que incontestavelmente constituem ponto basico e sugestivo da educação nacional (ESPIRITO SANTO, 1910, p. 19).

Diante dessa circunstância, o inspetor, homem do Estado, ao se deparar com uma comunidade alemã no interior de Colatina, tenta mudar o quadro da instrução em Barra do Crissúma, Colatina, enviando ao padre/professor um ofício que, entre outras coisas, dizia:

Na qualidade de auxiliar directo do Exmº Sr. Secretario da Instrucção Publica do Estado, levo ao conhecimento de Vª Revdmª que no curso sob sua orientação deve ser ensinado o portuguez; e no caso em que não haja pessoa capaz de ensinál-o a seus alumnos deverão ser in-continente matriculados na escola publica de Barra de Crissiuma.

É obrigatorio o ensino, e os responsaveis pelo não ensinamento da língua-patria, serão multados e sujeitos ás penas da lei (D'AMLEIDA, 1929, p. 10).

O trecho acima levanta a questão de que a escola alemã só existia a partir da iniciativa religiosa e popular, porque a “lei” do Estado, em relação à instrução, não era cumprida, deixando a população local em idade escolar desprovida de escola pública. Depois que os imigrantes criam sua própria escola, o mesmo Estado, preocupado em manter o controle, institui escolas já desnecessárias e quer obrigar o ensino em português, ameaçando os sujeitos com “as penas da lei”.

O problema é que, uma vez consolidado entre os habitantes, o sistema de ensino emanado do Sínodo de Berlim, sendo a maioria dos frequentadores das escolas estrangeiras, de confissão luterana, a criação e provimento de escolas públicas primárias próximas àquelas não angariavam muitos alunos.

---

<sup>96</sup>Importa perguntar por que não aparece nas fontes o mesmo interesse em nacionalizar, por meio da instrução, os índios e negros.

A baixa frequência nas escolas isoladas do Governo configurava outro problema: o professor primário deveria registrar uma frequência média de 25 alunos por mês, caso contrário, não seria justificada a necessidade de uma escola e, conseqüentemente, de um professor no local. Esse, provavelmente, foi o dilema de Donatilla Campos de Mello, regente da escola de Crissiúma, em Colatina. Sobre a escola em que ela lecionava, Alberto D’Almeida (1929, p. 8-9) informa:

A escola mixta estava localizada no logar Patrimonio Nossa Senhora da Penha, afastado do logar ‘Crissiuma’. [...] a escola foi creada para o logar Crissiuma, [...] ‘Barra do Crissiuma’, denominação exacta.

A escola pois, deve ser transferida de Patrimonio para o logar definitivo ‘Barra do Crissiuma’ logar para onde fora creada a escola que, por um lapso, ficou denominada ‘Crissiuma’.

D’Almeida (1929) acrescenta ao seu argumento a existência de uma casa “independente de aluguel” para funcionar uma escola mista em Barra do Crissiúma, enquanto, em Patrimônio Nossa Senhora da Penha, pagava-se a quantia de sessenta mil réis (60\$000). Configura-se, então, uma tensão entre o interesse de D’Almeida em atender ao Estado, oferecendo uma escola em língua portuguesa, e a grande chance de a professora não conseguir matricular o número mínimo de alunos para o funcionamento de sua escola.

Quanto à “escripturação”, havia uma dificuldade, registrada por Claudionor Ribeiro, em relação a alguns professores de concurso. Nos Livros sob responsabilidade dos professores Amelia Abreu Tostes, de Povoação do Rio Doce e Manoel Costa Abreu, de Linhares, a escrita estava errada e nas escolas de Onça da Lagoa Juparanã, regida pela professora Josephina Ribeiro, também de concurso, os livros de escripturação estavam todos em branco. Da escripturação dependia parte significativa do trabalho do inspetor, que utilizava as informações colocadas nos livros para lavrar o Termo de Visita da escola que seria encaminhado à Secretaria de Instrução.

Pelos livros de matrícula, de chamada e de termos de visita, o inspetor saberia dizer, por exemplo, desde quando a escola estava em funcionamento e se a frequência de alunos superior a 20 era constante. No entanto, quem fazia os registros nos livros eram os próprios professores que, na falta de uma fiscalização regular, poderiam anotar o que fosse mais conveniente; e, no caso dos professores aprovados por concurso, alegavam que não foram instruídos ao uso dessa ferramenta.



Outro fator é que os elogios dos inspetores aos professores de concurso limitam-se aos aspectos de ordem, disciplina e asseio da classe, enquanto os elogios emitidos aos normalistas incluem a ministração da aula de acordo com o programa oficial.

Como podemos constatar no Quadro 10, as escolas de localização privilegiada eram geralmente lecionadas pelos normalistas. De acordo com o Regulamento, os professores formados em curso normal teriam preferência na escolha da escola, a menos que lá lecionasse um professor de concurso há mais de 15 anos. Como a expansão do ensino estava estourando naquele momento, a probabilidade de haver professores de concurso tão antigos era pequena. Sendo assim, os lugares “privilegiados”, de melhor acesso, nas vilas onde havia estações de trem, na sede do município, eram ocupados por normalistas. Mesmo assim ainda existiam muitos professores de concurso.

Sobre os alunos, como sujeitos envolvidos no processo de expansão do ensino no norte do Espírito Santo, algumas aproximações foram possíveis. Podemos dizer que, pelo menos o corpo discente de Barra do Crissúma e Barra do Aventureiro, era majoritariamente formado por luteranos de origem germânica, o que pode ser confirmado, também, pela relação de proprietários de terras constante no recenseamento de 1920.<sup>97</sup>

Sobre os sujeitos da escola de Núcleo Afonso Pena, a fotografia a seguir registra uma professora e 32 crianças, entre as quais, seis aparentemente são meninas e 26, meninos indicando que se tratava de uma escola mista. Pode-se ver, ao fundo, uma construção com duas portas e uma janela que, provavelmente, servia de casa para a escola.

---

<sup>97</sup>Ver [http://www.ape.es.gov.br/pdf/Recenseamento/Recenseamento\\_1920\\_Linhares.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Recenseamento/Recenseamento_1920_Linhares.pdf) ;

Fotografia 7 – Escola Mista de Núcleo Afonso Penna



Fonte: Espírito Santo, 1924.

Na vila de Colatina, em 1909, a redação do *Diário da Manhã* elenca alguns nomes de alunos que participaram da inauguração do *Gremio Collatinense*, entre os quais, estão 33 estudantes, 23 meninas e 10 meninos: Adelina Grillo, Agnalda Ribeiro Soares, Alzira Grillo, Antonio Martins Vieira, Armando Calmon Costa, Augusta Ruschi, Celcilina Fernandes de Oliveira, Deolinda Barrel, Euthalia Nascimento, Eutorgenes Calmon Costa, Gertrudes Amorim, Guilhermina Fonseca, Guiomar da Silveira, Hebe Dantas, Herminia dos Santos, Jesuina da Costa Amorim, Lucia Tironi, Manoel Pereira dos Anjos, Maria Luiza Ribeiro Soares, Maria Monteiro, Nataldiva Amorim, Octavia Nascimento, Paulo Moacyr Vasconcellos Calmon, Pedro O'Reilli de Sousa, Raymunda Cunha, Rosa Grillo, Rosa Tironi, Rosita Fernandes de Oliveira, Sebastiana Grillo, Sylvestre Vasconcelos Calmon e Tulio de Castro.

Além dos sobrenomes de alguns alunos, como Calmon, Cunha, O'Reilly, Ruschi, chamam a atenção alguns nomes de alunas em 1909 que, posteriormente, viriam a compor o quadro de professoras de Colatina. Dentre elas, estão: Jesuina da Costa Amorim, normalista, professora de estação da Lage; Raimunda Cunha, que lecionou em Crissiúma; e Sebastiana Gryllo, que viria a ser a diretora das Escolas Reunidas Aristides Freire.

Entre os Relatórios de Inspeção, os trechos reservados aos alunos apontam geralmente para duas questões: a primeira, que está associada à estatística escolar, refere-se à quantidade de alunos por série e ao número de analfabetos; a segunda, que se volta para a avaliação dos alunos, reporta-se ao grau de adiantamento dos discentes de cada escola com base nas arguições feitas pelo inspetor, que utilizava o programa oficial como premissa para os questionamentos aos alunos.

Sobre a estatística escolar, nos relatórios, salta a superioridade numérica de alunos matriculados no primeiro ano em quase todas as escolas. Isso indica que o aumento da procura por matrículas era recente e poderia estar associado a fatores como a alta taxa de natalidade em Colatina<sup>98</sup> e a divulgação da obrigatoriedade do ensino, que era mais uma atribuição dos inspetores.<sup>99</sup>

Quanto ao grau de adiantamento, este se baseava nas matérias do programa oficial, que era composto de “Art. 73. – [...]: leitura, grammatica, escripta, calligraphia, arithmetica, geographia geral, geographia do Brasil, história do Brasil, noções de geometria, noções de ciências phisicas e naturaes, musica, desenho, gymnastica e trabalhos manuais” (ESPÍRITO SANTO, 1925, p. 35).

Os alunos eram, primeiramente, interrogados pelo inspetor quanto ao programa de disciplinas oficial, e a classificação por ele atribuída está relacionada com o art. 91 do mesmo regulamento que diz assim:

Nas escolas primarias as notas de aplicação e exame serão de zero (0) a doze (12), com as seguintes equivalências:  
 0 – nulla;  
 2 – má;  
 4 – sofrível;  
 6 – regular;  
 8 – bôa;  
 10 – boa para optima;  
 12 – optima  
 (ESPÍRITO SANTO, 1925, p. 40).

<sup>98</sup>A estrada de ferro, a doação de terras, a colonização e expansão populacional, renderam a Colatina, em 1928, o título de município com o maior coeficiente de natalidade e nupcialidade do Estado (AGUIAR, 1929).

<sup>99</sup>O Regulamento do Ensino de 1925 previa, como mais uma das muitas atribuições dos inspetores escolares, “Fazer entre as pessoas do lugar em que estiverem situadas as escolas a propaganda do ensino” (ESPÍRITO SANTO, 1925, p. 16). O cumprimento dessa exigência foi registrado por Moraes (1928, p. 14), em São Mateus: “[...] affixei avisos chamando a atenção dos paes sobre a obrigatoriedade do ensino; [...] medidas que tomei tornando conhecida a obrigatoriedade do ensino” e por Alberto D’Almeida (1929, p. 9), em Colatina: “Espalhei editaes de obrigatoriedade do ensino, nas proximidades da escola”.

Não observamos indícios que nos permitissem afirmar a variação da classificação das turmas em relação à formação do professor. Havia professores de concurso que lecionavam em turmas classificadas com bom adiantamento, assim como havia professores normalistas cujo adiantamento das classes deixava a desejar.

Havia também em Colatina uma caixa escolar voltada ao auxílio de crianças pobres com o fornecimento de livros e outros objetos escolares e um grupo de escoteiros liderado pelo professor normalista Bartouvino Costa.

Sobre a expansão do ensino no município de Colatina, de maneira geral, podemos considerar um crescimento na oferta, determinado tanto pela criação de demanda para instalação de escolas entre 1908 e 1930, quanto pela iniciativa dos habitantes e afinidade política dos líderes municipais com as diretrizes ideológicas do Governo do Estado. Essa afirmativa, no entanto, não vale para a vila de Linhares, onde há uma diminuição do número de escolas depois da transferência da sede do município para Colatina.

Como se vê no Quadro 10, assim como no Quadro 8, há um descompasso entre a criação e o provimento de escolas, chegando ao ponto de se criar escolas sem que existissem profissionais para nelas trabalhar, dado corroborado na Mensagem Presidencial de Marcondes Alves de Souza, em outubro de 1913, na qual ele afirma ser “[...] grande a falta de professores habilitados, existindo 104 escolas primarias vagas, [...], apesar das vantagens oferecidas pelo Governo” (SOUZA, 1913, p. 28).

Marcondes de Souza (1913, p. 28) considera ser grande a necessidade de escolas no interior do Estado, pois teve “[...] a oportunidade de observar que muitos logares há, onde muitas são as creanças que não recebem instrução por falta de escolas ou porque já está excedido o número de alumnos das exixtentes”. Nesse sentido, mesmo sem professores, para atender à demanda de crianças sem escolas, ele anuncia a criação de mais 56 cadeiras primárias. No entanto, talvez não fosse esse o problema de todas as escolas de Colatina, pois, como afirma D’Almeida (1930) sobre a escola de São Fortunato, com esforço é que se poderia conseguir 25 alunos.

As incongruências entre o discurso do governo e seus desdobramentos na escolarização do interior norte do Espírito Santo contribuem para reforçar o pensamento de que havia um

interesse governamental não em promover a instrução, mas a imagem de instrução compatível com a proposta da República.

Nessa esteira, podemos considerar o direcionamento das fontes para a ideia de que a imigração foi um dos fatores mais importantes para a expansão do ensino em Colatina, pois criou a demanda necessária de crianças em idade escolar. Os espaços em branco das fontes sobre outros grupos étnicos nos levam a questionar o silenciamento de outros sujeitos, negros e indígenas por exemplo, nesse processo. Esse questionamento permite imaginar que existia uma demanda pelo ensino primário antes da migração e imigração dos colonos, mas o aumento da oferta de ensino se deu com a sua chegada, pelo fato de eles corresponderem ao perfil idealizado para o cidadão republicano. (NARDOTO; LIMA, 1999; NARDOTO, 1995; ZUNTI, 2000; ALBANI, 2012, BERGAMINI, 2013; PONTES, 2007).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco a expansão do ensino primário no norte do Estado do Espírito Santo, entre 1908 e 1930, levando em consideração desdobramentos dos discursos republicanos no campo educacional, em defesa de uma escola pautada pela modernidade iluminista. Em solo espírito-santense, como argumentamos, esse ideário modernizador contrastava fortemente com a colonização escassa, a economia predominantemente agrícola, a insuficiência de escolas e uma série de fatores de ordem econômica e política que dificultavam o carreamento de recursos financeiros e materiais para a construção e manutenção de prédios escolares.

Por outro lado, a expansão do ensino no norte do Espírito Santo associava-se à ideia de representação de um espaço físico especificamente destinado à instrução pública. Acreditando ser a difusão do ensino primário fator essencial para a consolidação da nova República, políticos capixabas discursavam em favor do ensino, mas a falta de recursos e de condições logísticas fazia com que a difusão da escola republicana se configurasse de maneiras diferentes nos dois municípios do norte do Espírito Santo estudados.

Desse modo, enquanto discursos republicanos marcavam a instituição do grupo escolar como padrão de escola que se queria para a República recém-instaurada, as fontes apontam que, a despeito do lugar de destaque discursivamente atribuído aos grupos escolares, a expansão do ensino republicano no norte do Espírito Santo se deu quase exclusivamente pela via das escolas isoladas.

A impossibilidade de tratar os municípios de Colatina e São Mateus como componentes de um único norte resultou na opção por narrar aproximações e distanciamentos entre eles. Entre as aproximações, destacamos que o norte do Espírito Santo, como um todo, era uma região de matas fechadas, rica em madeiras de lei, com solo fértil, farta hidrografia e habitada por índios. Para além das questões de ordem natural, os municípios de São Mateus e Colatina apresentam a) o aumento da oferta do ensino a partir da chegada dos imigrantes; b) a continuidade na criação de escolas “oficiais” apesar da falta de materiais e professores; c) a expansão do ensino pela atuação dos professores por meio das escolas isoladas; d) a não distribuição de certos materiais nas escolas do norte, como globos, mapas da África, armários, entre outros; e) a necessidade de criar caixas escolares para viabilizar o acesso de alunos pobres às escolas; f) as condições climáticas propícias a doenças e febres, que afetavam tanto alunos como professores e

dificultavam a continuidade do ensino durante o ano letivo; e g) as dificuldades de inspecionar escolas localizadas em zonas tão extensas e de difícil acesso.

Sobre a expansão do ensino pela via das escolas isoladas, não apenas identificamos aproximações entre os municípios de Colatina e São Mateus, como também destacamos uma proximidade com processos de escolarização relatados em estudos conduzidos em outras regiões brasileiras. Pelo Quadro 3, constatamos que, nos 21 Estados Brasileiros de então, havia uma superioridade numérica de escolas isoladas atendendo ao público.

Tanto na Paraíba, onde “[...] a instrução pública ficou quase que exclusivamente a cargo das cadeiras isoladas” (ADVÍNCULA, 2012, p. 33), quanto em Mato Grosso, onde “[...] as escolas isoladas foram as responsáveis pelo atendimento e pela escolarização da maioria da população mato-grossense” (REIS, 2011, p. 20) e em vários outros Estados Brasileiros, a história da educação da maioria da população pode ser contada por meio das escolas isoladas.

Apesar de a predominância de escolas isoladas ser uma ocorrência relatada em diferentes estudos historiográficos, não deixa de ser intrigante a fragilidade ou mesmo a ausência de vestígios do grupo escolar, cuja materialidade estava discursivamente afirmada, como podemos verificar nas Mensagens de Jeronymo Monteiro, Marcondes Alves de Souza e Bernardino Monteiro, por exemplo, que registram a construção e reformas do Grupo Escolar de São Mateus, o qual não merece relatos pormenorizados de seu funcionamento, nem nos Relatórios de Instrução, nem nos Relatórios de Inspeção que, em sua maioria, limitam-se às questões estruturais do prédio.

No caso dos municípios do norte do Espírito Santo, as fontes apontam que aspectos pedagógicos, administrativos, burocráticos e práticos nas escolas isoladas do interior dependiam da figura do professor que lecionava, levando a efeito o seu ofício, apesar da falta de material e até de escola (dentro dos padrões do ensino). Portanto, além de ser a expansão do ensino promovida pela criação de escolas isoladas, o funcionamento destas, para dar efetivamente acesso à população ao ensino, dependia da dedicação, do esforço e da engenhosidade dos professores.

No entanto, esse mesmo professor, atuando como o elemento fundamental para o funcionamento da escola, não recebia a valorização profissional compatível. A interposição das

fontes leva ao entendimento de que, assim como a demanda de alunos esbarrava na falta de escolas, a criação de escolas esbarrava na falta de professores e as que eram providas nem sempre contavam com professores formados.

Guardados os pontos comuns, os desdobramentos dos discursos republicanos no campo educacional foram diferentes em ambos os municípios. Entre os distanciamentos, citamos: a) o progresso de Colatina, impulsionado, em grande parte, pela ferrovia, que ocasiona uma oferta maior do ensino em contraste com o pouco avanço na expansão do ensino em São Mateus; b) a precariedade de escolas, maior em São Mateus; c) as “regalias” que Colatina teve por aderir à República; d) as estratégias de São Mateus para limitar o acesso do Estado à sua organização educacional; e) os entraves que alguns professores normalistas encontraram para lecionar em São Mateus num contexto de intensa disputa política entre coronéis republicanos e coronéis monarquistas; f) a superioridade numérica de professores e escolas em bom estado em Colatina; g) o abandono mais acentuado das escolas de Conceição da Barra, uma região habitada predominantemente por negros quilombolas; h) a existência de colônias alemãs em Colatina que rejeitaram a língua e costumes brasileiros; i) o fornecimento maior de materiais e mobílias escolares em Colatina; j) a exposição da realidade educacional de Colatina no jornal do Governo e o silenciamento das escolas de São Mateus; l) a instrumentalização de Colatina com biblioteca e escoteiros, elementos da Reforma Vivacqua diante da mera exposição de aulas em São Mateus, como forma de promover a mesma reforma.

Para concluir, vale a pena ressaltar que, mais do que respostas a todas as nossas indagações, este trabalho sugere um rico e necessário filão de estudos acerca da educação na região norte espirito-santense. Afinal, consideramos que questões enfrentadas por professores e pesquisadores que, como nós, atuam nessa região, remetem-nos ao *continuum* blochiano, no qual o estudo do passado interage com a construção do presente.

Em outros termos, se o objetivo da historiografia não é meramente descrever o passado, mas construir um conhecimento sobre ele, acreditamos que as inquietações acerca das ausências do norte instigaram uma pesquisa que agora permite uma noção, um vislumbre do tipo de escolarização que acontecia naquela região do Espírito Santo na Primeira República. No entanto, o desafio de compreender o passado continua, não porque ele possa mudar, mas porque a nossa compreensão sobre ele se transforma e aperfeiçoa à medida que mais estudos surgem e



enriquecem as reflexões sobre práticas docentes e políticas educacionais nas relações entre o passado e o presente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. Instituições escolares na Primeira República: a escolarização civilizadora. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2012, Lisboa - Portugal. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://colubhe2012.ie.ulisboa.pt/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá/PR. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <[www.8cbhe.com.br](http://www.8cbhe.com.br)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ADVÍNCULA, Charya Charlotte Bezerra. **O processo de escolarização em Princesa/PB: política e educação (1920-1939)**. 2012. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2012.

ALBANI, Vivian. **Trajetória do crescimento da cidade de Colatina**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização**. 2006. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Salvador, 2006.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Os grupos escolares em Sergipe no Governo Gracho Cardoso (1922-26). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória/ES. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

AZEVEDO, Denilson Santos de; CABRAL, Talitha Estevam Moreira; CARVAS, Giovanna Maria Abrantes. A expansão dos grupos escolares em Minas Gerais na Primeira República: estudo comparado sobre a interiorização do ensino primário na Zona da Mata. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2012, Lisboa -

Portugal. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://colubhe2012.ie.ulisboa.pt/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BARRETO, Sonia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico.** 1997. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

BERGAMINI, Kamila Brumatti. **Adeus Itália: imigração europeia ao Espírito Santo, floresta e colônia.** Vitória/ES: Secult, 2013.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930).** 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo das reformas Gomes Cardim e Atílio Vivácqua.** 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BOREL, Tatiana. **Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BORGES, Jean Felipe Pimenta; DANTAS, Sandra Mara. A educação escolar no país em construção: Uberaba no período da Primeira República Brasileira. **HistedBr**, Campinas, n. 51, p. 92-102, jun. 2013.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A revolta de Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916).** 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014** que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências (PNE). Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: **COLÓQUIO SOBRE PESQUISA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES**, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Paolo\\_Nosella\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: Brasília: EdUFSCar, Inep, 2002.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. 337f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARLOS, Valter Natal Valim. **Ilustrações de cartilhas escolares na Primeira República (1889-1930): a historiografia da educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco**. 2015. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CARREIRA, André Luíz Rodrigues. **A marcha do progresso: a construção do cidadão republicano**. 2012. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2012.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; SAVIANI, Dermeval. A organização da instrução pública nas cidades de Uberabinha e Patos de Minas-MG: educação e civilização (1888-1930). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia/MG. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/eixos.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

COSTA, Ticiania Pivetta. **A revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES): intelectuais, civismo e educação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DINIZ, Andrea Fabiane Machado. **A organização da instrução pública em Patos de Minas-MG no contexto republicano de 1889 a 1928**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (Uniube), Uberaba, 2012.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2006.

FALLER, Sandra Loureiro. **A constituição do Colégio Americano Batista de Vitória: entre a modernização do ensino e a missão religiosa (1907-1935)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

FARIA FILHO, L.M. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, jan./jun. 1998.

FERREIRA, Viviane Lovati. História dos grupos escolares no Espírito Santo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: educação no Brasil – história e historiografia, 1., 2000, Rio de Janeiro/RJ, **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro, UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura, 2000.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública Primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890–1930)**.

2013. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Nicola José Frattari. Das escolas isoladas ao grupo escolar: a organização da educação no município de Ituiutaba, Minas Gérias (1889-1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá/MT. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A implantação dos grupos escolares no Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá/MT. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. 2. ed. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GONDRA, José Gonçalves. Higiene e Cultura escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/abertura.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

GONÇALVES, Arlene da Silva; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. A emergência dos grupos escolares: processo de implantação e de expansão no sul do Estado de Mato Grosso (1920-1950). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiania/GO. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/index.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GOMES, Sílvia Cunha. **A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. 2008. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

LIMA, Lidiane Picoli. **Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: o Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Centro Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LOBATO, Ana Maria Le. **“Templos de Civilização” no Pará: a institucionalização dos grupos escolares (1890-1910)**. 2014. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Doutorado em Educação do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2014.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá - MT. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. **Processos de exclusão da/na escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. **Imigração italiana em São Mateus: 120 anos**. São Mateus/ES: [s.n.], 1995.

NARDOTO, Eliezer O.; LIMA, Erinéia. **História de São Mateus**. São Mateus: Edal, 1999.

NOVAES, Maria Estella de. **História do Espírito Santo**: Fundo Editorial do Espírito Santo, Vitória/ES, [196-?].

NOVAES, Maria Estella de. **Jerônimo Monteiro**: sua vida e sua obra. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1979.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. A educação escolar pública no sul do Estado de Mato Grosso: o processo de implantação e de organização dos grupos escolares (1910-1940). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória/ES. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

ORIANI, Angélica Pall. Expansão da escola primária isolada em São Paulo – Brasil (1907-1943). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2012, Lisboa - Portugal. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://colubhe2012.ie.ulisboa.pt/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

ORIANI, Angélica Pall. Explorando o oeste paulista: expansão das escolas primárias isoladas e a civilização da população da "Zona de Sertão". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá/MT. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

PEREIRA, Rosimeri da Silva. **A história do processo de periferização dos grupos escolares em Campinas nos primórdios da República**. 2013. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.

PEZZIN, Ana Cláudia; SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **Grupo Escolar Amâncio Pereira**: a instrução pública em São Mateus/ES no século XX. Trabalho apresentado no "I Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática" (Enaphem), Vitória da Conquista/BA, 2012.



PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. 2001. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdade de Educação, Campinas, 2001.

PONTES, Wallace Tarcisio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

REIS, Rosinete M. **Palácios da instrução: Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso, 2003.

REIS, Rosinete Maria dos; SANTOS, Nilza Liamar dos. A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba/PR. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/paginas/cbhe.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

REIS, Rosinete Maria dos. A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso. **HistedBr**, Campinas, n. 21, p. 44-51, mar. 2006.

REIS, Rosinete M. **A escola isolada à meia-luz (1891-1927)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REVEL, JCQUES. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set.dez. 2010. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. Revisão técnica de José G. Gondra. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

RIBON, José. **História de Colatina: II parte**. Colatina/ES: [s.n.], 1990.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul/dez. 2002.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus: o papel da Câmara Municipal (1848/1889)**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Escravidão em São Mateus/ES: economia e demografia (1848-1888)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Grupos escolares e escolas reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju/SE. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008)>. Acesso em: 26 fev. 2016.

SALIM, M. A. A. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **Escolas reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2012.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. Escolas reunidas: um modelo entre as escolas isoladas e os grupos escolares em Mato Grosso. **HistedBr**, Campinas, n. 61, p. 290-305, mar. 2015.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2011.

SILVA, Marineide de Oliveira da. A expansão das escolas isoladas no Estado de Mato Grosso (1910-1930). **Jornada HISTEDBr**, 12., 2014. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada12/artigos/11/artigo\\_eixo11\\_24\\_1404917487.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/11/artigo_eixo11_24_1404917487.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: SCPD/Ufes, 1995.

SILVA, Sheila Siqueira da. **A Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo e a Rede Federal de Educação Profissional (1909-1930)**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SIMÕES, Regina Helena Silva; e FRANCO, Sebastião. A produção acadêmico-científica sobre a história da educação no Espírito Santo (1992-2002). In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. Instrução pública e imigração italiana no Estado do Espírito Santo, no século XIX e início do século XX. In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. p. 79-99.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara. A história da educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara (Org.). **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória/ES: Edufes, 2006.

SIMÕES, Regina Helena silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara. A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, PPGE/UFES, Vitória/ES, a. 9, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012.

SOUZA, Rosa F. de. **Templos de civilização**: um Estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910). 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral; AGUIAR, Thiago Borges de; ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. Educação escolar em Piracicaba no início da Primeira República In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá/PR. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < [www.8cbhe.com.br](http://www.8cbhe.com.br)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória, ES: Ufes, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

VIVACQUA, Atílio, **O ensino público no Espírito Santo**. Entrevista concedida ao “Diário da Manhã”, Vitória, 1929.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Entre o Legal e o Real: história da educação no Espírito Santo: panorama retrospectivo da educação primária (1920/1990) e a educação de jovens e adultos (1970/1990)**. Linhares: Gráfica Rossi, 2008.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama histórico de Linhares**. 2. ed. ampl., rev. e atual. Linhares/ES: Pousada das Letras, 2000.

## FONTES

### Relatórios de inspeção escolar

GONÇALVES, Archimimo. Relatório de inspeção da zona - S. Matheus, Conceição da Barra e mais algumas escolas de outros, Vitória, 27 out. 1922.

GONÇALVES, Archimimo. Relatório de inspeção da zona - S. Matheus, Conceição da Barra, Sta Cruz e Riacho, Vitória, out. a nov. 1928.

RIBEIRO, Claudionor. Relatório de inspeção da 2ª zona - S. Matheus. São Matheus, 06 out. 1927.

RIBEIRO, Claudionor. Relatório de inspeção da 2ª zona – Collatina. Vitória, 04 set. 1927

MORAES, Flavio de. Relatório de inspeção da 5ª zona - S. Matheus, Conceição da Barra. Vitória, 12 abr. 1928

FONSECA, Francisco Generoso da. Relatório de inspeção da 5ª zona – S. Matheus. São Matheus, 29 set. 1930.

REGO, Olavo. Relatório de inspeção da zona - S. Matheus, Nova Almeida, Domingos Martins, Alto Jucú, Affonso Claudio. Vitória, 1929.

D'ALMEIDA, Alberto. Relatório (parcial) de inspeção da zona – Collatina. Vitória, 26 jun. 1929.

GONÇALVES, Esmerino. Relatório de inspeção da zona – Sta Thereza, Affonso Claudio, Itaguassú, Pau Gigante, Collatina e Nova Almeida.

### Mensagens de Governo

ESPIRITO SANTO (Estado). Diretor da Instrução (Lima). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo em 13 de agosto de 1908** [por] **Henrique A. Cerqueira Lima, Director da Instrução**. Victoria: Typ e Papelaria Modelo, 1908

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 14 de setembro de 1909** [por] **Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial, 1909a.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909.** Victoria, Imprensa Official, 1909b.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 23 de setembro de 1910** [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Imprensa Estadual, 1910.

ESPIRITO SANTO (Estado). Inspetor geral do Ensino (Oliveira). **Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Presidente do Estado Dr. Jeronymo de Souza Monteiro em 30 de julho de 1910** [por] Deocleciano Nunes de Oliveira, Inspector Geral do Ensino. Victoria: Imprensa Estadual, 1910b.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 03 de outubro de 1911** [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Imprensa Estadual, 1911.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro). **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 23 de maio de 1912** [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Victoria: Imprensa Official, 1913.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1912-1916: Souza). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 08 de outubro de 1912** [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Sociedade de Artes Graphics de Victoria, 1912.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1912-1916: Souza). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 22 de outubro de 1913** [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Papelaria e Typographia Pimenta & Comp., 1913.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1912-1916: Souza). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 15 de outubro de 1914** [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Papelaria e Typographia Popular, 1914.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1912-1916: Souza). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 08 de setembro de 1915** [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Typographia do Diario da Manhã, 1915.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1912-1916: Souza). **Relatorio sobre os negócios do Estado no período governamental de 1912 a 1916 enviado ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 22 de maio de 1916** [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Typographia do Diario da Manhã, 1916.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 12 de outubro de 1916** [por] Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: Sociedade de Artes Graphicas, 1916.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 13 de setembro de 1917** [por] Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria, 1917.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 16 de outubro de 1918** [por] Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria: 1918.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: Monteiro). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 12 de outubro de 1919** [por] Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo. Vitoria, 1919.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: Monteiro). **Relatorio sobre os negócios do Estado no periodo governamental de 1916 a 1920 enviada ao Congresso**

**Legislativo do Espírito Santo em 23 de maio de 1920** [por] Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1920.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1920-1924: Gomes). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 31 de outubro de 1921** [por] Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1921.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1920-1924: Gomes). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 7 de setembro de 1922** [por] Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1922.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1920-1924: Gomes). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 3 de maio de 1923** [por] Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1923.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1920-1924: Gomes). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 23 de maio de 1924** [por] Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1924.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Presidente do Estado, pelo Secretário da Instrução, Ubaldo Ramallete Maia, em 15 de fevereiro de 1927.** Vitória, 1927.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1925-1928: Avidos). **Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, [por] Florentino Avidos, ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924 - 1928.** Vitória: Imprensa Oficial, 1928;

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Espírito Santo ao Congresso Legislativo e lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura. 1928.** [por] Aristeu Borges de Aguiar. Vitória, 1928.



### **Leis e decretos**

ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto nº 6.501, de 20 de dezembro de 1924. Regulamento da Secretaria da Instrução . Vitoria, 1924.

ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto nº 9.750, de 30 de agosto de 1929. Secretaria do Interior. Leis votadas pelo Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo: sessão ordinária de 1929. Vitoria: Oficinas do “Diario da Manhã”, 1930.

ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto-lei nº 7.994, de 10 de fevereiro de 1927. Secretaria da Instrução. Vitoria: Oficinas do “Diario da Manhã”, 1927.

ESPIRITO SANTO (Estado). Lei nº 1.693, de 29 de dezembro de 1928. Leis votadas pelo Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo: sessões extraordinária e ordinária de 1928. Vitoria, 1928.

ESPIRITO SANTO (Estado). Resolução nº 257, de 31 de agosto de 1929. Diario da Manhã, 1929.

### **Cartas e ofícios**

ESPIRITO SANTO (Estado). Ofício recebido pelo Inspetor Escolar Aristides Freire. Fundo de Educação do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Fundo de Educação. Caixa de ofícios nº 138, 1929.

ESPIRITO SANTO (Estado). Ofício recebido pelo secretário da Instrução Pública. Fundo de Educação do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Fundo de Educação. Caixa de ofícios nº 17, 1929.

ESPIRITO SANTO (Estado). Ofício recebido pelo secretário da Instrução Pública. Fundo de Educação do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Fundo de Educação. Caixa de ofícios nº 17, 1929.

GONÇALVES, Archimino. Carta enviada aos Membros da Junta Governativa do Estado do Espírito Santo em 5 de novembro de 1930. Vitoria, 1930

APÊNDICE

## APÊNDICE A – Quadro do Inventário das Fontes (continua)

Item	Arquivo	Subpasta	Pasta
1	Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª legislação da 7ª legislatura. Victoria Imprensa Estadual 1911 (03-10-1911)	Jeronymo de S. Monteiro 1911 e 1913	001 - Relatórios Presidenciais (APEES)
2	Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª legislação da 7ª legislatura. Victoria Imprensa Estadual 1913		
3	Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza ao Congresso do Espírito Santo em sua 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura. Victoria Sociedade de Artes Graphicas de Victoria 1912	Marcondes A. de Souza 1912, 1913, 1914, 1915	
4	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza em 22 de outubro de 1913. Victoria Papelaria e Typographia Pimenta & Comp. 1913 Assuntos de interesse no Estado no período de 08-10-1912 até 22-10-1913		
5	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza em 15 de outubro de 1914. Victoria Papelaria e Typographia Popular 1914		
6	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza em 08 de setembro de 1915. Victoria, Typographia do Diário da Manhã. 1915		
7	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 12 de outubro de 1916 pelo Presidente do Estado Dr. Bernardino de Souza Monteiro. Victoria Sociedade de Artes Graphicas 1916	Bernardino de S. Monteiro 1916, 1917, 1918, 1919	
8	Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura. 1917		
9	Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura. 1918		
10	Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura. 1919		
11	Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 31 de outubro de 1921. Victoria, Oficinas da Imprensa Estadual. 1921	Nestor Gomes 1921, 1922, 1923, 1924	
12	Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 07 de setembro de 1922. Victoria, Oficinas da Imprensa Estadual. 1922		
13	Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 03 de maio de 1923. Victoria, Oficinas da Imprensa Estadual. 1923		
14	Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 23 de maio de 1924.		
15	Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo, na 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 4 de maio de 1925. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo, na 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura. (1926)	Florentino Avidos 1925, 1926, 1927, 1928	
16	Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo, na 3ª sessão ordinária da 12ª legislatura. (1927)		
17	Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos, ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924 - 1928. (15-06-1928)		
18	Aristeu Borges Aguiar. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Espírito Santo ao Congresso Legislativo e lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura. 1928. (01-09-1928)	Aristeu B. Aguiar 1928, 1929, 1930	
19	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª sessão ordinária da 13ª legislatura, em 7 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. 1929		
20	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª sessão da 13ª legislatura, em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. 1930		
21	1910 - Relatório de Deocleciano N. de Oliveira (BPE)	Relatório dos Secretários da Instrução	002 -
22	1921 - Relatório de Mirabeau Pimentel (BPE)		
23	1922 - Relatório de Mirabeau Pimentel (APEES)		
24	1924 - Relatório de Mirabeau Pimentel (BPE)		
25	Archimino Gonçalves Ferreira - 27-10-1922 (APE)	São Mateus	003 - Relatórios de Inspeção (APEES)
26	Claudinor Ribeiro - 06-10-1927 (APE)		
27	Flavio de Moraes - 12-04-1928 (APE)		
28	Archimino Gonçalves Ferreira - 05-12-1928 (APE)		
29	Francisco Generoso da Fonseca - 29-09-1930 (APE)		
30	Correspondência do Diário da Manhã 27-11-1909	Collatina e P. Gigante	

APÊNDICE A – Quadro do Inventário das Fontes (continuação)

Item	Arquivo	Subpasta	Pasta
31	Bodart Júnior – 11-3-1920		
32	Esmerino Gonçalves – 4-10-1924		
33	Claudinor Ribeiro - 01-08-1927 (Diário da Manhã)		
34	Claudinor Ribeiro - 04-09-1927 (APE)		
35	Alberto D'almeida 1929 – Collatina		
36	1908 - LEI ES		004 - Da Secretaria de Instrução. Decretos etc. (BPE)
37	1908 - Regulamento da Instrução primária e Normal (BPE)		
38	1908 - relatório de obras		
39	1909 - Acta do Congresso Pedagógico (BPE)		
40	1909 - congresso pedagógico		
41	1917 - Organização do Ensino Público (BPE)		
42	1929 - entrev. Atílio V. (BPE)		
43	1936 - programas de ensino		
44	1925 - Decreto 6.501 Regulamento da Secretaria da Instrução (BPE)	Decretos (BPE)	
45	1930 - Decreto n. 10.171 de 1930		
46	1936 - Decreto n. 7921 de 1936		
47	001 - GE de S. Matheus - construção 1912 (Relatório de Jeronymo)	005 - FOTOGRAFIAS	
48	002 - Anexo do relatório de Mirabeau 1924		
49	003 - correio de São Mateus (ISJN)		
50	004 - escola S. Mateus Km 41 (ISJN)		
51	005 - GE de São Mateus (facebook)		
52	006 - hospital maternidade (ISJN)		
53	007 - estrada de SM 1955 (ISJN)		
54	008 - vista parcial de habitações porto SM (ISJN)		
55	009 - vista parcial de habitações porto SM (ISJN)		
56	010 - vista parcial praça Graciano Neves (Porto) (ISJN)		
57	011 - vista parcial da praça Graciano Neves (Porto) (ISJN)		
58	012 - casarão antigo do Porto SM (ISJN)		
59	013 - vista parcial de uma casa antiga SM (ISJN)		
60	014 - Porto de São Matheus Festa Popular (Facebook)		
61	015 - Igreja que se vê na foto 002 (Facebook)		
62	016 - Domingos Rios e outras pessoas aguardando a chegada do vapor (Facebook)		
63	017 - GE Amâncio Pereira em 1952 (Facebook)		
64	018 - GE Amâncio Pereira novo prédio (Facebook)		
65	019 - igreja matriz (IBGE)		
66	020 - largo da praça 1908 (Facebook)		
67	021 - Largo de são Benedito - São Mateus 1922 (Facebook)		
68	022 - Na ordem Professor Rui Barbosa, Ciro Sodré, Roberto Lé, Dora Silvares, Madalena Carneiro, Marita Motta e Mirian. (Facebook)		
69	023 - Porto de São Mateus 1916 (Facebook)		
70	024 - praça principal de São Mateus (Facebook)		
71	025 - Roberto de Souza Lé. (Livro Hist. De São Mateus)		
72	026 - Rua Barão dos Aymores, SM - 1908 (Facebook)		
73	027 - GE de Collatina (Relatorio Alberto D'almeida 1929)		
74	Cx. 01 – 1921 a 1927. Resoluções expedidas pelo Secretário da Instrução concedendo licenças, nomeações, etc.	006 - FUNDO EDUCAÇÃO (caixas)	
75	Cx. 02 – 1929 e 1930. Resoluções concedendo licenças, nomeações e remoções. Secretaria da Instrução		
76	Cx. 03 - 1910,1912,1913 / 1921 a 1924 - Portarias da Inspetoria Geral		
77	Cx. 04 - 1926 a 1929. Portarias		
78	Cx. 09 - 1911 a 1913.		
79	Cx. 10 - 1914 a 1921 e 1930. Ofícios		

## APÊNDICE A – Quadro do Inventário das Fontes (conclusão)

Item	Arquivo	Subpasta	Pasta
80	Cx. 11 - 1919, 1921 e 1922		
81	Cx. 145 - Termos de visita		

ANEXOS

## ANEXO A – Municípios em 1920 e seus desmembramentos atuais

Ordem	Município em 1920	Nome atual do município e seus desmembramentos
09	Conceição da Barra	<b>Conceição da Barra</b> , Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Mucurici e Ponto Belo
14	Linhares (Collatina)	<b>Linhares</b> , Colatina, São Gabriel da Palha, Águi Branca, Vila Valério, São Domingos do Norte, Marilândia, Baixo Guandú, Sooretama, Rio Bananal, Alto Rio Novo, Pancas, Governador Lindenberg, Mantenópolis
17	Páo Gigante	Ibiraçu, João Neiva
21 e 22	Riacho e Santa Cruz	Aracruz
29	São Matheus	<b>São Matheus</b> , Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Boa Esperança, Jaguaré, Ecoporanga, Nova Venécia e Vila Pavão

Fonte: site do Arquivo Público do Espírito Santo [www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br), acesso em 25/10/2015

ANEXO B – Quadro indicando a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos  
professores e mobiliário – 1910

Município	Sede	Entrância	Sexo	Mat	Freq.	Professor	Mobiliário
S. Matheus	S. Matheus	2ª	M	35	31	João Baptista Sarmet (de concurso)	20 carteiras, 1 mapa, 1 contador, 1 quadro negro, 1 relógio, 3 livros para escrituração, uma bandeira brasileira
	S. Matheus	2ª	M	23	21	Olyntho Rodrigues Batalha (de concurso)	14 carteiras, 1 quadro negro pequeno, 1 relógio, uma mesa pequena, 1 mapa e 3 livros para escrituração
	S. Matheus	2ª	F	43	42	Aflordizia Maria da Conceição (Normalista)	20 carteiras, 1 quadro negro, 1 mesa com estrado, 1 relógio, 1 contador, 1 mapa e 3 livros para escrituração
	Barra do Rio Preto	5ª	M			Vaga	
	Mariricu	5ª	M			Vaga	
	Nova Venécia	5ª	M			Vaga	
	Rio do Norte	5ª	M			Vaga	
	Santa Leocádia	5ª	Mix			Vaga	
C. da Barra	Barra Nova	5ª				Vaga	
	C. da Barra	3ª	F	43	38	D. Maria Ribeiro da Silva (de concurso)	10 carteiras e 1 quadro negro
	C. da Barra	3ª	Mix	33	27	D. Mariannalia de Lima (de concurso)	20 carteiras, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 contador, 1 mapa, 3 livros para escrituração
	C. da Barra	3ª	M	31	21	Joaquim Ignácio da Fonseca (de concurso)	10 carteiras, 1 banco, 1 quadro negro, uma mesa pequena
Linhares	Itaunas	4ª	M	22	16	Cezar Cabral da Silva (de concurso)	
	Linhares	3ª	F	31	25	D. Izabel Ferreira Dias (de concurso)	20 carteiras, 1 quadro negro, 1 livro de matrícula e de chamada
	Linhares	3ª	M	49	38	Augusto Raphael de Carvalho (de concurso)	22 carteiras, 1 mapa do Brasil, 1 da Europa e 3 livros para escrituração
	Linhares	3ª	M	51	40	Manoel José Neves Junior (de concurso)	20 carteiras, 1 quadro negro, 2 mesas, 1 mapa do Brasil, 1 da Europa, 1 banco e 3 livros para escrituração
	Collatina	3ª	F	38	30	D. Candida Clementina V. Calmon (diplomada pelo Collegio de N. S. da Penha)	24 carteiras, 1 relógio, 1 contador, 3 mapas-Brasil, América e Europa, 3 livros para escrituração
	Collatina	3ª	M	42	22	Teophilo Paulino da Silveira (de concurso)	24 carteiras, 1 relógio, 1 contador, 3 mapas-Brasil, América e Europa, 1 quadro negro, 3 livros para escrituração
	B. Guandú	4ª	M	27	16	Raymundo Camillo Bodart Junior (de concurso)	3 carteiras, 6 bancos, 1 mesa, 1 relógio e 3 livros para escrituração
	Baunilha	5ª	Mix	32	25	D. Elisa Beltramello (de concurso)	1 mapa do Brasil, 3 livros de escrituração
	Valle do Desengano	4ª	Mix	36	30	D. Maria Mercedes Nunes (de concurso)	
	Villa Mascarenhas	4ª	Mix			Vaga	
	Mutum	5ª	Mix			Ignez Zelinda Ferrari (de concurso)	
	Baixo Baunilha	5ª	Mix			Vaga	
	S. Maria do Rio Doce	5ª	Mix			Vaga	
	Corrego da Ponte	5ª	Mix			Vaga	
Lage	5ª	Mix			Vaga		
Conceição	5ª	Mix			Vaga		

Fonte: Relatório do inspetor geral do Ensino Deocleciano Nunes de Oliveira. 1910. Quadro adaptado pela autora



ANEXO C – Quadro indicando a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1921 (continua)

Município	Sede	Entrancia	Sexo	Mat	Freq.	Professor	Mobiliário
S. Matheus	Cidade	2ª	M	45	37	Agenor de Souza Lé (Normalista)	18 carteiras, 1 carta de Parker, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 de systema metrico, 1 da América, 1 mesa
	Cidade	2ª	M	26	26	Aflordisio C. da Silva (Normalista)	17 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, Espírito Santo e 1 da América, 1 de syst. metrico, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa
	Cidade	2ª	F	30	27	Carmelina Rios (Normalista)	12 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 da América, 1 m. systema metrico, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira
	Cidade	2ª	Mix	45	36	Euridice R. Rodrigues (Normalista)	12 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 E. Santo, 1 da América, 1 m. systema metrico, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira, 1 mesa
	Santa Leocadia	3ª	Mix	34	23	Ubalдина Santo Amaro (Normalista pelo E. da Bahia)	1 contador, 1 m. do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 quadro negro-
	Pip Nuk	3ª	M			Aurelio Gomes de Paiva (de concurso)	Provida recentemente
	Nova Venécia	3ª	Mix			Vaga	
	Rio Preto	3ª	Mix			Vaga	
	Boa Esperança	3ª	Mix			Vaga	
	Nova Verona	3ª	Mix			Vaga	
Biriricas	3ª	Mix			Vaga		
C. da Barra	Cidade	2ª	Mix	45	28	Maria Ribeiro da Silva (de concurso)	16 carteiras, 1 contador, 1 carta de Parker, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira
	Cidade	2ª	Mix	56	42	Francellina C. Setubal (normalista)	18 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira
	Cidade	2ª	M	31	24	Cezar Cabral da Silva (de concurso)	18 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do E. Santo, 1 cadeira, 1 m. systema metrico, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira
	Itaunas	3ª	M	28	25	Vaga	Recente
	Melheiros	3ª	Mix			Vaga	
Linhares	Villa de Collatina	2ª	F	52	36	Maria Oliveira Mattos (normalista)	27 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 da América, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira
	Villa de Collatina	2ª	Mix	31	13	Maria P. Moreira (normalista)	20 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 da América, 1 da Europa, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa
	Linhares	3ª	M	37	28	Manoel da Costa Abreu (de concurso)	21 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 m. do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa
	Linhares	3ª	F	33	29	Hercília de Araújo Calmon (de concurso)	20 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira, 1 mesa
	B. Guandú	3ª	Mix	45	35	Marsen Passos Martins (de concurso)	18 carteiras, 1 contador, 1 carta de Parker, 1 cadeira, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano
	Mutum	3ª	Mix	40	27	Ignez Zelinda Ferrari (de concurso)	
	Santo Antonio do Mutum	3ª	Mix	35	28	Felicinia da Silva Ravara (de concurso)	12 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 mesa
	Maylasky	3ª	Mix	27	21	Jovina A. Saldanha (normalista)	15 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro.

ANEXO C – Quadro indicando a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1921 (conclusão)

Município	Sede	Entrancia	Sexo	Mat	Freq.	Professor	Mobiliário
	Estação de Baunilha	3ª	Mix	54	42	Nataldiva da C. Amorim (normalista)	1 carta de Parker, 1 contador, 1 m. do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira.
	Estação da Lage	3ª	Mix	28	26	Jesuina da Costa Amorim (normalista)	1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira.
	Alto Baunilha	3ª	Mix	50	47	Maria da Gloria Menezes (normalista)	1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 m. systema metrico, 1 tympano.
	Baunilha	3ª	Mix	49	37	Sisinina dos Santos (de concurso)	1 carta de Parker, 1 contador, 1 m. do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro.
	Rio Doce	3ª	Mix	50	46	Amelia da S. Abreu (de concurso)	18 carteiras, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 quadro negro, 01 mesa
	Regência	3ª	Mix	30	25	Josepha Cunha (normalista)	10 carteiras, 1 carta de Parker, 1 cadeira, 1 m. do E. Santo, 1 relógio, 1 mesa
	Núcleo Afonso Pena	3ª	Mix			Edwiges Luiza de Souza (normalista)	Provida recentemente
	Fazenda Vitalina	3ª	Mix	37	34	Zilda Silva (normalista)	Provida recentemente
	Córrego do Chaves	3ª	Mix	41	33	Mathilde S. Costa (normalista)	1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 m. systema metrico, 1 quadro negro, 1 tympano
	Alto Córrego do Chaves	3ª	Mix			Malvina Amaral (de concurso)	Provida recentemente
	S. Gabriel	3ª	Mix			Vaga	
	Onça da Lagoa Juparanã	3ª	Mix			Vaga	

Fonte: Relatório do secretário da Instrução Pública Mirabeau Pimentel. 1921. Quadro adaptado pela autora.

ANEXO D – Quadro com a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos  
professores e mobiliário – 1922 (continua)

Município	Sede	Professor	Mobiliário
S. Matheus	Cidade	Agenor de Souza Lé (Normalista)	25 carteiras antigas, 1 carta de Parker, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 de systema metrico, 1 da América, 1 mesa
	Cidade	Aflordisio C. da Silva (Normalista)	15 carteiras antigas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, Espírito Santo e 2 da América, 1 de syst. metrico, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa, 1 relógio, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de Visita
	Cidade	Carmelina Rios (Normalista)	7 carteiras antigas, 8 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 E. Santo, 1 da América, 1 m. systema metrico, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada ( não tem bandeira e cadeira, que tinha antes)
	Cidade	Ubalina Santo Amaro (Normalista pelo E. da Bahia)	9 carteiras antigas, 6 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 E. Santo, 1 da América, 1 m. systema metrico, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 Livro de chamada (tinha 1 contador)
	Santa Leocadia		1 carta de Parker, 1 contador, 1 m. do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira
	Nova Venécia	Vaga	1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 cadeira
	Rio Preto	Vaga	
	Pip Nuk	-	
	Boa Esperança	Vaga	
	Nova Veronica	Vaga	
C. da Barra	Cidade	Maria Ribeiro da Silva (de concurso)	10 carteiras antigas, 6 carteiras americanas, 1 contador, 1 carta de Parker, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira
	Cidade	Francellina C. Setubal (normalista)	5 carteiras antigas, 9 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira, 1 tympano, 1 cadeira
	Cidade	Cezar Cabral da Silva (de concurso)	18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do E. Santo, 1 cadeira, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 cadeira (bandeira e 1 m. systema métrico faltam)
	Itaunas	Vaga	
	Melheiros	Vaga	
Collatina	Cidade	Maria Oliveira Mattos (normalista)	4 carteiras antigas, 18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 M. S. métrico, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 da América, 1 mapa da Europa, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 talha, 1 Livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Cidade	Maria Pessôa Moreira (normalista)	20 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 M. S. Métrico, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 da América, 1 da Europa, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 Livro de Matricula, 1 livro de chamada
	Villa de Linhares	Manoel da Costa Abreu (de concurso)	21 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 m. do Espírito Santo, 2 quadros negros, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa
	Villa de Linhares	Hercília de Araújo Calmon (de concurso)	20 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro,, 1 relógio, 1 bandeira , 1 mesa, 1 tympano
	B. Guandú		18 carteiras americanas, 1 contador, 1 carta de Parker, 1 cadeira, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 livro de matricula, 1 livro de visita
	Mutum		1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Santo Antonio do Mutum	(vaga)	12 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira , 1 mesa, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Maylasky		12 carteiras antigas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Estação de Baunilha		4 carteiras antigas, 18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 m. do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Estação da Lage		1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 bandeira, 1 livro de matricula, 1 livro de visita
	Alto Baunilha		1 carta de Parker, 1 contador, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 bandeira, 1 tympano, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita. (falta 1 m. systema métrico)
	Povoação de Baunilha		18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 m. do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 mesa.
Rio Doce		1 carta Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 mesa (falta 18 carteiras)	

ANEXO D – Quadro com a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1922 (conclusão)

Município	Sede	Professor	Mobiliário
	Regência		1 cadeira, 1 m. do E. Santo, 1 relógio, 1 mesa, 1 livro de chamada. (falta 10 carteiras, 1 carta de Parker)
	Núcleo Afonso Pena		6 carteiras antigas, 1 M. S. Métrico, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador
	S. Gabriel		1 mapa do Espírito Santo, 1 bandeira, 1 livro de matrícula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Fazenda Vitalina		15 carteiras americanas, 1 contador, 1 carta Parker, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 livro de matrícula, 1 livro de visita (falta mapa do Brasil, 1 m. systema métrico)
	Córrego do Chaves		1 carteira antiga, 1 carta Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 livro de matrícula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Onça da Lagoa Juparanã	Vaga	
	São João da Barra Secca		1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 cadeira, 1 contador, 1 livro de matrícula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Crissiúma		1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 livro de matrícula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Córrego dos Hespanhoes	(vaga)	14 carteiras antigas
	Córrego da Boa Vista	(vaga)	
	Porto Alegre		1 mapa do Brasil, 1 livro de matrícula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita

Fonte: Relatório do secretário da Instrução Pública Mirabeau Pimentel, 1922. Quadro adaptado pela autora.

ANEXO E – Quadro com a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos  
professores e mobiliário – 1924 (continua)

Município	Sede	Professor	Mobiliário
S. Matheus	Cidade	Agenor de Souza Lé (Normalista)	24 carteiras antigas, 1 carta de Parker, 1 mapa de systema metrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 mapa da América, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 talha, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de Chamada, 1 Livro de Visita
	Cidade	Aflordisio C. da Silva (Normalista)	9 carteiras antigas, 1 carta de Parker, 1 mapa de systema métrico, 1 mapa do Brasil, Espírito Santo e 1 da América, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 talha, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de Chamada, 1 Livro de Visita
	Cidade	Carmelina Rios (Normalista)	11 carteiras antigas, 15 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 m. systema métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 relógio, 2 quadros negros, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita (falta 1 mapa da América)
	Cidade	Vaga	14 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 m. systema métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 mapa da América, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita (falta 9 carteiras antigas, 1 cadeira,)
	Santa Leocádia		12 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita (falta 1 contador, 1 m. do Brasil, 1 do Espírito Santo)
	Nova Venécia	Vaga	1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita (falta 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 cadeira)
	Rio Preto	Vaga	
	Pip Nuk		1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita
	Boa Esperança	Vaga	
	Nova Veronica	Vaga	
Biriricas	Vaga		
C. da Barra	Cidade	Maria Ribeiro da Silva (de concurso)	10 carteiras antigas, 1 carta de Parker, 1 mapa do E. Santo, 1 mapa do Brasil, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita. (falta 6 carteiras americanas)
	Cidade	Francellina C. Setubal (normalista)	9 carteiras antigas, 8 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita. (falta 1 quadro negro, 1 tympano)
	Cidade	Cezar Cabral da Silva (de concurso)	18 carteiras americanas, 1 mapa do E. Santo, 1 mapa da América, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita. (falta 1 carta de Parker)
	Itaunas		Não consta
	Meleiras		15 carteiras americanas, 1 M. S. métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Santa Rosa		12 carteiras americanas, 1 M. S. métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa da América, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Mucurată		1 mapa do Brasil, 1 mapa da América, 1 bandeira, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Ipopoca		1 bandeira, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Guararema		1 carta Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa da América, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita.
Saué		1 carta Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa da América, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 Livro de Matricula, 1 Livro de chamada, 1 Livro de Visita.	
Collatina	Cidade	Maria Oliveira Mattos (normalista)	18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 quadro negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 Livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta 4 carteiras antigas, 1 M. S. métrico, 1 mapa da América, 1 mapa da Europa, 1 cadeira, 1 talha)
	Cidade	Sebastiana Gryllo	20 carteiras antigas, 1 mapa do Brasil, 1 do Espírito Santo, 1 da América, 1 da Europa, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa, 1 contador, 1 talha, 1 Livro de Matricula, 1 livro de chamada, 1 Livro de Visita. (falta 1 carta de Parker, 1 M. S. Métrico, 1 cadeira)
	Cidade	Celcelina Conceição	18 carteiras americanas, 1 quadro negro, 1 cadeira, 1 Livro de Matricula, 1 livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Villa de Linhares	Manoel da Costa Abreu (de concurso)	21 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Villa de Linhares	Hercília de Araújo Calmon (de concurso)	19 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 livro de chamada, 1 Livro de Visita.

ANEXO E – Quadro com a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos  
professores e mobiliário – 1924 (continua)

Município	Sede	Professor	Mobiliário
	B. Guandú		18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 M. S. métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 Livro de Matricula, 1 livro de chamada, 1 Livro de Visita.
	Mutum		1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta 1 contador, 1 cadeira, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo)
	Santo Antonio do Mutum		12 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta 1 contador)
	Maylasky		Não consta
	Estação de Baunilha		18 carteiras americanas, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta 4 carteiras antigas, 1 carta de Parker)
	Estação da Lage	Jesuina Amorim	18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Estação da Lage	Josepha Cunha	15 carteiras americanas, 1 M. S. métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 mapa da América, 1 mapa da Europa, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita.
	Alto Baunilha		1 m. systema métrico, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 bandeira, 1 tympano, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita. (falta 1 carta de Parker)
	Povoação de Baunilha		18 carteiras americanas, 1 carta de Parker, 1 m. do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 2 mapas da América, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita. (falta 1 mesa).
	Rio Doce		5 carteiras antigas, 12 carteiras americanas, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita. (falta 1 carta Parker)
	Regência		Não consta
	Núcleo Afonso Pena		6 carteiras americanas, 1 carta Parker, 1 mapa do Brasil, 1 m. do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita. (falta 1 M. S. Métrico)
	S. Gabriel		1 mapa do Espírito Santo, 1 bandeira, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Fazenda Vitalina		18 carteiras americanas, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 cadeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta, 1 carta Parker)
	Córrego do Chaves		1 carta Parker, 1 M. S. métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta 1 carteira antiga)
	Onça da Lagoa Juparanã		Não consta
	São João da Barra Secca		1 carta Parker, 2 M. S. métrico, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1, 1 mesa, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita (falta 1 mapa do Brasil, 1 mapa do E. Santo, 1 cadeira)
	Crissjúma		Não consta
	Córrego dos Hespanhoes		1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita. (falta 14 carteiras antigas)
	Córrego da Boa Vista		Não consta
	Porto Alegre		18 carteiras americanas, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, cadeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Barbados		18 carteiras americanas, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, cadeira, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Santa Joana		1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 2 quadros negros, 1 tympano, 1 bandeira, cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Desengano		12 carteiras antigas, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Corrego da Ponte		18 carteiras americanas, 1 carta Parker, 1 M. S. métrico, 1 mapa do Brasil, 1 mapa do Espírito Santo, 1 relógio, 1 quadro negro, 1 tympano, cadeira, 1 mesa, 1 contador, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Queixada		1 carta Parker, 1 M. S. métrico, 1 quadro negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita

ANEXO E – Quadro com a relação das escolas do norte do Estado, seus respectivos professores e mobiliário – 1924 (conclusão)

Município	Sede	Professor	Mobiliário
	Fazenda Bananal		1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita
	Bom Jesus		1 mapa do Espírito Santo, 1 livro de matricula, 1 livro de chamada, 1 livro de visita

Fonte: Relatório do secretário de Instrução Pública Mirabeau Pimentel. 1924. Quadro adaptado pela autora.

ANEXO F – Relação das atribuições dos inspetores escolares – adaptado do Regulamento da  
Instrução de 1925

Decreto 6.501 Regulamento da Secretaria da Instrução

SECÇÃO III  
DOS INSPECTORES ESCOLARES

Art. 10. – Os inspectores escolares são auxiliares immediados do Secretario de Instrucção encarregados da inspecção e fiscalização do ensino primário e da execução de quaisquer serviços relativos ao mesmo ensino, de acordo com as exigências da organização escolar.

§ 1º - Os inspectores escolares serão de livre nomeação e demissão do Governo do Estado e escolhidos dentre professores de reconhecida competência.

§ 2º - O exercício da função de inspector escolar é incompatível com o de qualquer outro cargo ou profissão.

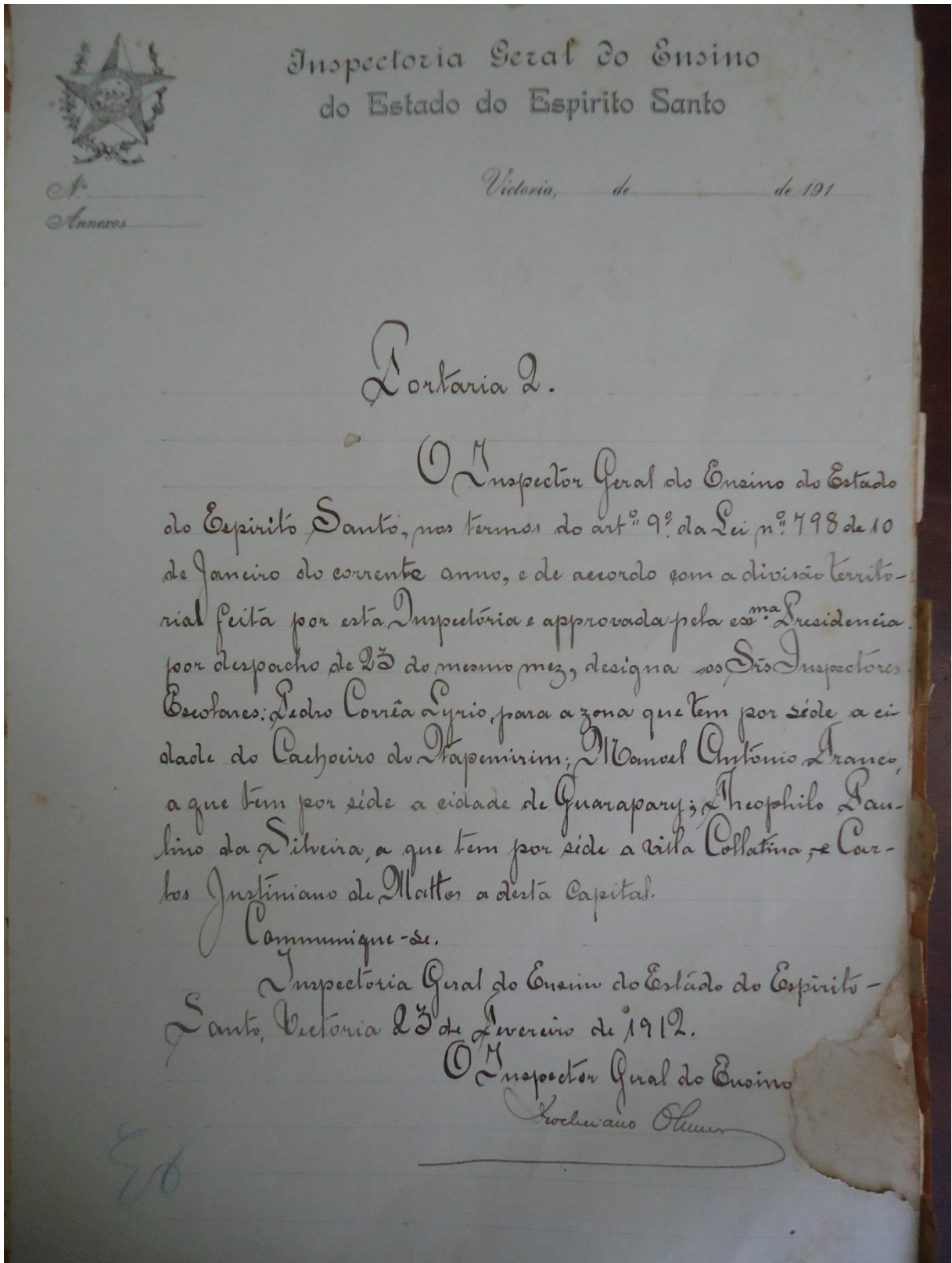
§ 3º - Ao inspector escolar compete:

- 1º Executar e fazer executar as ordens legais do Secretario da Instrucção relativas ao serviço da Secretaria;
- 2º Entender-se com o Secretario em tudo que disser respeito á instrucção pública;
- 3º Servir de vehiculo de propaganda do methodos e processos modernos de ensino;
- 4º Fiscalizar todos os estabelecimentos de ensino, officiais, municipais e particulares, de acordo com as instrucções que receber e verificando especialmente:
  - a) Se os professores ou directores fizeram em tempo as comunicações regulamentares para os fins de registro geral dos estabelecimentos de ensino particular;
  - b) Se estão incluídos nos programas de ensino dos estabelecimentos particulares, e se são effectivamente praticados, o ensino da língua portugueza, da geografia e historia do Brasil e da educação cívica;
  - c) As condições hygienicas dos prédios escolares e do pessoal docente e discente;
- 5º Visitar todas as escolas publicas da zona para que fôr designado, verificando:
  - a) O numero de alumnos matriculados;
  - b) O estado da escripturação das escolas, nos livros de matricula, ponto, inventario e outros;
  - c) As condições materiaes e hygienicas dos prédios escolares e do material do ensino;
  - d) Os livros adoptados nas escolas e a sua conformidade com os programas de ensino e preceitos pedagogicos;
  - e) Se os programas de ensino são observados pelo professor, dando-lhe, quando se tornar necessário, instrucções para sua execução pratica;
  - f) Se é regular a distribuição dos matriculados pelos cursos, séries e classes, e se são observados os horários lectivos adoptados pela Secretaria da Instrucção;
- 6º Aconselhar e estimular a frequência dos alumnos pelos meios que julgar mais adaptáveis a esse fim e a criação de pequenas bibliotecas escolares, recorrendo para isso, á iniciativa particular;
- 7º Propôr ao Secretario da Instrucção a transferência de escolas e de professores, de acordo com os interesses do ensino e regulamentos em vigor;
- 8º Representar sobre a necessidade de materiaes dos prédios escolares, informando, desde logo, quaes as despesas a fazer para attendel-as;
- 9º Propagar o espírito de associação para o fim de crear, nas cidades e villas, caixas escolares para a proteção e assistência dos reconhecidamente pobres;
10. Enviar, no fim de cada mez, ao Secretario da Instrucção, um relatório das inspecções que tiver realizado, com referencia especial dos municípios e povoações percorridos, ás populações e condições dessas localidades quanto ao desenvolvimento do ensino; ao estado dos prédios escolares, se são estadoaes, municipaes ou particulares, devendo esse relatório trazer sempre informações certas e detalhadas sobre o numero total de matriculas e frequências verificadas nas escolas;
11. Deixar em cada escola que visitar, escripta em livro próprio, a impressão que dela tiver, apontando as faltas, defeitos e convenientes que encontrar;
12. Chamar a atenção dos professores para os processos que, de preferencia, devam empregar no ensino;
13. Admoestar, repreender e suspender até dez dias os professores por faltas previstas neste Regulamento, dando conhecimento immediato ao Secretario da Instrucção;

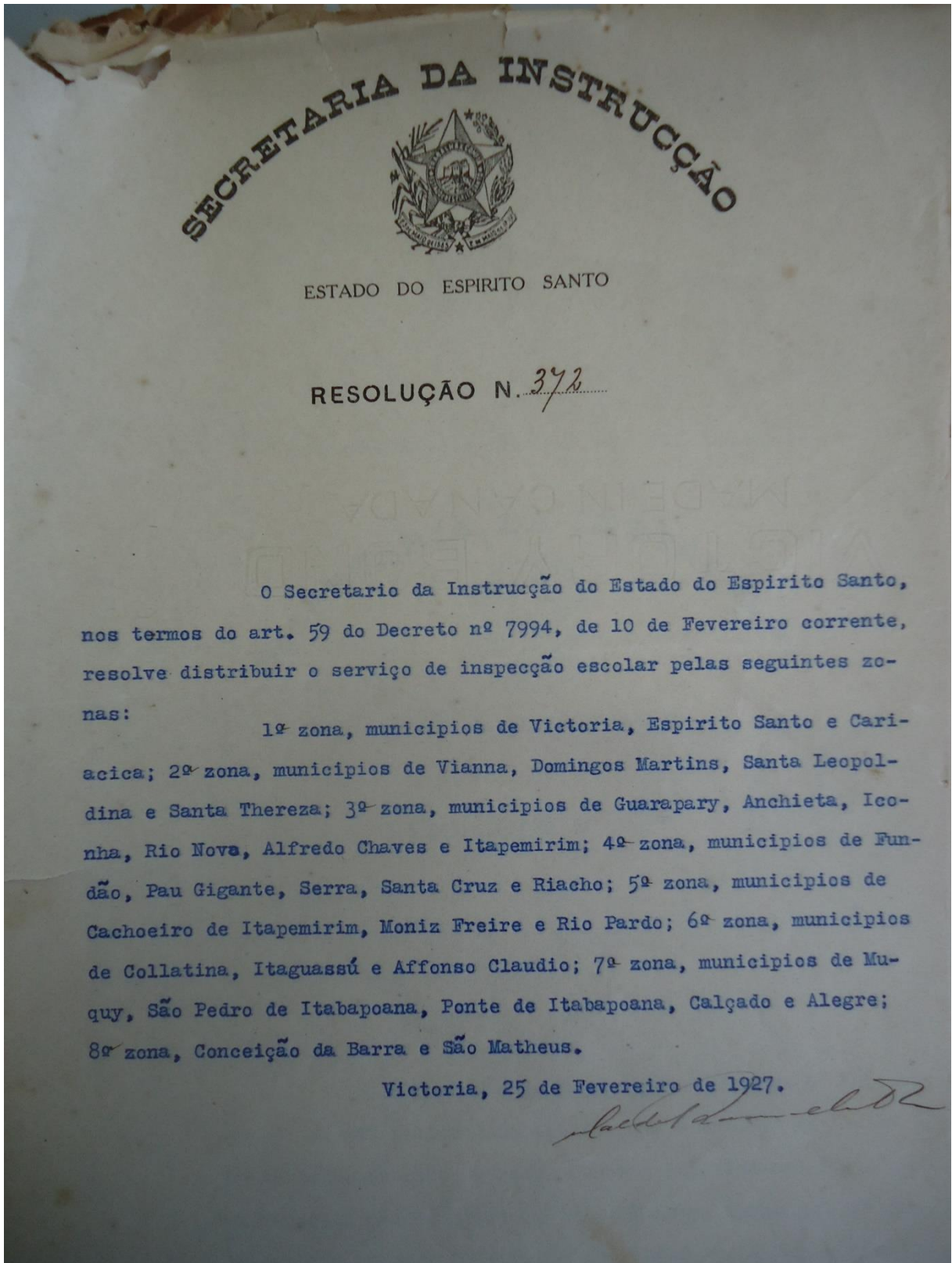


14. Fazer entre as pessoas do logar em que estiverem situadas as escolas a propaganda do ensino, sugerindo á Secretaria da Instrucção as providencias que julgar acertadas para que ellas tenham a frequência maior que fôr possível e seja o ensino eficiente;
  15. Receber dos paes dos alumnos, ou de qualquer pessoa interessada, reclamações ou queixas contra o procedimento dos professores e contra o modo pelo qual ministrem o ensino, apurando sua procedência e providenciando a respeito por meio das medidas que caiba nas suas atribuições;
  16. Dar aulas modelo nas escolas isoladas;
  17. Verificar se as escolas se acham localizadas nos logares para onde foram creadas, e se estão em local onde possam servir mais comodamente aos núcleos da população a que se destinam;
  18. Inteirar-se do processo de adiantamento dos alumnos, consignando nos seus relatórios quaes professores que mais se distinguem pelso methodos de ensino e pelo bom aproveitamento dos alumnos que lhes são confiados;
  19. Instruir os directores e professores dos Grupos Escolares, escolas reunidas e escolas isoladas sobre o cumprimento de seus deveres;
  20. Inquirir os paes dos alumnos sobre a frequência e aproveitamento dos seus filhos nas escolas, sumariando as reclamações que eles fizerem;
  21. Fazer conferencias publicas sobre o ensino e sobre assumptos que contribuam para a educação cívica do povo;
- Dirigir, no districto que lhe fôr determinado, o serviço de resenceamento escolar;
23. Representar ao Secretario da Instrucção sobre a criação, localização, transferência, desdobramento e supressão de escolas; mudanças de horários e de períodos de trabalhos escolares; remoção, permuta, dispensa e punições de professores e requisição de material para as escolas que fiscalizar;
  24. Organizar, e remeter á Secretaria da Instrucção o inventário do mobiliário e material escolar existentes nas escolas que visitar, e verificar a existência ou extravio do mesmo, responsabilizando por ele, quem de direito;
  25. Suggestir melhoramentos e modificações que parecem convenientes introduzir no regimen pedagógico;
  26. Representar ao Secretario da Instrucção contra os abusos introduzidos no ensino, corrigindo aquelles que estiverem na sua alçada;
  27. Fazer syndicancias e processos que lhe forem determinados.
- Art. 11. – Por quebra habitual de seus deveres, bem como por sua conducta em desaccordo com a moral, será o inspector escolar dispensado do cargo.
- Art. 12. – Os inspectores escolares, quando em serviço, terão direito, além da conducção, á diária de quinze mil réis (15\$000).
- Art. 13. – Os inspectores escolares poderão gosar, anualmente, trinta dias de férias, sem desconto de vencimentos, mediante autorização do Secretario da Instrucção.

## ANEXO G – Distribuição do serviço de Inspeção Escolar (fevereiro de 1912)



## ANEXO H – Distribuição do serviço de Inspeção Escolar (fevereiro de 1927)



## ANEXO I – Distribuição do serviço de Inspeção Escolar (julho de 1927)

